

O PAPEL DA ARQUITETURA E URBANISMO DIANTE DO COVID-19

CONSTRUINDO CONHECIMENTO

DIANA HELENE
JULIANA OLIVEIRA BATISTA
MANUELLA MARIANNA C. R. DE ANDRADE
(ORG.)



DIANA HELENE
JULIANA OLIVEIRA BATISTA
MANUELLA MARIANNA C. R. DE ANDRADE
(ORG.)

O PAPEL DA ARQUITETURA E URBANISMO DIANTE DO COVID-19: CONSTRUINDO CONHECIMENTO

As pesquisas apresentadas nesta obra foram entregues e submetidas, no ano de 2020, ao Edital N° 012020 da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal) como partes do Programa de Publicação de Conteúdos Digitais — Seleção de Propostas para Publicação de E-books relacionados à pandemia da Covid-19.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Reitor

Josealdo Tonholo

Vice-reitora

Eliane Aparecida Holanda Cavalcanti

Diretor da Edufal

José Ivamilson Silva Barbalho

Coordenação editorial

Fernanda Lins

Conselho Editorial Edufal

Elder Maia Alves (Presidente)

Fernanda Lins de Lima (Secretária)

Adriana Nunes de Souza

Bruno Cesar Cavalcanti

Cicero Pérciles de Oliveira Carvalho

Elaine Cristina Pimentel Costa

Gauss Silvestre Andrade Lima

Maria Helena Mendes Lessa

João Xavier de Araújo Junior

Jorge Eduardo de Oliveira

Maria Alice Araújo Oliveira

Maria Amélia Jundurian Corá

Michelle Reis de Macedo

Rachel Rocha de Almeida Barros

Thiago Trindade Matias

Walter Matias Lima

Projeto gráfico: Mariana Lessa

Diagramação: Janielly Almeida

Imagem da Capa: Matheus dos Santos

Apoio de Produção: Janielly Almeida

Catálogo na fonte

Universidade Federal de Alagoas

Biblioteca Central

Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Lívia Silva dos Santos – CRB-4 - 1670

P214 O papel da arquitetura e urbanismo diante do covid-19 [recurso eletrônico] : construindo conhecimento / organizadores Diana Helena Ramos, Juliana Oliveira Batista, Manuella Marianna C. R. de Andrade. – Maceió, AL : EDUFAL, 2020.
142 p. : il

E-book.

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5624-033-6

1. Conforto ambiental – Isolamento social. 2. Mulheres negras – Arquitetura. 3. Precariedade habitacional - Pandemia. I. Ramos, Diana Helena. II. Batista, Juliana Oliveira. III. Andrade, Manuella Marianna C.R. de.

CDU:72: 578.834

Editora afiliada



ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS



SUMÁRIO

- Introdução** 6
Diana Helene
Manuella M. C. de Andrade
Juliana O. Batista
- 1. Pensando a pandemia nas cidades: da escala regional à escala da casa..** 13
Regina D. B. Lins
Raquel Rolnik
- 2. Rede de cooperação e iniciativas autônomas: enfrentando a pandemia** 32
Juliana M. M. Dias
- 3. Ouvindo as comunidades em tempos de pandemia: ocupações, grotas e bairros populares de Maceió** 40
Débora Cavalcanti
Paula Zacarias
Regina D. B. Lins
- 4. O “Isolamento social” durante a pandemia: o Espaço Prisional Habitado em foco** 50
Suzann Cordeiro
- 5. A participação na conservação do patrimônio cultural: dos conceitos aos atores**..... 73
Flaviana B. Lira
Lúcia T. F. Hidaka
Manuella M. C. R de Andrade
- 6. Ergonomia e Arquitetura: conceitos, aplicações e cenários futuros** 82
Vilma Villarouco
Tháisa S. Sarmiento
- 7. A importância do conforto ambiental em tempos de pandemia** 91
Ricardo C. Cabús
Victor F. Roriz
Juliana O. Batista



8. Arquitetas Negras e Interseccionalidade: da academia à cidade 99

Gabriela Leandro Pereira

Luciana Mayrink

Mayara Almeida de Paula

9. Repensar as cidades a partir do protagonismo feminino..... 107

Zaida Muxi Martinez

Diana Helene

Magda Melara Orellana

10.(R)existência da comunidade LGBTQIA+:CIStemas e o direito à cidade 121

Lúcia T. F. Hidaka

Eduarda Feitosa Leite

Adna Fernanda Litrento da Costa

Euclides Rocha Cavalcante Neto

Isabelle Camilo Lau

José Rudá Rodrigues Lopes

Leandro Ferreira Marques

11. O olhar decolonial no campo da arquitetura e urbanismo: emergências atuais129

Gabriela Leandro Pereira

Paulo Tavares

Sobre os autores 137



INTRODUÇÃO

Diana Helene

Manuella M. C. R. de Andrade

Juliana O. Batista

Entre a importância de algumas áreas do conhecimento no contexto atual de crise em função da pandemia de Covid-19 é ainda pouco destacado o papel da Arquitetura e do Urbanismo. No entanto, a forma como os espaços urbanos e arquitetônicos se configuram, mesmo antes da crise sanitária atual, e as possibilidades de resoluções emergenciais e futuras que podem realizar, são fundamentais nesse momento. As diferentes esferas de atuação do campo da Arquitetura e do Urbanismo configuram possibilidades em diversas escalas de intervenção humana. Da reconfiguração do interior dos espaços arquitetônicos, passando pelo entendimento urbano do modo como habitamos, nos deslocamos e reconhecemos a estrutura das desigualdades sociais e econômicas, são questões presentes na atuação do arquiteto e urbanista. Essa consciência quanto às temáticas e a representatividade do papel transformador que a Arquitetura e Urbanismo podem proporcionar, mesmo com pequenos atos, fazem diferença na vida cotidiana do momento de crise atual.

Historicamente, a própria disciplina foi moldada - e moldou novas formas de organização da vida - com o objetivo de prover respostas a outras crises sistêmicas e pandemias. A própria conformação das cidades, que se estruturaram a partir da aglomeração de pessoas e construções num determinado espaço territorial, faz com que se constituam como propícias à disseminação de doenças. Nesse sentido, o urbanismo como disciplina científica foi criada na transição entre os séculos XIX e XX, tendo como um dos seus objetivos principais reduzir as doenças que proliferam nas cidades do período, como a cólera, a tuberculose, a varíola e a peste bubônica. Pandemias que assolavam a Europa e outras grandes cidades industrializadas como Nova York, desde a formação das grandes aglomerações urbanas advindas do capitalismo e da industrialização. Segundo Donatella Calabi:

[...] o nascimento de um movimento a favor do urbanismo é diretamente ligado a uma sensibilidade generalizada para questões de higiene pública. [...] após grandes epidemias de cólera, organiza-se um verdadeiro movimento de

pressão social e reforma; são iniciadas pesquisas sobre as condições higiênicas da habitação após ser divulgado de que a transmissão de epidemias estaria, de algum modo, ligada a essas condições (2012, p. 81).

Intervenções realizadas no período, como a famosa reformulação da cidade de Paris pelo então prefeito Georges-Eugène Haussmann, criaram as primeiras legislações urbanas sobre saneamento, códigos de higiene e saúde pública. Foram projetadas e construídas grandes infraestruturas urbanas com o objetivo de conter a expansão das doenças, tais como as redes de distribuição de água, de saneamento do esgoto e vias de circulação amplas e arborizadas. O higienismo, característico do nascente urbanismo do período, vai elaborar e transformar em lei “um novo código sanitário para elaboração de propostas operativas” (*Ibidem*, p. 89). Por essa razão, os urbanistas vão atuar em conjunto com agentes sanitários para propor grandes demolições de áreas consideradas centros de proliferação dos chamados “miasmas”.

No Brasil, acontece o famoso “bota-abaixo” da capital, Rio de Janeiro, conduzida pelo prefeito Pereira Passos e o médico higienista Oswaldo Cruz. Cerca de 1.600 prédios foram demolidos, tendo como foco as habitações e formas de ocupar o espaço público das classes populares, revelando uma associação entre a ideia de contaminação e o controle social: “[...] os relatos dos sanitaristas expressam uma visão elitista, viciada pelas concepções higienísticas e preconceituosas em relação aos trabalhadores” (BONDUKI, 2011, p. 21-22). Ao mesmo tempo que se demoliam os cortiços e casebres populares, fechavam estábulos, proibiam a ordenha de vacas e o abate de animais em logradouros públicos; urinar fora de mijadouros ou cuspir na rua; e as festas populares de matriz africana/indígena como batuques, congadas e o bumba-meu-boi (FARIAS et al., 2006). Sidney Chalhoub, em seu importante livro sobre o tema, “Cidade febril: cortiço e epidemias na Corte imperial” (1996), vai relatar como, sob o discurso de contenção de doenças que assolavam o país, foi criada uma relação intrínseca entre intervenções urbanas, higiene, controle social e racismo no contexto brasileiro.

Para além do desenho das cidades, a arquitetura e o design de utensílios e móveis são também altamente influenciados pelas pandemias. O modernismo, importante movimento no campo da Arquitetura e Urbanismo, propunha intervenções altamente influenciadas pelas crises de tuberculose que abatiam as cidades do período. Beatriz Colomina, em seu livro *X-Ray Architecture* (2019), descreve como os fenômenos inter-relacionados da pandemia de tuberculose e a descoberta do raio-X foram progenitores do modernismo europeu. Colomina explica como a arquitetura respondeu às ansiedades de uma sociedade obcecada por ar fresco, luz solar, exercícios físicos, propagação de germes e higiene. Segundo ela, muitas das ideias que os arquitetos modernos estavam propondo não vinham da teoria da arquitetura, vinham de médicos, enfermeiras e seus protocolos de saúde.

Com a descoberta da causa da doença em 1882 (*Ibidem*, p. 16), contagiosa e que se acumulava em zonas de poeira, o foco da prevenção à doença passou a ser as habitações.

Os protocolos de saúde indicavam eliminar tudo que pudesse acumular poeira e prover o máximo possível de ventilação. Segundo Colomina, tais indicações de saúde e higiene influenciaram as proposições modernistas de projetar grandes aberturas como janelas em fitas, varandas, piso elevados sobre pilotis e terraços jardins. Além das fachadas em branco clínico e com o mínimo possível de adornos e outros elementos não funcionais, que serviriam para o acúmulo de espaços de possível contaminação. A arquitetura moderna aspirava curar o corpo, com superfícies brancas, lisas e limpas: material e simbolicamente. O mais famoso arquiteto modernista, Le Corbusier, afirmava, fazendo referência a arquitetura eclética anterior ao modernismo: “*The machine that we live in is an old coach full of tuberculosis*”. Ele e muitos de seus colegas arquitetos fizeram uma de suas missões erradicar a tuberculose e outras enfermidades por meio de edifícios e configurações urbanas. Já que o tratamento para doença foi descoberto apenas em 1943 (*Ibidem*, p. 51), durante muito tempo, uma maneira fundamental de tratá-la era por meio de projetos arquitetônicos (*Ibidem*, *passim*).

Esse breve relato da intrínseca relação entre Arquitetura e Urbanismo e as pandemias e crises sanitárias demonstra a relevância das discussões desse campo para o momento atual. Nesse sentido, este livro traz uma coletânea de textos que se destacam por constituírem uma sistematização do conhecimento produzido a partir de questões advindas em consequência da pandemia atual. Independentemente do nível de relação, a urdidura de temas explorados que são inerentes ao campo Arquitetura e Urbanismo, desde as múltiplas escalas da cidade até a escala do edifício, indagaram assuntos que perpassam a vida cotidiana como ergonomia, conforto ambiental, patrimônio cultural, morfologia urbana e suas relações com as desigualdades em diferentes esferas como classe, raça, gênero e sexualidade.

Em tempos de isolamento social esses temas que cotidianamente são muitas vezes postos em segundo plano pela sobrevivência da vida, hoje emergem e reivindicam maiores urgências. A recorrência de frases como “esse problema já existia antes da pandemia” ou “essa questão sempre foi importante mesmo antes do isolamento” demonstram que a situação que vivenciamos em função do Covid-19 veio para destacar, não apenas o imprescindível valor da vida mediante ações simples de higiene ou distanciamento, mas também os relapsos humanos em relação à própria existência dentro do ambiente em que reside, da casa à cidades. O “impressionante” foi perceber que são as questões referentes às desigualdades antes mencionadas o ponto nevrálgico da inadiável mudança que a sociedade precisa realizar.

O isolamento decorrente do Covid-19 exacerbou também o quanto “estar junto”, “viver a cidade” e “tocar as pessoas” são importantes à vida humana. Porém, quase como um ato de contradição, essa condição humana forçada pelo vírus também demonstrou a potência de estar todos “à mesma distância”. Por essa lente a ação “*Juntos à Distância*”, idealizada pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Ufal, buscou aproximar virtualmente os estudantes das atividades acadêmicas por meio das palestras semanais. Os webinários surgiram como uma alternativa que se mostrou muito contundente e relevante à produção e disseminação

do conhecimento inerente ao campo da Arquitetura e Urbanismo, perpassando a atual realidade e as necessárias reflexões instauradas pela pandemia.

As ações que iniciaram para aproximar os alunos da instituição demonstraram um alcance de disseminação, ampliando o parâmetro de aproximação para outras escalas nacionais e internacionais, mediante a plataforma digital de transmissão do YouTube que mantém os vídeos gravados. Essa mudança no parâmetro também é decorrente, quiçá principalmente, pela qualidade dos temas levantados, dos palestrantes convidados e pelo conteúdo produzido.

Desde o mês de maio de 2020, os encontros semanais, sempre às segundas-feiras às 18:00, são realizados em parceria com o Proford - Ufal Conectada e hoje já se configuram como uma prática com força para se tornar uma tradição da faculdade. Os webinários foram fundamentais para expor a interdisciplinaridade indispensável para garantir a visão holística do contexto presente e atuar na “nova normalidade”. As múltiplas reflexões necessárias em tempos de pandemia buscaram sempre a diversidade e o respeito às diferentes vozes da comunidade, dentro e fora da academia, o que descende da formação generalista do curso.

A riqueza do conhecimento produzido por esses encontros, entre professores da FAU/Ufal e convidados de diferentes lugares do Brasil (e do mundo), junto aos debates estabelecidos com a audiência composta de estudantes, professores e outros integrantes do público interno da Ufal, e pessoas de toda parte que puderam participar dos eventos à distância, implicou na importância da sistematização que apresentamos nessa coletânea. Nesse sentido, foram reunidos onze textos, das mais variadas áreas de atuação dentro do campo da Arquitetura e Urbanismo, produzidos especialmente a partir das mesas de debates da ação “Juntos à distância” e realizados com foco no contexto atual de pandemia.

O primeiro capítulo, “Pensando a pandemia nas cidades: da escala regional à escala da casa”, de Regina Dulce Lins e Raquel Rolnik, expõe desigualdades estruturais e conjunturais das nossas cidades, pré-existentes à chegada do Covid-19, como ponto de partida para construir uma reflexão sobre a pandemia e o pós-pandemia, ressaltando a importância de “observar de perto, junto, com as pessoas” para construir um entendimento adequado da realidade da nossa sociedade. Em suas diferentes escalas e contextos.

Enfocando a realidade das populações periféricas, o impacto socioeconômico do isolamento social aprofunda suas vulnerabilidades e demanda ação. Juliana Michaello apresenta no segundo capítulo “Rede de cooperação e iniciativas autônomas: enfrentando a pandemia” uma série de ações que ocorrem em Maceió, Fortaleza e Rio de Janeiro, exemplos de articulação da população “esquecida” pelas ações oficiais diante de situações de crise, para construir estratégias de sobrevivência a partir de redes de cooperação e solidariedade. Contrapondo o esquecimento e a invisibilização, Débora Cavalcanti, Paula Zacarias e Regina Dulce Lins colocam em perspectiva comunidades populares de Maceió no terceiro capítulo “Ouvindo as comunidades em tempos de pandemia: ocupações, grotas e bairros populares em Maceió”, a partir de relatos de lideranças populares, que retratam sua rotina da casa e

do trabalho e apresentam como os apoios recebidos, governamentais ou não, se inserem no momento atual. Ambos os capítulos convidam a compreender as desigualdades urbanas existentes neste momento de crise com foco nos territórios mais vulneráveis, de modo para pensar ações de combate aos impactos diferenciados da pandemia.

Agregando à problemática urbana uma dimensão carregada de estigmas e frequentemente excluída dos debates sobre habitar o espaço, o capítulo “O ‘Isolamento social’ durante a pandemia: o Espaço Prisional Habitado em foco”, de Suzann Cordeiro, aborda a relação entre o sistema prisional e a crise do Covid-19. Ao historiar as medidas oficiais contendo estratégias de combate a pandemia nos estabelecimentos penais, a autora denuncia violações de normas e recomendações que amparam a qualidade dos espaços prisionais, permitindo a aprovação de projetos que produzirão espaços ainda piores nos cárceres. A discussão adentra também as soluções emergenciais propostas para o sistema prisional em função da disseminação do vírus.

Dentro da diversidade de questões inerentes ao ambiente construído na escala urbana, o afastamento dos indivíduos da vivência habitual dos espaços da cidade no cenário pandêmico amplia os desafios para a gestão dos sítios do Patrimônio mundial. O capítulo “A participação na conservação do patrimônio cultural: dos conceitos aos atores”, escrito por Flaviana Lira, Lúcia Hidaka e Manuella Andrade, tratou da participação social no processo de conservação dos sítios históricos, situando a importância dos conceitos de autenticidade, integridade e significância cultural para contribuir com a disseminação do conhecimento junto a população em geral.

Alterando a escala de abordagem, os capítulos de Vilma Villarouco e Thaísa Sarmiento, “Ergonomia e Arquitetura: conceitos, aplicações e cenários futuros” e de Ricardo Cabús, Victor Roriz e Juliana Batista, “A importância do conforto ambiental em tempos de pandemia”, adentram o ambiente arquitetônico para refletir acerca da concepção e adequação dos ambientes de permanência em casa e no trabalho, que agora se confundem devido a intensificação do trabalho remoto durante o isolamento social e modificam as dinâmicas dos modos de morar, no espaço e no tempo. Villarouco e Sarmiento discutem a Ergonomia apontando o desenvolvimento deste campo disciplinar no Brasil ao longo dos anos, descrevendo a metodologia para projeção ergonômica dos ambientes, a MEAC, e sua aplicação tanto em ambientes internos quanto ambientes urbanos, com foco na satisfação dos usuários e de suas necessidades. Sempre com foco no usuário, Cabús, Roriz e Batista discutem a qualidade do espaço edificado a partir do conforto ambiental. Refletindo sobre o isolamento social, destacam a importância da janela como canal de contato com o mundo e tecem considerações acerca da responsabilidade dos profissionais da construção civil para contemplar o conforto e o bem-estar, para além da compreensão e aplicação de normas. Por fim, ressaltam como as conseqüentes mudanças na rotina e percepção dos indivíduos estão redirecionando suas prioridades para adaptar o ambiente construído, a fim de torná-lo confortável e, sobretudo, saudável.

Os capítulos 8, 9, 10 e 11 situam-se tanto na escala da cidade quanto dos espaços construídos, mas se agrupam pela urgência das temáticas em discussão. Em “Arquitetas Negras e Interseccionalidade: da academia a cidade”, Gabriela Pereira, Luciana Mayrink e Mayara de Paula expõem a importância de pensar as cidades a partir das relações de raça, classe e gênero, apresentando a interseccionalidade como uma ferramenta de análise teórico-metodológica capaz de contemplar as demandas de grupos sociais historicamente negligenciados e oprimidos, a exemplo das mulheres negras. As autoras expõem como a pandemia soma ao cenário de segregação e violência mais discriminação para a população negra, refletindo sobre os desafios e possíveis soluções para o alcance de uma cidade verdadeiramente democrática.

No capítulo “Repensar cidades em crise a partir do protagonismo feminino”, Zaida Muxi, Diana Helene e Magda Orellana debatem as questões de gênero a partir do protagonismo feminino, relacionando-as com a morfologia urbana em diferentes momentos da história. Revelando “legados” da tradição patriarcal sobre a produção do espaço habitado, em especial o espaço doméstico, as autoras refletem sobre as implicações relacionadas à pandemia, tais como o aumento nos índices de violência contra a mulher durante o isolamento social e a realidade de trabalhadoras domésticas e de setores ligados à saúde, que por diferentes motivos expõem as mulheres à maior suscetibilidade de contágio pelo Covid-19. O texto provoca questionamentos acerca da responsabilidade feminina pelo *cuidado*, concomitante às distorções de sua importância, e nos convida a reinventar o campo de atuação da mulher.

A temática abordada no capítulo intitulado “(R)existência da comunidade LGBTQIA+: CISTemas e o direito à cidade” surge como mais uma pauta carente de discussão sob o olhar da Arquitetura e Urbanismo. No texto elaborado por Lúcia Hidaka e pelos estudantes do Programa de Educação Tutorial da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (PET-FAU/Ufal), os resultados de pesquisas acadêmicas conduzidas a partir de uma visão interseccional em planejamento e gestão de territórios democráticos por Jéssica Tavares (Instituto Pólis) se somam aos relatos das experiências pessoais e da atuação perante a sociedade de representantes da comunidade LGBTQIA+ em Alagoas e no Rio de Janeiro, respectivamente, Natasha Wonderfull e Indianarae Siqueira. Os autores constroem um importante diálogo que evidencia os desafios enfrentados pela comunidade LGBTQIA+, tais como o preconceito, o abandono e a violência, ainda mais agravados devido a pandemia.

Encerrando esta coletânea, no capítulo “O olhar decolonial no campo da arquitetura e urbanismo: emergências atuais”, Gabriela Pereira e Paulo Tavares pontuam emergências conceituais, históricas e políticas a partir do olhar decolonial na Arquitetura e no Urbanismo. As palavras violência, racismo, negligência, memória, apagamento, identidade e ausência estão presentes não apenas no texto elaborado pelos autores, mas insistem em povoar o cotidiano da sociedade brasileira desde a sua formação. Fatalmente, denotam também a repercussão de eventos raciais na produção do espaço e alertam para o agravamento de precariedades em meio a pandemia. Que tal “des-pensar o mundo a partir de novas lentes

para o entendimento dos signos da arquitetura”, como propõe Pereira? Por que é fundamental “compreender a memória enquanto objeto/monumento/arquitetura na paisagem como resultado tanto de construções como destruições, visibilidades e apagamentos”, como defende Tavares?

Fica aqui o convite à leitura!

Referências

BONDUKI, N. **Origens da habitação social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. 6º ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2011.

CHOAY, Françoise. **A Regra e o Modelo.** São Paulo: Perspectiva. 1980

COLOMINA, Beatriz. **X-ray Architecture,** Zurich: Lars Müller Publishers, 2019.

FARIAS, Juliana Barreto de; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. **Cidades Negras:** africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Editora Alameda, 2006.

PENSANDO A PANDEMIA NAS CIDADES: DA ESCALA REGIONAL À ESCALA DA CASA

Regina Dulce Lins

Raquel Rolnik

1.1 Preâmbulo

Este artigo descreve o debate no 1º webinar da série *Juntos à distância*, (FAU/Ufal), entre a moderadora, profa. Dra. Diana Helene, as convidadas-autoras desta “fala” e o público que “se fez presente” de várias partes do Brasil. Naquele dia, 04 de maio de 2020, o Brasil tinha 108.620 casos do novo Coronavírus (Sars-CoV-2), com 7.367 mortes por Covid-19 (a doença-pandemia). Prenunciava-se o que se seguir com o desgoverno federal brasileiro, apesar dos esforços de governadores/as e prefeito/a/s. Este texto manteve-se conforme ocorreu no debate, editado somente para facilitar sua leitura. Buscou-se manter assim a fidelidade das falas, demonstrando as possibilidades das novas tecnologias, mas também os seus limites – o link da profa. Raquel, que se encontrava no interior montanhoso de Minas Gerais, caiu e suas importantes considerações ao fim do debate não puderam ser ouvidas. Encarar, porém, esse fato por uma perspectiva otimista, importante nestes tempos de pandemia, abre-nos a possibilidade de convidá-la de novo, para terminar o que começou. O tema deste webinar relaciona a pandemia com as desigualdades estruturais que caracterizam nossas cidades, em escalas distintas e que, certamente, serão fatores de impactos diversos, sobre as pessoas, famílias, negócios, enfim, sobre os territórios afetados, daqueles que caracterizam outras formações sociais, também atingidas pelo vírus. Ou seja, outras emergências-não-causadas-pelo-vírus, assim vamos chamar, estão presentes nas cidades brasileiras quando nelas aporta o Sars-CoV-2, muitas estruturais, mas algumas conjunturais que, neste momento como dizem alguns/mas, não duram mais que 15 minutos dificultando o seu entendimento. *Pandemia com pandemônio* nas palavras do prof. Miguel Nicolelis, um dos coordenadores do Comitê Científico de combate ao Coronavírus, Consórcio Nordeste¹.

¹ Criado em março de 2019 pelos nove estados nordestinos, sob a coordenação do neurocientista Prof. Dr. Miguel Nicolelis e do ex-ministro da Ciência e Tecnologia, Sérgio Rezende, objetiva ser uma ferramenta para atrair investimentos e alavancar projetos de forma integrada para a região. Ver: <https://www.comitecientifico-ne.com.br/mandacaru>.

Fala de abertura

Convém destacar a importância de pensar e dialogar a partir de Maceió este momento-processo, que é absolutamente global, pois está sendo vivido em todos os lugares do planeta, mas que tem suas especificidades em cada território onde está se manifestando. Refiro-me à pandemia nesse momento da história, nesse estágio do desenvolvimento do capitalismo, que já era um momento de crise muito profunda. É a partir dessa situação de crise, política, ambiental, civilizatória, enfim, crise de paradigmas que se propõe pensar e discutir a pandemia e o pós-pandemia.

1.2 Contextualizando a discussão sobre a pandemia

*O Brazil não conhece o Brasil; O Brasil nunca foi ao Brazil
(Querelas do Brasil, Aldir Blanc 1946-2020)*

Observar problemas complexos em diferentes escalas permite descrever situações distintas. Ampliam-se, assim, hipóteses para construir análises relevantes, no caso da pandemia causada pelo Sars-CoV-2. A inspiração para esta fala vem, portanto do Observatório de Remoções, um projeto de pesquisa coordenado pelas autoras no LabCidade, FAU/USP, em parceria com a profa. Paula Santoro, onde os problemas são abordados em pelo menos duas escalas distintas: aquela mais ampla dos territórios, estados e municípios brasileiros, mas também aquela do “*observando de perto*” entendendo os impactos de remoções sobre pessoas e famílias afetadas em comunidades específicas.

No caso desta pandemia, identifica-se relação perversa e complexa: desigualdades histórico-geográficas brasileiras versus novo Coronavírus. Essa hipótese inicial guarda limitações que necessitam explicitação, já que hoje não teremos tempo para desenvolver todas as questões que envolvem o tema. Portanto nosso objetivo aqui é levantar o véu por sobre algumas questões, que se não foram causadas pelo novo Coronavírus, mas ao se assentarem de forma perversa no território brasileiro, fazem com que o impacto da doença tenha contornos distintos, no Brasil, daqueles de outros países e cidades. Assim, nosso debate deve ser entendido mais como perguntas e hipóteses para que outros corpos, mentes, corações e almas delas se apropriem, fazendo com que o/a/s que produzem conhecimento, ética e esteticamente sensíveis, e falam desse lugar, a academia, possam continuar trabalhando com dignidade.

Algumas dificuldades se colocam, calcadas nas limitações-encontradas em Alagoas para construir as hipóteses iniciais e estabelecer o diálogo com Raquel. Entretanto tais dificuldades encontraram ressonâncias nas falas de outro/a/s cientistas que também tentam descrever e explicar esse fenômeno complexo e transdisciplinar da perspectiva de suas disciplinas, mas também de perspectivas e metodologias outras.

- 1) Inexistência de dados públicos sobre afetado/a/s pela Covid-19 em escalas distintas – O Sars-CoV-2 é um vírus que se move velozmente no tempo e no espaço, mas, por ser novo, ainda não sabemos como. Sobre a inexistência de dados específicos, importa ressaltar que dados são elementos brutos que se transformam em informações quando são trabalhados a partir de questões e hipóteses sobre eles colocados. Então não ter dados diversos sobre determinado fenômeno e disponibilizados publicamente é não ter possibilidades de avançar na produção do conhecimento e de soluções para o problema posto;
- 2) Complexidade do tema Sars-CoV-2 e Covid-19 – o novo Coronavírus e a doença por ele causada, sistêmica e complexa, ao invadir todas as esferas da vida humana trouxe consigo também novas questões para as quais precisam ser construídos novos quadros de referência que não são necessariamente disciplinares ou setoriais. Disciplinas isoladas em seus castelos não estão dando conta de descrever e explicar o que está acontecendo assim como perspectivas setoriais. Demandam-se abordagens transdisciplinares e interseccionais;
- 3) Modelo de urbanização capitalista – a linguagem usada para falar sobre o vírus assemelha-se muito a linguagem que usamos nos estudos urbanos para descrever e analisar os fenômenos no território. O vírus circula – viajou da China para o mundo de avião, de navio etc., circulou entre regiões, cidades, bairros, comunidades de carro, de ônibus, a pé, de bicicleta, de jumento etc., porque se movimentou por meio dos nossos corpos. Isto só foi possível graças ao modelo de crescimento econômico que construímos, que possibilitou essa rede espantosa de conexões físicas entre todos os lugares do mundo. Cientistas neozelandeses propuseram então argumento lapidar: só há uma única espécie responsável pela pandemia Covid-19 – nós.

Não é privilégio de Alagoas não ter informações mais precisas sobre a forma como o novo Coronavírus está se relacionando com os territórios. Podemos refletir inclusive a partir de uma questão que é absolutamente central quando falamos sobre a penetração do vírus no Brasil, assim como em cidades da América Latina ou outras cidades da periferia do capitalismo: a existência de uma diversidade enorme de condições urbanas e de condições de vida que, por hipótese, vão ter um efeito muito grande no momento em que a epidemia se espalha em condições muito diferentes daquelas que as pessoas necessitam para poder se preservar, se isolar, estabelecer relações e estratégias de higiene. Condições essas que vão desde ter ou não dinheiro para poder ficar em casa, sem trabalhar, por um período ainda indefinido, mas ter condições de comer, até ter água para poder lavar as mãos várias vezes por dia e coisas similares. Então a hipótese que temos é que a penetração do novo Coronavírus em territórios populares vai significar um verdadeiro genocídio. Mas nós não temos os dados sobre isso, inclusive para subsidiar e desenhar uma política pública de enfrentamento que seja diferenciada. Não adianta nada você dizer: fica em casa, e isto passar a ser uma decisão individual, de foro íntimo, ficar ou não em casa. O “*fica em casa*” tem que ser necessariamente acompanhado, a depender de que território nós estamos falando, de medidas absolutamente específicas, que não estão acontecendo no momento. Então não

temos as informações para vermos o grau de espalhamento e contaminação e a quantidade e a forma dos casos. O que se sabe do ponto de vista territorial, numa escala mais abrangente, é que a pandemia começou nos centros dos grandes centros e, daí para a periferia das cidades maiores, para as cidades menores e menores ainda. Numa primeira imagem, o que podemos dizer é que não há nenhum município com mais de 100.000 habitantes que não tenha hoje casos do novo Coronavírus. Do grande para o pequeno: como e aonde chegou – isto nós ainda não sabemos.

A segunda dimensão sobre os dados é esse cenário distópico que se nos apresenta, na medida em que há uma centralização da propriedade dos dados na mão de empresas-proprietárias de grandes sistemas de informação. Elas usam esses dados para o marketing basicamente e, agora, numa “bondade filantrópica”, estão cedendo esses dados para alguns governos, como São Paulo. Isto significa que nós, independente da nossa vontade (antes da pandemia, já estava acontecendo isso), estamos disponibilizando os meios para que nos controlem e para que as empresas possam extrair de nós tanto informações, como também o nosso próprio trabalho de produzir dados.

1.3 Escala Regional

Observando as emergências no território de Alagoas, colocam-se as questões para o debate na escala regional.

- 1) A concentração do vírus na capital do estado, Maceió – *contágio por difusão*, conceito, e vírus, já disseminados (trataremos mais à frente);
- 2) A interiorização do vírus em Alagoas via estradas de rodagem – *contágio por hierarquia*, conceito, e vírus, também disseminados, por dois eixos: (i) federal – direção norte para Pernambuco, que pode ser uma via de mão de dupla já que Pernambuco se apresenta como importante difusor da doença. Alagoas está instalando barreiras sanitárias nessas fronteiras; e (ii) estadual – direção oeste, para Arapiraca, o 2º maior município do estado. Sobre o impacto da doença e resposta dos municípios interioranos isoladamente sabe-se muito pouco, dadas as suas dificuldades históricas político-institucionais. Entretanto já há sugestões de interrupção de tráfego entre os estados, limitando a circulação de ônibus intermunicipais e interestaduais.

Atila Iamarino, doutor em microbiologia e especialista em epidemias virais, ferrenho defensor do isolamento horizontal, demonstrou preocupação com o avanço da doença para pequenos municípios brasileiros (LIVE, 2020). 22,5% do total de 5.570 municípios brasileiros possuem menos de 5.000 habitantes, segundo a última estimativa do IBGE (IBGE, 2019). Em Alagoas, que tem 102 municípios, 86% deles (88) têm menos que 20.000 habitantes, sendo 11% do total com menos de 5.000 almas. Esses municípios apresentam piores condições de lidar apropriadamente com o avanço da doença, pelas próprias fragilidades estruturais, dados seus sistemas de saúdes mais precários e dependentes da capital. Os, em torno, de

5.500 municípios brasileiros seriam os futuros pólos da doença com milhares de focos.

3) Por fim, mas não menos importante, o risco de rompimento de uma barragem no estado de Pernambuco². Se a tragédia acontece, o impacto nas margens do rio Ipanema, precariamente habitadas, cortando o território de Alagoas de norte a sul até desaguar no rio São Francisco, seriam dramáticas. E mais, quando associadas à pandemia. Não se está aqui sendo *ave de mau agouro*, mas elencando situações que demandam ações coordenadas entre entes federativos.

Que questões isto suscita e que tem a ver com a gestão do território brasileiro, ou seja, com a federação brasileira que tem ao menos duas características singulares? – para não dizer três considerando o governo federal que temos hoje no poder:

1) Os três entes da federação — governos municipais, estaduais e federal, para o bem e para o mal, são autônomos constitucionalmente. Trata-se de um caso único no mundo. Por ex: nos Estados Unidos, uma federação, os municípios em geral são “*filhotes*” dos governos estaduais. Por outro lado, na Grã-Bretanha, um país unitário, onde não há governos locais eleitos (nem se chamam estados e municípios), esses governos locais são “*filhotes*” do governo central. Ou seja, dependem num e noutra caso das instâncias governamentais superiores;

2) Os municípios são simétricos — São Paulo, a capital financeira do país com mais ou menos 12 milhões de habitantes e os problemas que encerra, mas também com as capacidades que possui, tem as mesmas competências constitucionais que o alagoano Coité do Nóia que tem em torno de 11.000 habitantes.

Portanto há que discutir articulação e coordenação territoriais num país com o tamanho do Brasil e diferenças regionais importantes. O Nordeste tem sido um exemplo na forma como governadores se articularam por meio de um Comitê Científico, inserido no Consórcio Nordeste (ver nota 1), constituindo-se uma sala de situação e uma plataforma científica, o Projeto Mandacaru, para lidar com a pandemia e seus impactos no território nordestino. Prefeitos das capitais nordestinas parecem ter aderido às indicações oriundas desse grupo, numa direção muito distinta daquela do governo federal, que não respeita ciência, nem em discursos, nem em ações. Mas ainda restam os outros milhares de municípios, ou seja, cooperar, no sentido de enfrentar a pandemia e os seus efeitos ainda não é um dado a priori. Há que se avaliar processualmente no tempo e no espaço. O Prof. Nicolelis argumenta que das 187 sub-regiões do Nordeste, 112 ainda tem número de casos abaixo de 50, e sugere agir imediatamente nesses territórios, que configuram quase uma muralha da China cruzando todo o Nordeste (HIPÓCRATES, 2020). A proposta seria levar os médicos da família, como uma brigada emergencial, aos lugares onde o vírus ataca, ao invés de esperar o influxo nos hospitais, principalmente os das capitais. Entende o

² *Estudo emergencial mostra o risco que representa o rompimento da Barragem em Águas Belas para o sertão de Pernambuco e Alagoas*, texto digital cedido pelo pesquisador Neison Cabral, CIEG/FUNDAJ, um dos autores do estudo. Ver também: <https://www.folhape.com.br/noticias/barragem-de-aguas-belas-em-situacao-de-alerta/136320/>.

coordenador do Comitê Científico Nordeste que este seria o caminho para salvar muitas vidas e nas suas palavras seria a chance de ganhar a guerra. Decisão, entretanto, que está nas mãos de governadores e prefeitos.

A situação mencionada é semelhante às ondas que começaram nos países do norte, China, Europa, Estados Unidos e depois se espalham no hemisfério sul, nas grandes cidades e dessas pelos eixos de circulação para as pequenas cidades. Temos então duas questões:

1) A natureza do nosso pacto federativo – para o bem e para o mal. Apesar do governo federal, governadores e prefeitos começaram a agir. Tem sido muito importante o fato de que mais de 3.500 municípios dos 5.600 que nós temos estabeleceram estratégias próprias municipais de controle, inclusive trabalhando de forma preventiva em todos os bairros de seus próprios municípios, fazendo barreiras e bloqueios para controlar quem entra e sai do município. Vários municípios fizeram isso independentemente da estratégia dos próprios governos estaduais e do governo federal. Governos estaduais também decretaram estratégias de isolamento e alguns estão anunciando nesse momento, *lockdown*, estratégias muito mais radicais, apesar do governo federal anunciar que “*não tem nada, que é uma gripezinha*”, um governo genocida;

2) Essa dimensão, aponta, por outro lado, a fragilidade do nosso pacto federativo, ou seja, que condições têm um pequeno município do interior de enfrentar a doença? Começam a pipocar os casos, a maioria não tem estrutura, não tem equipamentos, tratamentos, tem muito menos possibilidades e recursos para tratar as pessoas. Isto vai significar então uma condição muito mais precária. Talvez isso seja um elemento interessante para nós pensarmos na pós-pandemia. Os cenários para a pós-pandemia já estão sendo vividos agora. A depender da forma como enfrentamos, isto vai definir como vamos sair dessa. As estratégias de cooperação inter-federativa surgem como o elemento central. Essa iniciativa do Nordeste é muito importante, porque é uma iniciativa de cooperação inter-federativa, entre estados. Esse é o nó da história. Não haveria problema nenhum em Coité do Nória ser um município, desde que esse município pudesse participar em rede com outros municípios. É impossível imaginar que todos os municípios vão fazer carreira-solo. A cooperação é o elemento em que nós vamos ter que avançar mais, pensando nessa dimensão regional do novo Coronavírus. Não temos uma dimensão regional estruturada no Brasil e as experiências de estruturação dessa ação regional é que vão dar o caminho para as possibilidades do que podemos fazer mais adiante.

Algumas perguntas do público

P: O contágio cresce nas periferias, as políticas públicas de acesso ao sistema de saúde pública falham, como vocês vêem a organização dos bairros de maneira autônoma para além do Estado?

RR: O que assistimos nesse momento são lições para nós, uma decepção total na perspectiva de políticas públicas porque elas que deveriam ser territorializadas, pensadas do ponto de vista da especificidade de cada lugar, não estão dando conta disso. Por outro lado, o que estamos vendo é uma proliferação muito grande de organizações autônomas, a partir da própria sociedade civil. Elas usam evidentemente o que existia de tecido social organizado, associativo, para poder construir redes de solidariedade e redes de cuidado, estratégias de preservação da vida, num movimento muito forte de auto-organização. Se por um lado, a gente pode dizer que é legal, não dá para dizer que no futuro as pessoas devem fazer isto sozinhas, que não vão precisar de estado, claro que não é isso. Isso é capacidade de auto-organização das pessoas. A capacidade que essa organização tem de chegar capilarmente em cada lugar é uma lição para a política pública no sentido de não fazer a política pública como se fosse uma espécie de disco voador, definido na estratosfera, caindo sobre os territórios sem um diálogo, sem uma interlocução direta com as pessoas, sem conhecer a forma como elas se estruturam. Isto mostra que se a política pública dialogasse com o que há de tecido social organizado, então ela teria condições de ser implantada no território integrando esse tecido social. Seria um caminho muito interessante para repensar as políticas.

RDL: Em Maceió, coletivos que estão se auto-organizando existem também e tem tentado se estruturar para dar apoio às populações em necessidade, mas não conheço como tem sido o processo de auto-organização da população. Em outras palavras, coletivos de fora das comunidades têm se organizado para transferir o apoio necessário às comunidades necessitadas. Mas não há nenhuma semelhança com o que acontece, por ex., em Paraisópolis (SP), de onde sabemos que a própria comunidade se organizou e se estruturou para monitorar o avanço do Coronavírus e agir adequadamente. Por outro lado, concordo com Raquel, não dá para abdicar da responsabilidade do estado. Em Alagoas, e numa cidade como Maceió, onde algumas dessas desigualdades estruturais são extremamente perversas, o estado, em níveis distintos, tem um papel importante, ou pelo menos, deveria ter, e a política pública também.

P: Quais as melhores estratégias regionais para que as cidades do interior entrem nessas redes de cooperação, posto que dados e informações são difíceis e subnotificados?

RR: Os dados e informações são difíceis e subnotificados, também porque não há uma articulação entre a produção de dados e informações locais, a partir de quem está no território. Esses sabem que alguém adoeceu, sabem que alguém saiu para ir para o hospital, ou seja, tem um processo de produção de informações que está na base e outro que acontece a partir do estado. A grande questão seria o encontro dessas duas estratégias. Entendo que hoje a melhor forma de registrar os infectados é também mobilizando uma rede local e fazer as conexões complementares com o estado.

RDL: Importantes momentos no Brasil de produção intensa de dados, informações, estudos sobre temas relacionados à cidade existiram pós-aprovação do Estatuto da Cidade e, logo depois, com Ministério das Cidades. A quantidade e a qualidades das ideias que circularam

e começaram a ser implementadas, inspiradas numa nova forma de planejamento e gestão vieram à tona. Naquele contexto, construiu-se um marco, e exemplifico aqui com o saneamento, que estimulava a criação de consórcios regionais, para que os municípios do interior, principalmente aqueles que não davam contas de cuidar isoladamente, por ex., da sua coleta e tratamento de lixo, pudessem se articular em grupos de municípios. Agora com a pandemia em curso, soube que há municípios no interior do Brasil, organizados em consórcio de saúde e que eles, assim articulados, têm tido alguns avanços no monitoramento e no tratamento da Covid-19, o que municípios isolados não conseguiriam.

P: Qual é o papel das cidades médias, nem sempre em contextos metropolitanos, na produção de informações espaciais e infraestruturais e na articulação de políticas multi-escalares?

RR: Acho que aqui emerge, de novo, essa ideia sobre nosso pacto federativo que é muito subdesenvolvido. Apesar de termos um marco, por ex.: de consorciamento de municípios, temos muito pouco definidos os papéis específicos, para municípios que estão inseridos em contextos regionais específicos. Então uma situação é um município de 200.000, 150.000 habitantes, numa metrópole, porém situação distinta é um município de 150.000 habitantes que é uma cabeça de uma região, ou seja, são completamente diferentes e os seus papéis deveriam ser também. Questões para serem pensadas e melhor desenvolvidas. Queria também chamar atenção que do mesmo jeito que estamos vendo organizações sociais e mobilizações territoriais de forma autônoma para enfrentar a pandemia, há também experiências municipais interessantes acontecendo. Creio, inclusive, que se tivermos eleições municipais esse ano parte do debate e, sobretudo, parte da disputa da eleição também vai ter a ver com a forma como as prefeituras se comportaram durante a pandemia. Estão emergindo lideranças nas cidades que conseguiram se mobilizar no combate à pandemia e essas vão ter um impacto muito grande. Isso é um processo político, porque é um processo de organização social para assumir determinadas intervenções e tomadas de decisões. Dessa experiência podem emergir novas lideranças, no processo eleitoral municipal que viveremos ou esse ano, ou em algum momento futuro próximo, espero.

RDL: Costumava responder sobre processos participativos aqui em Alagoas, com uma expressão que é muito alagoana: “*tem, mas tá faltando*”! É assim que enxergo nosso pacto federativo, pois a ideia de cidade média no Brasil é complexa, dadas as diferenças no território brasileiro: uma cidade média na Amazônia não é o mesmo fenômeno que em Alagoas, ou ainda em Santa Catarina? Há distinções que dizem respeito ao fato de termos um território extremamente diversificado, em que essas questões não foram enfrentadas politicamente, ainda, e em que outras regionalizações seriam possíveis³. Concordo com Raquel que o surgimento de lideranças municipais firmes, que entendem o papel das cidades no encaminhamento de ações para a gestão dessa crise, pode ser sinal de que é possível haver mudanças nesse quadro.

³ Ver Prof. Dr. Rogério Haesbaert (REVENDO, 2020).

1.4 Nas escalas da cidade e da casa

Apesar do novo Coronavírus ser o mesmo para todas as cidades, a sua disseminação pode apresentar configurações totalmente diversas, de região para região e, até, de um bairro vizinho para outro. Portanto parecem ser hipóteses dessas diferenças desde a capacidade que cada pessoa tem de fazer o isolamento e restringir movimentações até à organização característica de cada localidade. Pareceu-nos então fundamental partir do empírico Maceió e, aqui, olhar para os territórios populares, esses que parecem vir a sofrer os impactos da doença de forma mais perversa. Outras realidades urbanas no Brasil apontam nessa direção.

Miguel Nicolelis (HIPÓCRATES, 2020) apresenta uma situação peculiar, argumentando sobre o padrão que se repete nas capitais do Brasil que tem aeroportos internacionais: São Paulo, Rio de Janeiro, Fortaleza, Recife, Salvador, Manaus e Natal teriam comportamentos similares de espraiamento da doença nos seus territórios. Comportamento diferente das que não se situam nessas redes aeroportuárias, citando: João Pessoa, Aracaju e Maceió. Não temos como avançar neste argumento porque pesquisas comparativas seriam necessárias. Concentremo-nos então em Maceió. Sem aeroporto internacional, ou pelo menos, com uma inserção limitadíssima nessa rede, isto não impediu viagens daqui para fora e de fora para dentro. Recebeu pessoas vindas do exterior e foi por aí que aqui se iniciou o contágio por difusão.

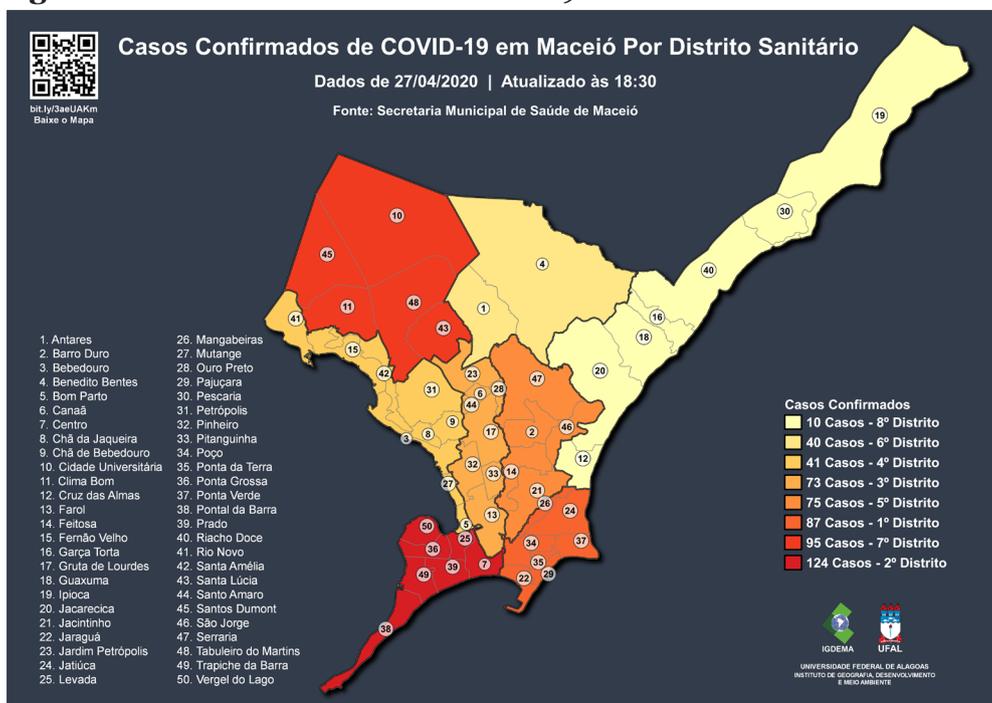
Embora não tenhamos tido sucesso na tentativa de que os dados de endereçamento dos casos em Maceió (por CEP) fossem feitos públicos, a descrição, na última semana de abril, em vídeo divulgado em várias redes sociais, da diretora do Hospital de doenças tropicais, informa que o vírus já se encontrava em mais de 40 dos 50 bairros maceioenses. Ou seja, já havia se difundido por todo o território-não homogêneo da cidade de Maceió.

Argumentos, de representantes do governo municipal, de que liberar dados detalhados geraria pânico ou violaria a privacidade das pessoas afetadas, não se sustentam. O pânico está sendo gerado nas portas das UPAS, dos hospitais, dos cemitérios quando a população, principalmente aquela mais pobre, e que depende do sistema público de saúde, descobre que ele colapsou. Pânico ainda se dá na frente dos bancos públicos com a demora ou o não pagamento dos R\$ 600,00 que garantiriam a comida na mesa de quem não pode sair para trabalhar ou não pode trabalhar de casa. Quanto à privacidade dos dados, cita-se o exemplo de Recife (no mesmo Nordeste que Maceió): representantes municipais disponibilizaram um mapa interativo, para ser usado em celulares, em que qualquer pessoa pode localizar a rua onde mora, para saber se aí houve casos da doença e, portanto, se proteger melhor. Aqueles infectados aparecem só como números sem associação com seus endereços. Entretanto, hoje as *big data* das companhias de celulares permitem aproximações de fato invasivas de modo muito mais competente que os dados das secretarias estaduais e municipais de saúde sobre a doença e isto não parece preocupar governos.

Mapa elaborado pelo Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente da Ufal, com os dados oficiais de 27/04/2020, disponibilizados pela Secretaria de Saúde da capital, em nível de distrito sanitário, descreve os casos confirmados da doença em Maceió (Figura 1). São oito distritos sanitários que englobam os 50 bairros. Descrição que embora reveladora, impõe limites a análises territoriais detalhadas, dada a escala desses dados básicos. A agregação em oito distritos não nos permite analisar de forma consequente o que ocorre, de forma diversa, nos 50 bairros de Maceió. Há que se levar em conta também a geografia peculiar desta cidade, o que pode, conforme suscitam algumas hipóteses, afetar a forma como o vírus circula territorialmente: grotas, encostas, planície, litorânea e lagunar, e tabuleiro configuram uma paisagem física recortada por desigualdades estruturais.

Consciente dessas enormes limitações oferece-se aqui uma primeira aproximação sobre a situação do Coronavírus em Maceió. Construimos um Coeficiente de Contágio por 1.000 habitantes para cada um dos oito distritos sanitários de Maceió, a partir de outras cidades brasileiras onde o avanço perverso do vírus sobre os seus territórios mais precarizados foi demonstrado. O objetivo desse coeficiente é a ponderação, a partir de outras dimensões, dos números absolutos de contaminados, relativizando-os.

Figura 1 - Casos Confirmados de COVID-19 em Maceió Por Distrito Sanitário



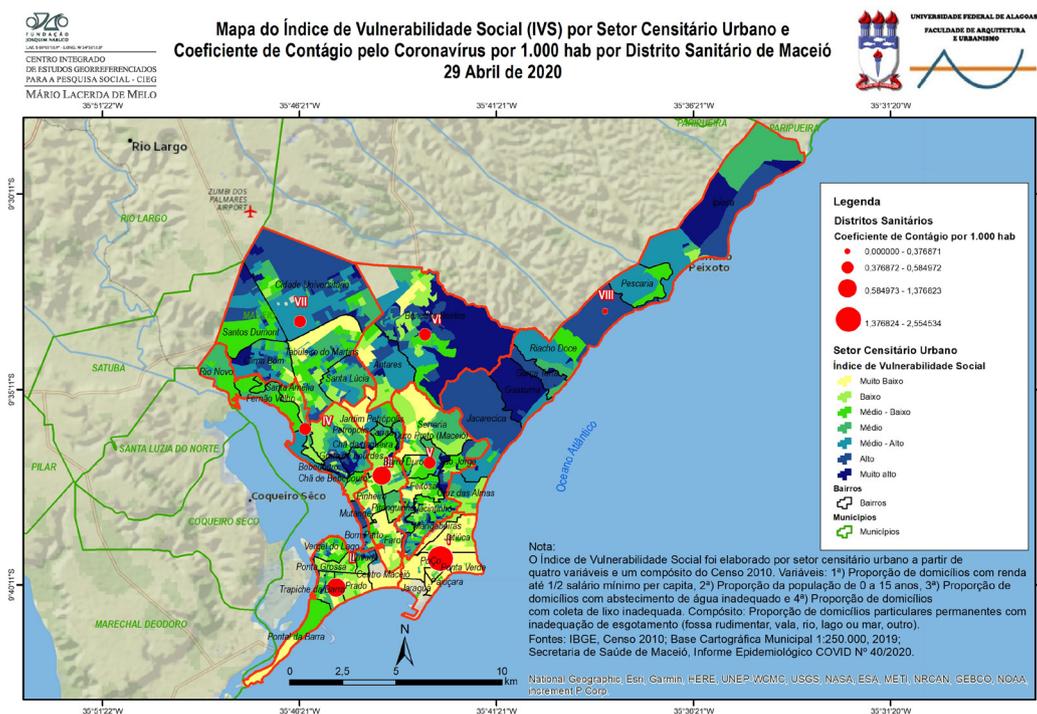
Fonte: IGDEMA/Ufal

O coeficiente proposto foi cruzado com um Índice de Vulnerabilidade Social⁴, e o mapa resultante demonstra a complexidade do território da cidade de Maceió, entrecortado

⁴ Baseado em cinco variáveis do Censo 2010: (i) renda até 1/2 salário mínimo; (ii) presença de menores até 15 anos; (iii) precariedade de abastecimento de água; (iv) coleta de lixo e (v) esgotamento sanitário).

por bolsões vulneráveis em toda a sua extensão, à exceção do entorno da orla marítima adjacente ao bairro da Ponta Verde (área nobre) e do eixo Av. Fernandes Lima (principal corredor de acesso da cidade) (Figura 2). A vulnerabilidade social apresenta-se alta e concentrada na porção norte da cidade, ao longo do litoral, sobe o tabuleiro, pelas encostas, na direção noroeste assim como em porções situadas na orla da lagoa Mundaú, que sobem pelo lado sudoeste. As grotas, valas de drenagem que recortam o território na direção da lagoa Mundaú e do Oceano Atlântico, são também porções de alta vulnerabilidade.

Figura 2 - Mapa do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) por Setor Censitário Urbano e Coeficiente de Contágio pelo Coronavírus por 1.000 hab por Distrito Sanitário de Maceió



Fonte: FREIRE; LINS; CAVALCANTI, 2020.

Entretanto, ainda não é possível descrever a pandemia de forma mais capilarizada dadas as complexidades postas pela interseção da vulnerabilidade social com estruturas físicas dos assentamentos e a inacessibilidade aos dados de casos confirmados e mortes por origem de residências. Dessa maneira, a análise preliminar revela que a maior concentração da Covid-19, em função do índice calculado, ainda está nos bairros com situação de vulnerabilidade muito baixa, a área mais rica da capital. Como hipótese, pelo menos até 30/04/2020, é possível argumentar que a pandemia ainda não se intensificou nas áreas de maior vulnerabilidade social de Maceió, apesar do vírus já existir em todo seu território.

Maceió, além da emergência da pandemia, apresenta um risco de um desastre tecnoindustrial, um caso único dentre as situações urbanas que sofrem o impacto do Coronavírus, uma emergência de saúde pública e econômica. Alia-se aqui outra emergência

relacionada com o afundamento de porções de quatro bairros da cidade, densamente ocupados: Bebedouro, Bom Parto, Mutange e Pinheiro. Essas áreas foram objeto por mais de 30 anos de atividades de mineração do salgema, por meio da perfuração de poços profundos no seu subsolo, pela Braskem/Odebrecht. Relatórios técnicos elaborados pela Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) demonstraram o risco real de subsidência desses solos, o que já motivou a remoção forçada de 2.200 famílias até o momento. Alguns desses bairros têm grandes extensões no nível da lagoa Mundaú que poderão sofrer, além do afundamento do solo como em outras áreas na parte alta, uma inundação pelo corpo hídrico lagunar.

Mas o que significa nesse contexto morar nos territórios populares em Maceió? Como cuidar do próprio corpo e do corpo do/a/s outro/a/s em tempos de Coronavírus em situações de precariedade habitacional, se a casa é o abrigo desse(s) corpo(s)? Esta escala de abordagem do problema, ao aproximar nossos corpos de outros corpos, em suas formas de morar, permite desvendar o que muito/a/s preferem não explicitar: quem são as famílias que habitam os territórios populares de Maceió? E como habitam? As imagens a seguir falam por si (Figuras 3 a 6).

Figura 3 - Complexo Favelas Sururu de Capote, margens da lagoa Mundaú, Maceió



Fonte: Eliane Brandão, 2018.

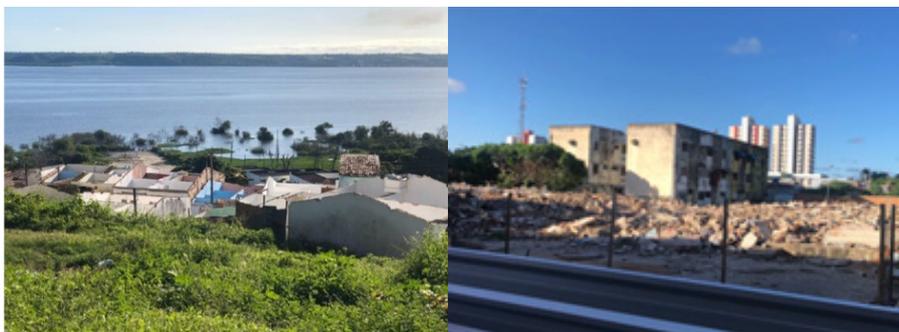
Figura 4 - Ocupação Dandara, Cidade Universitária, Maceió



Fonte: Gustavo Matos, 2019.

Figura 5 - Grota do Estrondo, Feitosa, Maceió

Fonte: ONU-Habitat Alagoas

Figura 6 – Mutange e Pinheiro, territórios afetados por mineração da Braskem, Maceió

Fonte: Melissa Mota, abril, 2020.

Neste momento as imagens falam mais forte do que dados estatísticos. Esses numa escala mais abrangente, e com 10 anos de defasagem (pois o último censo do IBGE foi realizado em 2010), não dão conta de explicitar as paisagens de precariedade habitacional. Só “*observando de perto*”⁵, método-vivido-experimentado no Observatório de Remoções, para que uma aproximação ético-política com territórios populares aconteça. Portanto, neste momento, o “*Fique em casa*” pressupõe, também, uma ação pública para com os territórios populares de forma a potencializar aquelas que já estão ocorrendo por forças de coletivos autônomos organizados para esse fim.

Nós, equipe do LabCidade, estamos lutando muito, porque ao contrário das leituras territoriais com recorte temporal, por exemplo, o Censo de 2010, retratamos aquele momento. Por outro lado, quando se fala do contágio, da epidemia, temos uma dinâmica territorial e uma temporalidade. Então o fato de que hoje o maior número de óbitos, mas também o

⁵ O coletivo Mundaréu da Luz, articulado para propor um plano alternativo, o Campos Elíseos Vivo, ao do governo de São Paulo para o entorno da Cracolândia, “*observou de perto*” intensivamente esse território daquela capital. Significou conhecer a moradia popular ali existente e a configuração dessas famílias e de suas casas ativamente e com ele/a/s. E por outro lado avaliar e contestar a política de habitação do governo São Paulo a ser implementada via parceria público-privada (PPP).

maior número de óbitos per capita em Maceió esteja nos bairros de alta renda, não quer dizer que já não está acontecendo uma penetração nos territórios populares, porque os dados são defasados. Por outro lado, o caso-exemplo de São Paulo, que chocou todo mundo na semana passada, quando bairros, distritos populares começaram a ter um número muito maior de mortos do que os distritos de mais alta renda, e levou a comentários de que a pandemia iria matar muito mais na periferia — por isso é muito importante trazer o per capita. Se há muito mais gente na periferia, então vai matar absolutamente muito mais gente, porque tem muito mais gente, ou vai matar proporcionalmente muito mais gente? Imagina-se que sim absolutamente, quando se aponta para essa condição que assusta, porque parte-se da hipótese que a doença vai provocar uma verdadeira destruição ali, mas ainda não temos os dados e as informações para afirmar isto proporcionalmente. Começamos nossa conversa falando nas escalas, e na experiência do *Observatório de Remoções*, aprendemos que não é possível examinar determinados fenômenos, em determinadas escalas. Como consequência esse mapa dos casos da Covid-19, por distritos em Maceió, não mostra exatamente o que está acontecendo. Essas grandes áreas, que são os distritos, têm internamente uma diversidade que só é possível examinar quando a gente “*observa de perto*”⁶. Mas não é observando de perto, olhando de cima, *observar de perto* é observar junto, de dentro, observar com, por isto é importante trazer a ideia da participação. A participação não é aquela coisa que está na moda, que precisa de audiência pública, e que ninguém entende nada. Não é isto, é outra coisa! Construir o conhecimento com, pensar como trabalhar a partir das realidades que são distintas e que estão presentes nos distintos territórios. E só é possível fazer, não só em outra escala distinta daquela dos distritos, mas a partir de outras epistemologias, a partir de um deslocamento de quem está vendo. Em vez de olhar a partir de parâmetros, de indicadores vindos de cima para baixo, começar a perceber a partir das questões que estão colocadas por aquelas pessoas no seu cotidiano, no lugar onde estão. Isto coloca para nós, para o planejamento urbano pós-pandemia, outra perspectiva.

Mapas gerais, que fazem narrativas gerais, que definem os lugares apenas pela falta, por exemplo, índice de vulnerabilidade, que não entram em contato com o que são esses lugares não têm sido úteis. É preciso entrar muito mais ali dentro para ver quem é, como está, suas características, suas definições, para pensarmos a partir dali. Isso é uma lição para o planejamento urbano absolutamente essencial, uma lição que esse país está vivendo também na pandemia... Aqui o link da Profa. Raquel caiu!

Determinados fenômenos não são observáveis em determinadas escalas. Porém, o mapa por distritos em Maceió é importante, como ponto de partida, para demonstrar a limitação que temos sobre o que está acontecendo com a pandemia no território. O mapa grita em contradições e só outro webinar para discutir essas questões. Outra questão muito pouco considerada: quando se fala de números por área, esquecem-se diferenças que são internas às áreas. Em Maceió 200 pessoas contaminadas na Ponta Verde, bairro

⁶ Ver <https://www.observatorioderemocoos.fau.usp.br/>.

“nobre” da orla marítima, não são iguais a 200 no Vergel do Lago, localizado na periferia da orla lagunar. Estar num ou noutro bairro faz uma enorme diferença. Por exemplo, se correlacionamos esses números à oferta de leitos hospitalares em caso de necessidade: para a Ponta Verde, a oferta vai se dar no setor privado, ao contrário daquela do Vergel. Já temos indícios que a taxa de cura da COVID-19 em hospitais particulares é 50% maior do que em públicos (FARIA, YUKARI, 2020) dado que explicita o que significa qualificar pessoas como diferentes pela sua posição sócio-econômica, que é também de raça e de gênero. Homogeneiza-se o que não é homogeneizável!

Quanto à participação lutamos muito, organizamos verdadeiras batalhas, de todas as naturezas, para que as políticas públicas urbanas pudessem ser mais inclusivas e, portanto, participativas. Excelentes resultados vieram da inclusão do/a/s que estavam dentro dos territórios, por ex., na produção dos seus próprios mapas. No *GEOCidades Piranhas* (LINS, 2010), os mapas foram produzidos conjuntamente com os agentes de saúde do Programa de Saúde da Família do SUS: conhecedore/a/s exímio/a/s do território, moravam onde trabalhavam, eram funcionário/a/s público/a/s concursado/a/s e compreendiam por dentro as realidades concretas de cada família, das pessoas, das condições territoriais das áreas onde habitavam e trabalhavam. Essas são lições para o planejamento.

Algumas perguntas do público

P: O que na forma das cidades pode influenciar, ou não, a propagação, ou a contenção, do Coronavírus? Como pensar novas formas de desenhar cidade que vão implicar na maneira como o Coronavírus se relaciona com a estrutura urbana? Sobre a relação entre centro e periferia, como se deu a mobilidade entre esses dois pólos, principalmente dos trabalhadores que moram às margens da cidade e que tem que trabalhar nas áreas centrais?

P: Há alguma possibilidade de mudança na forma em que o planejamento urbanístico espacial é elaborado, pensando mais em uma situação de pandemia como a que vivemos hoje?

RDL: Gostaria de argumentar, mais uma vez, que o Brasil é um país extremamente diverso. Por ex.: em São Paulo os conceitos de centro e periferia já não descrevem mais a forma como as pessoas se localizam, experimentam, na cidade. Territórios populares, como conceito, é uma estratégia metodológica importante, pois os territórios populares também estão no centro rico de São Paulo. Essa é uma primeira discussão que orientou a luta do coletivo Mundaréu da Luza para garantir que essas pessoas e famílias que faziam parte desse território popular no centro de São Paulo pudessem continuar ali. Há uma lógica daquela moradia naquele lugar — 90% das pessoas se deslocam a pé cotidianamente e levam no máximo 20 minutos para chegar ao trabalho ou a escola dos filhos, o que é um luxo em São Paulo. Ou seja, morar no centro de São Paulo por proximidade ao lugar de trabalho, era a estratégia de sobrevivência mais importante para aquelas pessoas pobres. Assim não pagavam transporte

e o custo alto passava a ser o da moradia. Na cidade de Maceió apesar da realidade distinta, há aproximações. Nós temos uma cidade muito espraiada, para o tamanho de sua população, e nas suas franjas, de fato nas suas franjas, ou naquelas áreas que não são de interesse do mercado imobiliário, é onde habitam os mais pobres, é o que definimos no início como desigualdades estruturais. Geograficamente é periférico, mas também é central: as grotas, as encostas, a beira da lagoa estão por toda cidade. Certamente que a sua (re)discussão tem que fazer parte da agenda política e urbanística desta cidade, para que a gente possa sobreviver como raça humana.

Dizem os especialistas que esta pandemia não será a última. Então nós vamos ter que repensar e decidir, mudar como sociedade no pós-pandemia. A Holanda já fez uma proposta de uma política de decrescimento. Barcelona, com uma prefeita, Alda Colau que está disposta a realmente rediscutir o que se pensa e o que se faz sobre a cidade, propõe quatro aspectos para mudança: (i) a reorganização da mobilidade, retirando o carro da primazia da circulação na cidade; (ii) a reatualização da cidade, pela implementação da natureza; (iii) a desmercantilização da habitação e (iv) o decrescimento. Uma proposta de mudança completa no paradigma de crescimento urbano capitalista e na forma como, não só as nossas cidades, mas as cidades capitalistas de um modo geral foram construídas. Como no capitalismo periférico e dependente em conjuntura conservadora isto será discutido é outra questão.

P: Considerando a precariedade da moradia da população em Maceió e no Brasil todo, ao mesmo tempo em que temos quase a mesma quantidade do nosso déficit habitacional em imóveis vazios, como pensar habitação social, reforma urbana? Por que, como medida emergencial, não usar os hotéis vazios para colocar as pessoas que não tem condições adequadas de habitação? Como evitar despejos, já que há várias pressões na cidade: atingido/a/s por Braskem, ocupação próxima à Cidade Universitária, durante a pandemia? Quais as necessidades residenciais neste contexto? Seria o caso de mudar a maneira de pensar o projeto da casa?

P: Já é possível pensar em uma reestruturação das cidades? Com a COVID-19 urge a necessidade de produção de habitação social dentro dos espaços já urbanizados, evidenciando as falhas dos programas MCMV?

RDL: Inicialmente para esclarecer uma diferença conceitual: o despejo é individual, são ações contra indivíduos; as remoções, por outro lado, são coletivas, e como remoções coletivas elas podem ser de vários tipos e algumas são reintegrações de posse, como pode ser que seja esse caso perto da Cidade Universitária. Pelo que sei, a pressão pública parou a remoção, que era ação da Prefeitura de Maceió, para nossa surpresa, com a falta de humanidade neste momento de pandemia. Nosso esforço no *Observatório de Remoções* foi sempre de nos contrapormos a remoções de populações, em quaisquer situações, onde não havia risco à vida do/a/s envolvidos/a/s. Isto apoiado por vários grupos e instituições, incluindo Ministério e Defensoria Públicos, porque nós nos contrapúnhamos, na maioria das vezes, ao

próprio governo da cidade e do estado. Então, e ligando com essa pergunta sobre habitação social, em São Paulo as ações que mais removeram, ou ameaçaram remover, conforme nosso mapeamento, num determinado período de tempo, foram as ações de urbanização de favelas contraditoriamente. A própria política pública, que em tese, seria para manter as populações, era a que mais removia, ou ameaçava remover. Decidir sobre a natureza da política pública de habitação social, é, portanto, uma decisão política, não é uma decisão técnica. A decisão sobre o MCMV foi política, em vários níveis de governo, e hoje podemos avaliar o seu resultado. E agora, podem ter certeza, este governo federal está desenhando políticas de habitação de interesse social (SIC!) que são completamente mercantilizadas. Então a decisão não é técnica, assim como a decisão sobre o planejamento urbano. Reafirmei constantemente durante 40 anos, que planejamento urbano só é técnico depois que se dá a decisão política sobre que porções da cidade vão para que pessoas/atividades. A partir daí escolhe-se a técnica para implementar isto ou aquilo. Esta é uma questão difícil que nós temos, mais uma vez, que enfrentar. Mesmo o ideário de reforma urbana que temos quando é colocado frente à frente com este desgoverno leva-nos a perguntar: que reforma urbana? Como será possível qualquer discussão neste sentido quando sabemos que o filho do presidente entrou com uma proposta para extinguir os dois artigos da constituição que definem a política urbana brasileira e a função social da propriedade urbana?

No Nordeste, governadores e prefeitos estão fazendo o que podem, mas governadores e prefeitos não podem emitir moeda, por exemplo. Só quem pode emitir moeda, fazer dívida pública em moeda corrente do país, é o governo federal e o governo federal não quer fazer. Então não existe habitação social sem despesa, sem investimento. Não é possível, na minha perspectiva, pensar habitação social no Brasil, com um modelo de desenho único e com um tipo de casa única. No levantamento, pequenininho, que a gente fez no centro de São Paulo, encontramos pelo menos cinco tipos de famílias diferentes, desde aquelas com uma pessoa até famílias com sete pessoas e exercendo várias atividades, formais e informais, distintas. Portanto a política de habitação de interesse social se reveste de muitas complexidades, porque temos uma população que não consegue comprar no mercado privado ou naquele do crédito bancário e, por outro lado, há diversidades de vários tipos. Nós somos um país diferente da Suécia, a despeito do que fala o presidente da república. Nós temos uma população muito mais diversificada, muito mais complexa em termos de renda. A maioria dessa população que precisa de uma habitação de interesse social não tem uma vinculação formal de renda, então circula no informal e é a partir do informal que eles constroem a sua sobrevivência. Então uma política de habitação de interesse social tem que considerar esse contexto. E para pensar nisso, trazendo aqui de volta a fala da Raquel, tem que ser uma política de cooperação entre governo federal, governos estaduais e governos municipais. Até já tentamos!

Por fim, mas não menos importante, cabe aqui reforçar a crença na ciência, mesmo vivendo uma crise de paradigmas. E mais: a ciência não tem uma única lógica, uma única metodologia, uma única epistemologia, uma única teoria, uma única forma. Tem, isto

sim, um cabedal de opções que são definidas a partir de várias perguntas/escolhas. Mas isto é tema para outro webinar. Trago o tema para reforçar que os quatro eixos escolhidos coletivamente por Barcelona, para discutir o pós-pandemia, e apoiados por sua prefeita Alda Colau, foram escolhidos após o conhecimento de um relatório científico que demonstrava que o Coronavírus foi mais letal em lugares com maior poluição do ar, por monóxido de carbono. Nós não conhecemos ainda os impactos do vírus nos territórios das cidades brasileiras e quais as suas relações com o que nós já temos instalado. Quando falo de território, estou falando para além do solo urbano, na água, no ar, na terra e nas pessoas: espaço versus poder. E a cada dia há uma nova informação. A mulher e o homem são os únicos animais que conseguem predestinar aquilo que querem lá na frente. Se depois de sofrer a pancada que estamos sofrendo (e este é um momento de tragédia, de incerteza, mas pode ser também de esperança) não conseguirmos pensar e agir diferente, algum equívoco muito grande está acontecendo.

1.5 Posfácio

No momento de finalização deste texto em 21 de julho de 2020, o Brasil tinha 2.129.053 de casos de infectados pelo novo Coronavírus (Sars-CoV-2), com 80.493 mortes causadas pela doença COVID-19. O Brasil que contém 2,67% da população mundial apresenta, por outro lado, 14,50% dos casos de COVID-19 e 13,20 % das mortes pela doença no mundo. Esses números falam por si sós e demonstram, no mínimo, o tamanho do desgoverno e do despreparo desse nosso país continental, principalmente, do governo federal que deveria desempenhar o papel de coordenador e integrador dos esforços territoriais, no enfrentamento da 1ª guerra de nossa geração. Triste Brasil!

Referências

FARIA, Flávia; YUKARI, Diana. Taxa de cura da Covid-19 é 50% maior em hospitais privados. **Folha de São Paulo**. São Paulo, ano 100, n. 33.350, p. B1, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2020/07/taxa-de-cura-da-covid-19-e-50-maior-em-hospitais-privados.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2020.

FREIRE, N. C. F.; LINS, R. D. B.; CAVALCANTI, D. Novas emergências no território de Alagoas: difusão da pandemia covid-19, rompimento de barragem e afundamento de bairros. **Hygeia - Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde**, p. 436 - 440, 25 jun. 2020. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/hygeia/article/view/54559>Acesso em: 11 jun. 2021.

HIPÓCRATES, Galeno, Marco Aurélio e a medicina como arte sem fronteiras. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (13 min). Publicado pelo canal Miguel Nicolelis. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?reload=9&v=JRpjao93rxA>. Acesso em: 04 mai. 2020.

INSTITUTO DE GEOGRAFIA, DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE. IGDEMA/UFAL. Casos confirmados de COVID-19 em Maceió por distrito sanitário: Dados de 27/04/2020, atualizado as 18:30. Maceió: IGDEMA/Ufal, 2020. 1 mapa, color. Disponível em: bit.ly/3aeUAKm. Acesso em: 21 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo demográfico 2010: Resultados. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/resultados.html>. Acesso em: 21 jul. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estimativas da População: Tabelas-2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?=&t=resultados>. Acesso em: 21 jul. 2020.

LINS, Regina Dulce Barbosa (org.). **Perspectivas para o meio ambiente urbano:** GEO Piranhas. Maceió: [s. n.], 2010. Disponível em: https://wedocs.unep.org/bitstream/handle/20.500.11822/9110/-Perspectivas_%20para_%20O_Meio_%20Ambiente_Urbano_-_GEO_Piranhas-%202010GEO_Piranhas_2010_%201.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 20 jul. 2020.

LIVE 03/05: O Lockdown vem aí #FiqueEmCasa. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (77 min). Publicado pelo canal Atila Iamarino. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gs-HlvC5iJc>. Acesso em: 04 mai. 2020.

REVENDO questões regionais: de(s)colonização da região em Geografia. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (126 min). Publicado pelo canal PET Geografia UFGD. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lrMlgWE3WXQ&t=5109s> Acesso em: 29 de junho de 2020.

REDE DE COOPERAÇÃO E INICIATIVAS AUTÔNOMAS: ENFRENTANDO A PANDEMIA⁷

Juliana Michaello M. Dias

2.1 Introdução

Ao longo da pandemia, as desigualdades sociais que se expressam no Brasil através da precariedade e da falta de infraestrutura dos territórios periféricos ficaram ainda mais evidentes. A inação histórica do estado brasileiro nestes territórios, que surgem de uma necessidade básica – a moradia – leva os moradores destes territórios “esquecidos” pelas ações oficiais a articularem suas próprias redes de sobrevivência, cooperação e solidariedade. Estas foram as questões de base do debate realizado pelo canal aurbufal, do curso de graduação em Arquitetura e Urbanismo da Ufal, no dia 25 de maio de 2020, com a participação de Juliana Michaello M. Dias (FAU-Ufal), Valéria Pinheiro (LEHAB-UFC) e Leonardo Nia (Escola Quilombista Dandara de Palmares), com mediação de Diana Helene (FAU-Ufal).

O Brasil é um país marcado historicamente pela desigualdade social, o que se expressa num agravamento do quadro epidêmico da Covid-19 no Brasil. De acordo com a OMS, o isolamento social aparece como uma das principais estratégias de controle da pandemia, ainda que o impacto socioeconômico da mesma seja ainda difícil de mensurar. No caso brasileiro, onde as políticas públicas de assistência social não conseguem abarcar a totalidade da população e parte considerável da mesma está no mercado informal de trabalho, o isolamento social lança luz sobre as precariedades e desigualdades que fazem parte estrutural da sociedade brasileira, aprofundando as vulnerabilidades enfrentadas pelas populações periféricas.

Em paralelo a esta constatação, percebe-se também, especialmente em situações de crise extrema, um aumento de ações solidárias que visam atuar seja de modo pontual durante o período da calamidade, seja através de ações continuadas de resistência, formação e luta por direitos. Muitas dessas ações estão articuladas em redes de solidariedade, mas outras ainda estão condicionadas a limitações de divulgação.

⁷ Este capítulo é dedicado a Anna Carolina de Souza Neves, Kauã Vitor da Silva, João Vitor Moreira dos Santos, Luiz Antônio de Souza Ferreira da Silva, João Pedro Mattos, Miguel Otávio Santana da Silva e a todas as crianças mortas em 2020 pelo racismo estrutural brasileiro.

Aspectos como a cooperação em rede, as ações solidárias e a auto-organização passaram a ter sua relevância posta em destaque na situação da pandemia, uma vez que a vulnerabilidade socioeconômica atrelada à precariedade dos territórios e por outro lado a necessidade de manutenção da renda em trabalhos formais e informais aumentam ainda mais os riscos de contaminação e adoecimento.

Dentro dessa perspectiva, os participantes do debate apresentaram iniciativas e questões que serão apresentadas brevemente neste capítulo.

2.2 Relatos das ações e iniciativas

Como forma de compreender as ações descritas pelos integrantes da mesa e seus desdobramentos em questões aprofundadas no debate, tecemos uma síntese das ações apresentadas.

Na primeira intervenção, Juliana Michaello apresentou o Grupo de Pesquisa Nordesteanças, suas territorialidades de ação e um breve histórico das pesquisas desenvolvidas, com ênfase na articulação entre políticas públicas e cultura popular. Um dos destaques foi o da diferenciação entre os territórios periféricos das capitais e do interior, discutindo que através da centralização das políticas públicas nas cidades de maior porte e nas capitais, as cidades pequenas e médias estão distanciadas de infraestrutura médica e hospitalar e passam por situações distintas das cidades melhor estruturadas.

Em seguida a professora apresentou uma das ações que o grupo desenvolveu a partir da pandemia, em conjunto com feirantes das feiras livres do estado, cujas exigências sanitárias e as precárias condições materiais de estruturação, tiveram sua continuidade posta em xeque e sua renda sensivelmente diminuída. A nova situação imposta pela necessidade de isolamento colocou as feiras sob olhar negativo de parcelas da população e das diferentes mídias, com efeito de diminuição significativa de seu movimento. Numa ação conjunta com feirantes que conseguiram estabelecer novos formatos de venda, como a entrega de produtos a domicílio, o grupo estruturou uma campanha online intitulada “Faz a Feira Alagoas” (Figura 1), com foco inicial na divulgação dos serviços dos feirantes, mas que se desdobrou na sistematização de medidas sanitárias de proteção a feirantes e consumidores e campanhas de esclarecimento à população em geral acerca da importância das feiras no cotidiano das cidades e a necessidade de evitar a vilanização dos feirantes pela aglomeração dos espaços das feiras – destacando a responsabilidade do estado em organizar, prover de infraestrutura e fiscalizar o funcionamento das feiras.

Figura 1 - Postagem de divulgação do projeto Faz a Feira Alagoas



Fonte: Instagram @gp_nordestancas, 2020.

Ainda acerca das ações do grupo de pesquisa, Michaello apresentou a Cartografia das ações solidárias (Figura 2), desenvolvida em rede com diversos grupos, comunidades e ações que durante o estado de emergência decretado pela propagação do vírus passaram a articular uma rede de cooperação. A professora destacou o caráter coletivo do mapeamento, desenvolvido e atualizado através da rede Periferia MCZ Contra o Corona, com participação ativa do Instituto Ideal.

Figura 2 - Postagem de divulgação do projeto Cartografia das ações solidárias.



Fonte: Instagram @gp_nordestancas, 2020

Dentre os destaques apresentados em relação ao que a territorialização das ações permite perceber estão a concentração inicial na capital do estado, com crescimento das ações no interior à medida que o vírus passou a avançar, a prevalência inicial de ações de grupos que já atuavam continuamente nos territórios, como de movimentos sociais e diferentes comunidades religiosas de várias matrizes e a articulação cooperativa que passa a tecer as relações entre as ações. Por fim, a professora evidenciou que há peculiaridades nessas ações que expressam questões ligadas à territorialidade, como as Farmácias Vivas – desenvolvidas pelo Comitê Democrático dos Povos de Alagoas com ênfase no plantio e distribuição de plantas medicinais – as campanhas de arrecadação de lonas e aconselhamento acerca do auxílio emergencial.

Em seguida foi aberta a fala de Leonardo Nia, morador do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro e integrante do “Ocupa Alemão” e da “Escola Quilombista Dandara de Palmares” (Figura 3). Nia iniciou sua fala enfatizando a importância dos grupos organizados que já atuavam nas próprias comunidades antes da pandemia, ainda que perceba também a formação de novos grupos motivados pela crise atual. Uma questão destacada é que a ausência de ações do Estado no sentido da melhoria dos territórios periféricos é constante e costumeira, sendo que em alguns momentos a ação toma o rumo contrário e passa até mesmo a atrapalhar as ações realizadas pela própria comunidade.

Dentre os empecilhos à efetividades das ações, Nia destaca o desserviço prestado pelos governantes ao minimizar os efeitos do vírus e estabelecer uma série de intervenções que trazem a marca da tentativa de controle dos povos negros e periféricos, o que evidencia como política contínua dentro do Estado brasileiro, independentemente do governo. Como exemplo dessas ações impositivas nos territórios, cita as Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs), implantadas em diversas comunidades do Rio de Janeiro em 2010.

Figura 3 - Divulgação de campanha de doações para famílias do Complexo do Alemão.



Fonte: Instagram @escoladandaradepalmares, 2020.

O “Ocupa Alemão” surge numa reação à morte de um adolescente baleado pela polícia em 2013 e tem como característica um duplo aspecto: o da ação e o da formação política, construídos contínua e simultaneamente. O coletivo atua em diversas frentes, desde a denúncia de abusos policiais a ações de articulação e debate cultural. Aos poucos o grupo foi percebendo a necessidade de pautar a importância da formação enquanto semente política de articulações futuras, como uma espécie de balanço da própria realidade de seus integrantes, cuja formação se deu na e através da prática.

Como respostas a essas inquietações, o coletivo foi percebendo a necessidade e a importância dos processos de formação política, o que terminou por ser condensado na proposta de criação de uma escola: a “Escola Quilombista Dandara de Palmares”. A escola, criada a dois anos, tem uma perspectiva autônoma e paralela à formação tradicional das escolas, oferecendo uma pauta de formação ancorada em aspectos da ancestralidade e da construção de uma visão política da realidade social (Figura 4). Dentre as questões centrais na atuação da escola está a discussão acerca do racismo estrutural, que aprisiona e priva as populações negras do desenvolvimento de seu potencial humano. Dentro dessa formação de uma nova mentalidade nas crianças proposta pela escola evidencia-se a importância da construção coletiva e do compromisso comunitário, como forma de garantir a continuidade da resistência.

Figura 4 - Celebração da Kwanza na Escola Quilombista Dandara de Palmares.



Fonte: Instagram @escoladandaradepalmares, 2020.

Dando continuidade ao debate, Valéria Pinheiro apresentou a ação “Ser Ponte” (Figura 5), que tem atuado em Fortaleza, estabelecendo ligações entre doadores e famílias que precisam de auxílio financeiro. Pinheiro iniciou sua fala apresentando a situação de Fortaleza, que àquele momento estava passando por um *lock down*, tendo sido uma das cidades mais atingidas pela Covid-19 no país no primeiro momento de expansão do contágio. A agudização das precariedades territoriais existentes antes da pandemia é novamente

salientada, dando relevo ao fato da militância e ação anterior à pandemia possibilitar os contatos e o estabelecimento das redes necessárias para a estruturação da ação.

Figura 5 - Agentes territoriais - Ser Ponte Fortaleza.



Fonte: Instagram @serpontefortaleza, 2020.

O “Ser Ponte” organiza-se através justamente da ideia de ponte, que conecta doadores - no mês do debate a ação já contava com mais de 600 doadores -, mediadores - que além de receberem as doações, utilizam seus contatos nos territórios periféricos para promover a distribuição dos valores arrecadados -, agentes territoriais - que podem ser lideranças comunitárias, moradores dos territórios que selecionam as famílias que receberão o auxílio justamente ancorados no conhecimento e na inserção dentro das comunidades (Figura 6) -, e as famílias assistidas – cujos critérios de seleção incluem ser chefiadas por mulheres, não receber outro tipo de auxílio (governamental ou não), ter em sua formação crianças ou idosos.

Figura 6 - Territórios alcançados pelo Ser Ponte em julho de 2020.



Fonte: Instagram @serpontefortaleza, 2020.

Os arranjos desburocratizados da ação, são vistos pela sua organizadora como um dos pontos chave para a sua efetivação, pois permite a transferência da doação para as famílias da maneira mais simples para cada uma das famílias beneficiadas. Assim, há agentes que entregam os valores diretamente para as famílias e outros que estabelecem crédito em mercadinhos nos territórios, movimentando a economia local. A ação teria sido formatada inicialmente através da doação de valores fixos em conta por quatro meses, disponibilizando para as famílias um valor de R\$ 180,00 mensais. Ao final de dois meses, a ação foi não apenas ampliada, passando de um plano de atender 40 famílias, para 160 famílias, em 14 territórios, mas também passou a receber e fazer a ponte de doações de outra natureza, como cestas básicas, lonas para cobertura de casas, cadeiras de rodas.

Pinheiro fez também um balanço do quanto as ações emergenciais de assistência são importantes para as comunidades, ainda que por vezes sejam vistas dentro do campo da esquerda como ações de menor impacto. Exemplificou com a presença das ações de solidariedade dentro de conjuntos habitacionais. Por fim, destacou a importância de não abrir mão das resistências políticas mais ampliadas, uma vez que as urgências são constantes nesses territórios e é necessário que as ações se expressem em continuidade no pós-pandemia.

2.3 Questões acerca da continuidade das ações

Como fechamento do debate algumas questões foram postas em discussão, especialmente no tocante à continuidade das ações para além da pandemia. Em certa medida, as ações apresentadas já se ancoram através de redes consolidadas, formada através de diferentes agentes sociais. A novidade nesse processo, segundo destacaram os apresentadores, foram

o uso das tecnologias – que permitiram que uma série de estruturas logísticas e trocas de experiência entre comunidades e movimentos, coletivos e ações se dessem mesmo com a condição de distanciamento imposta pela pandemia – e a ampliação da rede para grupos e pessoas que não estavam mobilizadas antes. Nia destaca ações organizadas por moradores da comunidade que antes não se interessavam por ações políticas, enquanto Pinheiro se questiona o porquê desses grupos e pessoas não estarem mobilizados antes. A construção dessa perspectiva de continuidade, vista como extremamente necessária, parece ainda turva, mas certamente passará pela própria formação e articulação que as redes, antigas e novas, poderão estabelecer entre si.

Um dos aspectos cruciais é a compreensão das ações enquanto simultaneamente solidariedade - presente no cotidiano dos grupos sociais como uma constante, como resposta auto organizada à precarização de seus territórios, condições de trabalho e vida cotidiana - e formação de consciência de classe, que pode ser fomentada por uma educação que promova a percepção das desigualdades e a construção da cidadania. Precisamos construir um outro entendimento do que é educação, pensá-la através de valores ligados às ancestralidades, à percepção de si enquanto atores políticos nos seus territórios, afirma Nia, destacando a necessidade da construção da autonomia cidadã. Na perspectiva de pensar o papel da Universidade dentro da reflexão, Michaello destaca a importância de abarcar saberes e vivências dos espaços reais vividos nas periferias para refletir sobre a academia, e no caso da Arquitetura e Urbanismo, pensar e elaborar novas perspectivas de construção de territórios cidadãos.

OUVINDO AS COMUNIDADES EM TEMPOS DE PANDEMIA: OCUPAÇÕES, GROTAS E BAIRROS POPULARES DE MACEIÓ

Débora Cavalcanti

Paula Zacarias

Regina Dulce Lins

3.1 Introdução

Março de 2020 trouxe consigo a quarentena decorrente do alastramento do SARS-CoV-2, o novo coronavírus, em território brasileiro. As atividades acadêmicas presenciais foram paralisadas, inclusive as pesquisas de campo. Para manter a proximidade com a sua área de estudo e, ao mesmo tempo, compreender como os territórios populares de Maceió enfrentavam a pandemia do Covid-19, o Núcleo de Estudos do Estatuto da Cidade (NEST)⁸ propôs uma discussão com as lideranças comunitárias maceioenses, que encontra-se relatada neste capítulo. Realizado em maio de 2020, o evento compõe a série de webinários *Juntos à Distância* da FAU/Ufal.

Faz parte do entendimento dos(as) que fazem o NEST, que a sala de aula deve ser complementada com outras práticas e outros saberes, para além dos tradicionais. Assim o evento configurou-se em um formato que privilegiou a escuta daqueles(as) que habitam os territórios populares maceioenses, considerando que esses lugares são frequentemente invisibilizados nos processos de narrativa da cidade ou são descritos por narrativas outras, que não as suas próprias.

Para não se limitar a uma única forma de habitar a cidade, optou-se por apresentar além das semelhanças, as particularidades de porções geográficas distintas: (i) tabuleiro: zona de expansão urbana da cidade; (ii) fundos de vale, ou grotas como chamadas localmente: porções frágeis ambientalmente e ocupadas historicamente pelos de mais baixa renda e (iii)

⁸ Grupo de pesquisa e extensão da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), tendo como objeto de estudo, em seu projeto de extensão Laboratório de Intervenção em Bairros e Ocupações de Alagoas (LABiboca), as ocupações Dandara e Tereza de Benguela do Movimento dos Trabalhadores sem Teto (MTST).

beira da Lagoa Mundaú: porção que, em oposição à planície litorânea, configura-se como território da pobreza em Maceió. Olhar para essas três porções geográficas, utilizadas para moradia popular, não significa desconhecer que pode haver outros modos de habitar a cidade, mas, no limitado espaço de tempo do evento, elencar questões gerais que, eventualmente, digam respeito a todas.

O evento teve colaboração institucional do *Programa das Nações Unidas para Assentamentos Humanos* (ONU-Habitat), interlocutor com as lideranças comunitárias das grotas, em virtude da sua atuação nesses territórios desde outubro de 2017, implementando um projeto de cooperação técnica com o Governo do Estado de Alagoas; e do *Instituto Ideal*, interlocutor com as lideranças da planície lagunar, dada sua inserção no Movimento Povos das Lagoas. O NEST, por seu projeto de extensão nas ocupações Dandara e Tereza de Benguela, responsabilizou-se pela interlocução com essa liderança. As lideranças definidas foram: (i) Eliane Silva, Coordenadora do MTST em Alagoas; (ii) Dalmo Santos, Agente Social do Consultório na Rua e (iii) Murilo Lourenço, Presidente da Associação dos Moradores do Complexo de Grotas Santa Helena - representando diversidades de gênero e raça presentes nos territórios. Cabe aqui salientar que há um grande número de lideranças comunitárias em Maceió, no entanto, muitas, infelizmente, não conseguiriam participar por não possuírem os equipamentos de informática e/ou conexão à redes necessários para acessar a plataforma utilizada pela FAU/Ufal.

Na dinâmica do evento, cada liderança teve a oportunidade de responder e comentar sobre três perguntas: (1) qual é a situação da sua comunidade com relação à casa e ao trabalho neste momento de pandemia?; (2) quais são os apoios, governamentais ou não, que estão recebendo com relação à casa e ao trabalho neste momento de pandemia?; e (3) o que eu deveria ter perguntado sobre a situação de sua comunidade e não perguntei? Essa última buscou garantir que questões não pontuadas e de relevância específica pudessem ser destacadas.

Buscou-se abordar questões relacionadas à arquitetura e ao urbanismo que influenciam o cotidiano dos territórios populares, assim como outras transversais e interdisciplinares à formação do Arquiteto e Urbanista. As questões relativas à casa e ao trabalho - elementos estruturantes do espaço habitado e fundamentais para entender e propor alternativas para a melhoria das condições de vida dos territórios populares - foram a linha-mestra da discussão. A casa envolve condições fundamentais para o enfrentamento da pandemia e para seguir as orientações oficiais de isolamento físico e boas práticas de higiene. O trabalho se relaciona com a localização da casa na rede de benefícios urbanos e às suas oportunidades de renda e com a mobilidade urbana e o acesso aos serviços públicos, sobretudo os de saúde, profundamente afetados com a pandemia.

Seguindo o mesmo princípio orientador do evento - tornar audíveis as vozes mais invisibilizadas na sociedade e na academia - estruturou-se este artigo como relato o mais fiel possível às falas das lideranças. Incluíram-se também depoimentos de cada uma, enviados

pós-evento. Apontam-se, ao fim, reflexões para o debate sobre o papel da arquitetura e urbanismo no contexto atual e pós-pandêmico.

3.2 “Essas famílias são invisíveis para o Estado”.

Eliane Silva é agricultora e ingressou nos movimentos sociais por moradia por sua dificuldade em pagar aluguel. Após a conquista da sua moradia, segundo ela, por gratidão, decidiu apoiar a luta de outras famílias.

[...] só a luta coletiva pode conseguir a conquista, seja da terra para trabalhar ou terra para morar, no meu caso foi a luta pela moradia em 2005. Hoje vivo da agricultura familiar e faço militância pela reforma urbana, na luta das mulheres e na luta pelos direitos humanos (depoimento pós-evento).

Com o aprendizado na vivência das lutas urbanas, tornou-se uma das lideranças populares mais representativas em Maceió, assumindo o cargo de Coordenadora Nacional do MTST em Alagoas, em 2015. Eliane ressaltou a precariedade das condições de vida nas ocupações - “ninguém está ali por que quer” - e como a impossibilidade de pagar aluguel leva famílias a buscar outras soluções para habitar na cidade.

As pessoas vivem embaixo [...] da lona preta, por não terem condições de pagar aluguel [...] não tem água, saneamento básico, eletricidade e tudo piorou porque não há emprego e elas estão passando fome.

A pandemia não causou, mas agudizou o que já fazia parte do cotidiano das famílias - a extrema pobreza, a fome e a ausência de oportunidades de trabalho.

A pandemia só escancarou para todo mundo o que as pessoas já vivem, a precariedade que as famílias já vivem e são invisíveis ao estado. O estado não consegue ver, não consegue enxergar.

Eliane relatou que, sobre as medidas de prevenção, não há como cumpri-las, pois, as condições das ocupações não permitem seguir as recomendações sanitárias e o isolamento físico, para evitar a propagação do vírus, reforçando que a única barreira de proteção, quando disponível, é a máscara.

A gente vive no Brasil onde há riquezas, mas onde a maioria vive em situação precária, sendo explorado o tempo todo. O Brasil explora trabalhadores, não dá direito de ter uma moradia digna, ter água, energia e saneamento básico. Esse é o Brasil que não tem como se prevenir de uma doença como essa. Só se isola com o uso da máscara. Na ocupação a gente fez barraco separado para pessoa ficar lá nele e aí os familiares ficam em outros barracos.

Segundo a líder, os(as) moradores(as) acreditam na gravidade da doença, mas a busca cotidiana por formas de sobrevivência, faz com que eles(as) precisem circular pela cidade em busca de alimento.

[...] em termos de conscientização eles sabem que está tendo a pandemia, tanto que estão vendo os companheiros sendo infectados e passando por essa dificuldade [...] mas é como se você estivesse vivendo no meio de uma guerra, ou você fica quieto e morre de fome ou você vai ter que sair para poder procurar o alimento para se alimentar.

O MTST, dada a precariedade das ocupações, criou um fundo que arrecada recursos para distribuir alimentos e materiais de higiene em 11 estados brasileiros, atendendo cerca de 18 mil famílias. Para Eliane, em Alagoas, os movimentos sociais estão apoiando as comunidades populares de forma mais eficiente do que o poder público, e isso tem feito com que os(as) moradores(as) de fora das ocupações busquem o apoio do MTST. Ela comentou ainda que, do poder público, os(as) moradores(as) estão recebendo apenas o Auxílio Emergencial do Governo Federal, no valor de R\$600,00 a ser pago por três meses para até duas pessoas da mesma família. No entanto, as dificuldades em utilizar *sites* ou aplicativos para se cadastrar e em acessar à internet têm impedido o recebimento do benefício.

Tem gente que ainda está com uma moça chamada análise. Tem gente que está doido para encontrar com essa mulher, que desde o primeiro dia da inscrição está em análise.

Por outro lado, o Governo do Estado de Alagoas não criou nenhum programa de apoio ou de renda básica emergencial para comunidades populares da capital ou de outros municípios do Estado, como medida socioeconômica de enfrentamento à pandemia.

Alagoas precisa com urgência de um plano de emergência de combate ao coronavírus. Há o Fundo Estadual de Combate à Pobreza⁹. O Governo de Alagoas não tem que pegar esse recurso para fazer estrada, ponte, rodovia, esse recurso tem que ser distribuído para a população que necessita.

Serviços básicos de saúde e de saneamento estão sendo “transformados em mercadoria”, por meio da sua privatização, e isso contribuirá para a piora das condições de vida nos territórios populares, segundo a líder.

[...] falta interesse, responsabilidade social, compromisso com a vida humana, [...] nós temos que defender tanto o SUS como a água que é um direito das pessoas. Deixa as pessoas receberem o Auxílio Emergencial, quem

⁹ Criado em 2015, o Fundo Estadual de Combate e Erradicação da Pobreza (FECOEP) é um fundo, com significativa reserva de recursos financeiros, que visa incluir socialmente todos(as) os(as) alagoanos(as) que estão abaixo da linha da pobreza.

está conseguindo receber R\$600,00 não dá para pagar aluguel, quem está no aluguel, não dá para pagar as contas, não dá para se alimentar e o presente que vem do Governador é privatizar a CASAL.

Eliane visualiza o futuro pós-pandemia com esperança, mas também consciente das desigualdades que permanecerão no cenário vindouro. Acredita no planejamento e na assistência técnica como coadjuvantes na luta por melhores condições nos territórios populares, e na universidade como um ator importante para a construção deste futuro.

Qual é o tipo de planejamento que vamos fazer após pandemia? [...] vocês são peças fundamentais, para continuar dando assistência técnica a esses assentamentos precários nas comunidades periféricas [...] como arquitetos, tem sim uma grande contribuição a dar nessas comunidades, prestar assistência técnica, estar mais próximos das comunidades, para que a gente vá descobrir o modelo de produção de moradia, para que a gente vá descobrir a forma de atravessar tudo isso, e voltar à vida que não vai ser normal [...] A gente vai ter que se reinventar e vocês têm uma grande responsabilidade e podem ser para nós as pessoas que vão estar aí nesse ato de solidariedade, nos ensinando como é que a gente planeja essas comunidades.

Por fim, Eliane trouxe para o debate outros temas, como a reforma urbana, a questão da terra, a distinção político-conceitual entre ocupação e invasão, o caráter excludente da política habitacional por meio do uso da internet como canal de acesso para o cadastro dos possíveis beneficiários e, também, por priorizar a localização dos conjuntos habitacionais distantes dos centros de trabalho e dos serviços públicos.

A questão da reforma urbana é que a cidade foi feita para branco e rico, pobre e preto na periferia, joga bem longe, bem distante. O Brasil tem sete milhões de imóveis abandonados e seis milhões de brasileiros sem terra. Maceió tem falta de moradia para 50 mil famílias, a prefeitura construiu 10 mil unidades. [...] Aí o que ela fez foi abrir uma seleção via internet. Quem mora na favela, na grota, no beco e na viela não tem acesso à internet, nem sabe mexer para poder conseguir fazer uma inscrição *online* [...] fez os conjuntos distantes da cidade, sem os equipamentos urbanos [...] o movimento, ocupa os prédios, e no outro dia acontece, como aconteceu lá naquele prédio do INSS, demoliram o prédio e não deram soluções de moradia, colocando a galera na rua. A gente não invade, a gente ocupa. Invadiram a nossa terra, os portugueses que vieram invadindo o Brasil dizendo que descobriram. O Brasil escravizou os negros e tomaram as terras dos índios e a gente é essa mistura de cor no Brasil e sendo explorados até hoje. Então tem que ocupar, os movimentos têm que fazer luta de ocupação, porque tem muito imóvel, terreno vazio abandonado. Dizem que a gente vai atrapalhar a política habitacional, mas o que eles querem é a especulação imobiliária para as grandes imobiliárias.

Eliane avaliou sua participação no evento como bastante positiva, salientando a necessidade de um canal de comunicação e de colaboração com a sociedade.

A experiência de estar em um espaço onde podemos trazer a voz das periferias urbanas, mostra para outros setores da sociedade como realmente vive o povo excluído com as desigualdades sociais do Brasil e a situação de Alagoas. Foram trocas de conhecimento entre outros atores da sociedade que vivem nas grotas e periferias urbanas e diálogo com as universidades federais. Foi, sobretudo, um canal que mostra que não estamos sozinhos na luta por uma cidade para todos, uma cidade de todos. As universidades abrem este canal de elo onde nos sentimos mais vivos nestes espaços (*depoimento pós-evento*).

3.3 “Fica todo mundo aqui no quadrado, no quatro por quatro, no escuro e não consegue sair”.

Dalmo Santos é músico há 25 anos, enfrentou momentos de fome vivendo em barracos de lona, mas hoje reside em um conjunto habitacional popular e trabalha como Agente Social do Consultório na Rua, criado pela Prefeitura Municipal de Maceió, desde 2010.

Nessa comunidade, em que trabalho hoje, morei lá por nove anos, em barracos de lona. Não tinha o que comer, eu e minha família passávamos muita fome, quando chovia só Deus para nos acudir. Eu sempre tive um sonho de levar meu conhecimento para minha comunidade e com o Consultório na Rua essa oportunidade chegou. Hoje eu levo saúde e música [...] conseguimos instrumentos musicais e formar um grupo com 30 adolescentes, o Batuque Mundaú (*depoimento pós-evento*).

Dalmo destacou a precariedade do saneamento como uma situação anterior à pandemia, mas que ampliou seus efeitos negativos sobre os territórios populares localizados à beira da Lagoa Mundaú, sobretudo durante a estação chuvosa.

A gente também está passando uma grande dificuldade por conta da questão do saneamento. Para quem não conhece a gente vive aqui na beira da Lagoa Mundaú em barracos de lona, de restos de madeira [...] Então aqui é muito difícil, com a questão da chuva e da pandemia é que piora mesmo. Porque o barraco pinga muito, muita lama, muita dificuldade. A dificuldade é tremenda com relação à moradia, os barracos estão em pequenos becos com esgoto à céu aberto. Com relação ao trabalho, aqui a fonte de renda é o sururu que é pego aqui dentro da Lagoa Mundaú e com a pandemia, ficou tudo mais difícil, porque a única fonte de renda que é o sururu, está morrendo por conta da chuva. Misturou uma coisa com a outra: pandemia e a falta de trabalho.

As más condições de infraestrutura existentes e persistentes na planície lagunar, desde a origem da cidade de Maceió, reforçam as vulnerabilidades ambiental e socioeconômica

desse território popular, intensificando o risco de contágio e dificultando a adoção de higiene pessoal e isolamento físico.

Então aqui onde eu moro eu acho que é dos primeiros bairros, se não é o primeiro, é o segundo que tem mais contaminação por conta desse coronavírus. É muito preocupante porque eu não sei como vai ficar daqui para frente. Porque a comunidade foi pega de surpresa com essa doença, e na real a gente não estava preparada. A gente já não vinha preparada há muito tempo e a doença adivinha que não tem preparação [...] Mas é realmente muito difícil [...] barraco apertado, todo mundo passando dificuldade, não tem como fazer um isolamento correto. É difícil em um barraco 4 por 4, é muito complicado.

O Consultório na Rua, onde Dalmo atua, promove a conscientização dos(as) moradores(as) sobre a gravidade da Covid-19, por meio de cartazes informativos sobre saúde, envolvendo especialmente crianças e jovens na tentativa de afastá-los(as) da criminalidade. A comunidade tem recebido apoio unicamente de entidades da sociedade civil que atuam na orla lagunar. Do poder público, muitos(as) moradores(as) conseguiram receber o Auxílio Emergencial, mas ainda há aqueles(as) que não acessaram ao benefício.

Dalmo abordou uma questão pouco discutida nos territórios populares - a saúde mental dessa camada da população. Segundo ele, o enfrentamento dessa questão, com o apoio da arte e da música, permite traçar oportunidades para o desenvolvimento social da comunidade, de uma forma atrativa e libertadora. A valorização da vida e dos saberes locais são, portanto, elementos potentes para a inclusão e a prosperidade desses territórios.

Com a percussão lá na comunidade a gente consegue resgatar esses jovens e através da música, da arte, da confecção de instrumentos [...] A gente está precisando da saúde [...] a saúde mental. Não envolve só a questão do curativo, envolve também a arte da música que pode também conseguir libertar. A gente trabalha muito a redução de danos na rua, na comunidade, a gente auxilia as pessoas a viver uma vida melhor, com a saúde, com a música, a gente vai mostrando os caminhos às pessoas [...] A gente está aí nessa luta, acreditando que essa discussão da cultura é fundamental. Na comunidade tem muitos artistas bons, os melhores, a comunidade tem muita gente inteligente. Aqui na nossa comunidade eu costumo dizer que a gente vive no quadrado, o quadrado mesmo, quatro por quatro escuro, que, na maioria das vezes, a galera tem medo de atravessar a pista, de buscar o que é seu, na praia, ir no shopping. Eu consegui sair [...] mas tem muita gente que não consegue sair, que precisa de um apoio e esse apoio é a gente mesmo [...] A gente tem que dar oportunidade, a palavra é oportunidade, se você tiver oportunidade e as condições, nós vamos longe, precisamos fazer isso para nossas crianças, é nosso dever.

A convicção da importância da educação para o desenvolvimento social da comunidade também perpassa a fala do Dalmo, em virtude da sua experiência pessoal. Segundo ele, “a educação amplia consciência e contribui para a qualidade de vida” - o contato com outros pensamentos e vivências é um fator fundamental, e o acesso à internet e as redes sociais podem contribuir para uma maior conexão com aprendizados e oportunidades externas à comunidade.

Porque sem educação a gente não vai para lugar nenhum [...] a gente aqui na comunidade vive muito fechado [...] é muito difícil essa questão da educação por conta da violência aqui da comunidade [...] para a gente está faltando mais acesso à internet. A dificuldade de acesso ou mesmo até na escola, porque os meninos não têm lugar para estudar, não tem ninguém que os incentive a estudarem [...] a comunidade termina ficando muito limitada e a comunidade não consegue ir para outro lugar por conta dessa questão de proximidade. Se a faculdade por exemplo, a universidade conseguir ficar mais próximo da comunidade, seria tudo muito melhor [...] fica todo mundo aqui no quadrado, no quatro por quatro, no escuro e não consegue sair.

A participação no evento para Dalmo significou “conseguir sair do quadrado” e debater os problemas e as potencialidades geralmente pouco divulgadas e entendidas pela sociedade em geral.

3.4 “A prevenção para nós é usar máscaras que recebemos de doações”.

Murilo Lourenço trabalha em uma empresa de vigilância patrimonial e com serviços gerais nas horas vagas, e ocupa também o cargo de Presidente da Associação dos Moradores do Complexo de Grotas Santa Helena desde 2002.

Para Murilo, embora a contaminação pela Covid-19 ainda seja baixa na sua comunidade, as dificuldades socioeconômicas e de acesso à infraestrutura básica não diferem das demais relatadas pelas outras lideranças. No entanto, ele destacou como o fluxo reduzido de transporte público durante a quarentena, afetou a locomoção dos(as) moradores(as) para os seus locais de trabalho, pois, na maioria das vezes, o “#fiqueemcasa” para essa camada da população não é uma escolha. Para agravar a situação, a pandemia afetou drasticamente a economia local e muitos(as) moradores(as) estão desempregados(as).

Aqui a gente também sofre com esgoto a céu aberto, e o transporte público também está saindo em uma situação de grande precariedade, porque os trabalhadores são da construção civil, empregadas domésticas e dependem do transporte público. Quando a quantidade de pessoas que podem embarcar acontece, quando chega na sua totalidade, não entra mais ninguém. Aí as pessoas se atrasam para ir ao trabalho.

Quanto às medidas de proteção, afirmou que ele e sua família estavam conseguindo fazer o isolamento físico, mas que, para a maior parte da comunidade, ainda é um entrave, pois não possuem máscaras ou materiais de higiene em quantidade suficiente para se protegerem, e também não receberam apoio governamental, apenas algumas doações de instituições não governamentais.

Como ação do poder público local, Murilo relatou somente uma campanha educativa com orientações de proteção e higiene, realizada em torno de duas a três vezes desde o início da quarentena. Já para o acesso ao Auxílio Emergencial, informou que também foi um entrave para os(as) moradores(as), visto que, de modo geral, não conseguem utilizar adequadamente a internet, tendo que buscar apoio pago em *lan houses*, o que, proporcionalmente, acarretará um impacto significativo no valor a ser recebido.

A prevenção para nós é usar máscaras que recebemos de doações. Não temos mais nada fora isso, pois do governo só o auxílio que nem todos conseguiram. O Auxílio Emergencial é muito bacana para as pessoas que têm acesso à internet, mas desculpa a expressão que eu vou usar, talvez por ignorância, uma boa parte é analfabeto digital, aí tem que pagar para ter acesso a internet, vai para uma *lan house* e chega lá tem que pagar R\$50,00 para pessoa fazer a requisição.

Ao final da sua fala, assim como Eliane, Murilo destacou a importância de colaboração com a sociedade. No entanto, ao contrário dela que expressou esperança para o pós-pandemia, ele manifestou a sua preocupação, pois acredita que o desemprego será maior (“um mercado de trabalho quebrado”) e os(as) moradores(as) com mais de 40 anos e desempregados(as) enfrentarão dificuldades para a recolocação no mercado de trabalho.

A união das comunidades dos bairros e das lideranças, que nós fazemos, um grande esforço nessa direção, em que o governo, em alguns momentos, tem falhado. O poder público tem falhado, como é que a sociedade civil, como é que a universidade pode ajudar? Nós podemos nos unir para ajudar, pois o caminho, o problema é complicado agora, mas vai ser depois também.

A avaliação do Murilo da sua participação no evento foi bastante positiva. Para ele, a interação com as outras lideranças foi interessante porque permitiu conhecer o que está sendo feito em diferentes comunidades de Maceió e que, mesmo em condições precárias, os(as) moradores(as) têm conseguido “sobreviver à pandemia”. Também demonstrou satisfação por “ter sido escolhido e reconhecido” entre tantas lideranças das 100 grotas da capital e que isto ajudará a fortalecer a sua atuação.

3.5 “A pandemia desnudou uma situação que existe há anos”.

O ponto de partida do evento - proporcionar um espaço de escuta das comunidades, a partir dos relatos pessoais e vivências das suas lideranças, dando visibilidade às suas demandas e reivindicações - permitiu apresentar um panorama da situação dos territórios populares em Maceió frente à Covid-19. As histórias de vida individuais e das comunidades evidenciaram a narrativa, muitas vezes inviabilizada, das “tragédias urbanas” historicamente enfrentadas por esses territórios e que foram “desnudadas” com a pandemia.

O apoio da sociedade civil dado às lideranças comunitárias maceioenses, assim como tem sido visto, em ações solidárias em diversas cidades brasileiras, durante a quarentena, mostrou-se essencial para minimizar os impactos da pandemia, uma vez que poucas (ou inexistentes) foram as ações vindas do poder público.

As instituições de ensino superior possuem um papel importante na discussão das “tragédias urbanas”, mas são as lideranças comunitárias e os(as) moradores(as) dos territórios populares, os(as) conhecedores(as) e defensores(as) das lutas urbanas, do direito à cidade e do direito à moradia. Como argumenta Santos (2020), “os intelectuais devem aceitar-se como intelectuais de retaguarda, devem ser atentos às necessidades e às aspirações dos cidadãos comuns e saber partir delas para teorizar”. Portanto, é com esse posicionamento que o tripé ensino, pesquisa e extensão pode e deve ser utilizado para estudar, analisar, propor soluções e prestar assistência técnica a esses territórios.

Neste sentido, os Cursos de Arquitetura e Urbanismo precisam melhor se preparar para o diálogo e a intervenção nos territórios populares, e também no engajamento em iniciativas colaborativas com a sociedade civil, tanto do ponto de vista da casa quanto do habitar a cidade. A partir de uma atuação mais inclusiva, criativa e respeitadora dos modos de vida desses territórios, será possível efetivar o papel social do Arquiteto e Urbanista e contribuir para o desenvolvimento urbano, ambiental e socioeconômico das cidades. As urgências e emergências colocadas pela pandemia evidenciaram, também, a necessidade de um compromisso social e político de diferentes atores da sociedade para a construção coletiva de mudanças estruturais, visando um mundo melhor para todos e todas, antes, durante e depois das crises que estão por vir.

Referências

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Almedina, 2020.

O “ISOLAMENTO SOCIAL” DURANTE A PANDEMIA: O ESPAÇO PRISIONAL HABITADO EM FOCO

Suzann Cordeiro

4.1 Introdução

Uma das piores crises sanitárias da história recente que trouxe impactos em todos os cantos do mundo foi reconhecida pela OMS em janeiro de 2020. O surto de Sars-Cov-2 (mais conhecido como Covid 19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Global – o mais alto nível de alerta da Organização, caracterizado como pandemia em março de 2020 e, neste contexto, o isolamento social se apresenta como a medida mais eficaz para conter o avanço da pandemia.

Até 25 de julho de 2020, o Brasil apresentava um total de 2.394.513 casos confirmados, e um total de 86.449 óbitos por Covid 19, totalizando 1.139 casos e 41 óbitos por 100 mil habitantes.

Diante das fragilidades de se testar a população, é esperado que os números da Covid19 no país sejam muito maiores do que os apresentados pelas estatísticas oficiais. Segundo alguns estudos, o número de contaminados pela Covid 19 no Brasil pode chegar a mais de 15 vezes o número oficial.

Um dos indicadores mais robustos para essa suspeita é o aumento no número de mortes por síndrome respiratória aguda grave (SRAG) entre 16 de março e 08 de maio de 2020, que comparado ao mesmo período de 2019, aumentou em 1500% dos casos.

Diante dessa situação, e com a falta de vacina ou algum medicamento eficiente para o tratamento da Covid 19, a quarentena, o isolamento social e o distanciamento social são vistos como os mecanismos mais eficazes, dependendo do ritmo de contaminação, para controlar a transmissão da doença e permitir que o sistema de saúde possa atender de maneira satisfatória, todos os casos graves da doença, diminuindo a curva de contaminação (DUCZMAL, 2020).

Neste cenário, a mudança de hábitos internos e externos aos espaços de morar, tais como atividades de estudo, trabalho, e as saídas ao mercado, à farmácia, ao médico, dentre as demais atividades representam uma singularidade nos comportamentos sociais, uma vez que o cotidiano foi radicalmente alterado e a noção de “normalidade” foi questionada.

Municípios e Estados lançaram medidas de distanciamento social para conter o avanço do contágio pelo vírus, restringindo atividades públicas e aglomerações, suspendendo temporariamente serviços e estimulando as pessoas a ficarem confinadas em suas residências. Se por um lado, uma parte da população conseguiu manter seus vínculos de trabalho e atividades profissionais à distância, combinados aos cuidados aos familiares, por outro lado, parte considerável da população brasileira não pôde manter distanciamento social, submetendo-se a riscos de contágio, em virtude da dificuldade de acesso a renda.

Somados ao medo de serem infectados por um vírus ainda pouco compreendido, os períodos prolongados de isolamento social acabaram afetando o bem-estar psicológico das pessoas, desencadeando uma variedade de sintomas psicopatológicos em curto prazo (estresse, humor deprimido, irritabilidade, ansiedade, medo, raiva, insônia e outros) e em longo prazo (aumento do risco de abuso de álcool, sintomas de transtorno de estresse pós-traumático e depressão) (RIBEIRO et al., 2020; SANTOS, 2020), impactando na saúde mental da população geral.

Este cenário aproximou a sociedade do contexto de “isolamento social” do sistema prisional e socioeducativo. Pessoas passaram a permanecer “confinadas” em suas casas, sem a permissão de sair e se aglomerar, ou com permissão de convívio controlado, mediante uso de máscaras, sem visitas ou contato físico com parentes que não estejam sob o mesmo teto, desenvolvendo atividades de estudo e trabalho dentro de casa.

A pergunta que se estabelece, considerando uma pandemia gravíssima que já chegou às prisões, onde cabe ao Estado garantir os direitos constitucionais (BRASIL, 1988) - dentre eles, a segurança e a saúde - como classificar a opção de negar a prisão domiciliar a presos que não representam ameaça à integridade física e à vida e que fazem parte de grupos de risco, que vivenciam os espaços prisionais, sem mínimas condições de habitabilidade? Como argumentar que, em prisões superlotadas e precárias, estas pessoas “já se encontram em isolamento social”?, segundo entendimento do Magistrado Roger Donega e do ex-Ministro Sergio Moro (AMARAL, 2020)

Este artigo discute aspectos sobre as condições espaciais do sistema prisional brasileiro, que foram debatidos em *live* promovida pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, sob a mediação da Prof. Manuella Andrade, com a participação da autora e de Samuel Lourenço.

4.2 Do isolamento social

Para compreender o “isolamento social”, primeiramente destaque-se a diferença entre este e o distanciamento social, ao qual a população livre foi submetida “voluntariamente” em contexto de pandemia, enquanto que a população privada de liberdade cujo isolamento é compulsório, estabelecido por lei em virtude de cometimento de crimes, em instituições de privação de liberdade.

Estas instituições, tidas como Instituições Totais (GOFFMAN, 1974), são isoladas por componentes arquitetônicos delimitadores/segregadores, como os muros, por exemplo, são também constituintes de um ecossistema maior, pois estabelecem trocas com o entorno próximo e com o restante do ecossistema, como por exemplo, quando “ocultam” as práticas de vingança social dos olhares dos indivíduos extramuros.

[...] Seu fechamento ou caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico, por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, floresta ou pântanos (GOFFMAN, 1974, p. 16)

Ignatieff (1987, p. 187 apud HÉBERT, 2020) considera Instituições Totais como todas as formas de instituição nas quais a autoridade busca regular totalmente a vida cotidiana de seus habitantes, por acreditar que as rotinas institucionais oprimem, porém enfatiza que

[...] O tema verdadeiro da história das instituições não é o que acontece dentro das paredes, mas a relação histórica entre o dentro e o fora”. Há que se entender que os modos desiguais de segregação produzem diferentes formas de vida social, expressas em deslocamentos identitários e meios plurais de enfrentamento de condições extremas de privação de liberdade (CAVALIERE; COSTA, 2011, p. 495).

É importante não se perder de vista o fato do espaço penal ser, acima de tudo, o meio ambiente trabalhado para uso dos grupos humanos, sendo, portanto, o espaço da vida, ou ainda, como afirma Svensson, citando Marx, o “locus standi”, que expressa o lugar em que se está, no qual se atua (op cit, 1992) e, neste sentido, processos e relações sociais que explicitam formas de convivência entre mundos “de dentro” e “de fora”, apenas simbolicamente distintos, incidem permanentemente na superação de condições de isolamento, como formas de proteção social da vida em comum que se assemelham ao que a sociedade tem vivido atualmente, em contexto de pandemia.

Em diversos momentos históricos as cidades se viram tomados por epidemias (Quadro 1), desenvolvendo-se dentre várias estratégias espaciais, um tipo de urbanismo reformista, chamado de sanitarista (GONÇALVES, 2014; MELLO, 2014 apud CAVALIERE, 2011), em que a disseminação em territórios densos como assentamentos informais (favelas) e moradias coletivas, justificariam políticas de eliminação desses espaços e retiradas de populações carentes de seu habitat (GALLO, AUGUSTO e GALLO, 2020).

Quadro 1: Grandes epidemias urbanas

Epidemias	Períodos	Vítimas fatais
Peste de Justiniano	Séc. VI (541)	25 a 50 milhões
Peste negra	Séc. XVI (1343)	75 a 200 milhões
Peste Russa	Sec. XIX (1889)	1,5 milhão
Gripe Espanhola	Séc. XX (1918)	50 a 100 milhões
Gripe asiática	Séc. XX (1957)	2 milhões
Gripe de Hong Kong	Séc. XX (1968)	3 milhões
Gripe Aviária*	Séc. XXI (2004)	300
Gripe H1N1 (suína)	Séc. XXI (2009)	284 mil
MERS	Séc. XXI (2012)	858
Covid 19**	Séc. XXI (2020)	661 mil

*O número de óbitos foi inferior aos demais, porém, para frear a proliferação foram mortos 1,5 milhões de aves.

**Número de mortes aproximado até o fechamento do artigo

Em países com grandes desigualdades sociais, como no caso brasileiro, e diversos outros países do sul global, os impactos de uma pandemia como a Covid 19 e das medidas instituídas de distanciamento, isolamento e quarentena, somam-se as iniquidades sanitárias já instituídas historicamente, fragilizando ainda mais a população em situação de vulnerabilidade (CORBURN et al, 2020; BARATA et al, 2001; OPAS, 2008 apud GALLO et al, 2020), refletindo também no aumento da vulnerabilidade das populações, onde moradias irregulares, assentamentos informais, famílias inteiras vivendo em espaços reduzidos, sem saneamento básico e infraestrutura mínima é a realidade de grande parte da população brasileira, à semelhança das condições dos espaços de privação de liberdade do Brasil.

Outro aspecto relevante é o do distanciamento social, em residências com espaços mínimos, sem ventilação e condições ambientais mínimas de conforto, como essa população poderia fazer um isolamento e distanciamento adequado? Nestes assentamentos, como o espaço intradomiciliar muitas vezes é limitado e densamente ocupado, o “espaço público” torna-se fortemente ocupado, servindo de área de lazer e estar dificultando ainda mais o distanciamento necessário. Em áreas mais carentes e densas, doenças infectocontagiosas tendem a proliferar de forma mais rápida (PEREIRA et al, 2018 apud GALLO et al, 2020; LI, RICHMOND e ROEHNER, 2018; LING, 2020; TARWATER, 1999 apud GALLO et al, 2020, p.1082).

Na esteira do debate sobre o sistema penal, a questão criminal se relaciona com a posição de poder e a necessidade de ordem da classe social dominante, instituindo o que Zaffaroni analisa como direito penal do inimigo (BATISTA, 2009).

Neste sentido, os espaços de privação de liberdade são destinados ao “malfeitor/inimigo” e “criminoso/inimigo”, nos quais se espacializa a distinção entre cidadão e inimigo, negando ao último a sua condição de pessoa, dado a identificação de ente perigoso, “*aplicando*

tratamento eliminatório ao considerado “ente danoso” e subtraindo os direitos inerentes à personalidade humana (ZAFFARONI, 2007 apud CARVALHO, 2020).

Mesmo sob o isolamento, as sociabilidades sempre acionam a formação de redes sociais, que atuam sobre condições usuais de isolamento.

A dimensão assumida pelos cuidados constitui matéria de interesse dos estudos sobre proteção social, em especial sobre assistência social. Nas experiências examinadas, ainda que de caráter preliminar, crescem de significados os alcances das práticas de cuidados, sobretudo quando a vida social sob não-isolamento guarda continuidades com aquela vivida sob isolamento. O conhecimento destas práticas e das redes sociais que as organizam muda a percepção da dinâmica do isolamento, sobretudo nas situações de apoio social e psicológico para o enfrentamento de privações e sofrimentos, quase sempre em alternativas às condições postas pelos sistemas públicos de proteção social e até mesmo como resultados delas. (CAVALIERE; COSTA, 2011, p. 498)

Registros de experiências como as de pacientes submetidos às políticas de isolamento compulsório, como leprosos (CAVALIERE, 2009) e tuberculosos (COLOMINA, 2005), são enunciados nessa perspectiva, cuja representação de instituição com regras internas rígidas, incomunicável com o mundo “de fora” representa bem o modelo de instituição total, cujo conceito se constitui de quatro elementos, quais sejam, o estigma, a coerção, o confinamento espacial e o encapsulamento [encasement] institucional” (WACQUANT, 2011, p. 79).

Dentro do sistema prisional observa-se um espaço de muitas variações de formas de vida social, com organizações de manifestações e insubordinações exercidas de diversas formas, se configurando em lugar de resistências (CORDEIRO, 2009).

[...] um lugar organizado, seria aquele de espaço e horários disciplinados e de relações normatizadas, até mesmo (ou principalmente) as mais íntimas, como as de namoro. A desobediência às normas, assim, seria punida ou pela suspensão de algum direito (do de lazer, por exemplo) ou pela própria prisão seguida de castigos (MANCUSO, 1996, p. 35).

Não obstante, essas dinâmicas e variações de formas de vida não superam a suscetibilidade a doenças infectocontagiosas que se espalham nos cárceres, agravando os contágios de maneira proporcional à taxa de superlotação, relacionados à distribuição de contatos suscetíveis.

O termo “contato com indivíduos suscetíveis” significa um contato suficiente entre duas pessoas para que a doença passe de uma pessoa infecciosa para uma pessoa suscetível. Ao explorar a relação entre a densidade populacional, dada uma taxa de imunidade de rebanho na população, considerando os contatos suscetíveis, apresenta-se grandes diferenças nas

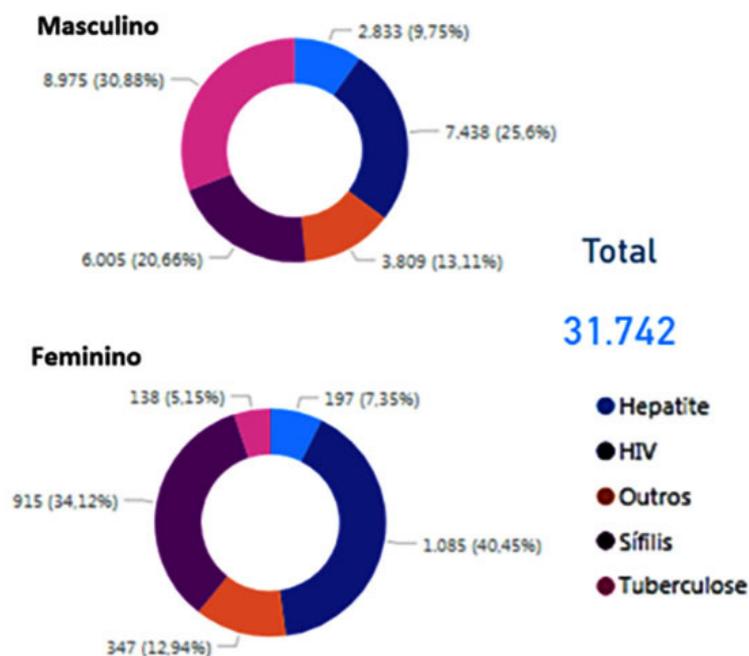
medidas epidêmicas entre populações com densidades diferentes, conhecidas de longa data (GALLO; BESSA, 2018).

Nestes termos, refletir sobre a densidade populacional dos espaços prisionais é fundamental e se reveste de um viés que extrapola a justiça criminal e passa a ser uma questão de saúde pública.

4.3 O sistema prisional do Brasil e a Covid 19

Com mais de 812 mil presos em todos os regimes, dos quais 41,5% (337.126) são presos provisórios, distribuídos em pouco mais de 420 mil vagas (CNJ, 2019), das quais aproximadamente 1\4 não apresenta condições mínimas de habitabilidade, 10.273 (1,37%) são idosos, e 31.742 apresentam patologias que figuram em grupos de risco para o contágio do Covid 19, totalizando aproximadamente 42 mil presos (5,4%) que precisam de maior atenção quanto ao contágio do vírus (DEPEN, 2020) (Figura 1).

Figura 1: Gráficos de morbididades no sistema prisional, período de julho-dezembro de 2019.



Fonte: INFOPEN, 2019.

Pensar na implementação do Art.3º. da portaria interministerial n. 07 é ignorar o contexto do sistema prisional, cujos dados são divulgados pelo próprio DEPEN (2019):

a. População prisional de mais de 812 mil pessoas privadas de liberdade em todos os regimes, ocupando 1.507 estabelecimentos, distribuídos em 927 municípios, onde

muitos estabelecimentos penais têm de 2 a 5 vezes mais ocupação do que a capacidade prevista em projetos, fato que gera sujeira, odores fétidos, ratos e insetos, agravando as tensões entre os presos.

b. Desta população, 37.200 mulheres privadas de liberdade, com taxa de superlotação de 13% em relação às vagas disponíveis, sendo 35,6% de presas provisórias, e cujos crimes tem maior incidência relacionadas a drogas, correspondendo, o que significa que parte relevante cometeu crimes sem uso de violência.

c. Das 1.507 unidades penais existentes, 1.356 não possuem alas ou celas exclusivas para idosos, 1.217 não possuem sala de esterilização e descarte, 602 não possuem consultórios médicos (40%), 723 não possuem farmácias (48%), 1.356 não possuem isolamento para presos doentes ou ala de idosos (90%).

d. Desta população, cerca de 10 mil detentos têm mais de 60 anos, e a doença mais comum é a tuberculose (mais de 10 mil casos confirmados).

e. População de 110 mil agentes penitenciários, que entram e saem das unidades prisionais e que são mais propensos a levar o vírus para dentro das unidades prisionais, cujos números de contaminação já ultrapassam 1.343 casos de Covid 19 confirmados e somavam a 883 casos suspeitos

f. População carcerária feminina conta com 208 brasileiras grávidas em todo o país, além 44 puérperas e 12.821 mães de crianças menores de doze anos.

Além dos aspectos quantitativos apresentados, ainda constata-se que as soluções apresentadas para o controle da pandemia dentro das prisões e unidades socioeducativas passam ao largo do conhecimento técnico necessário para a proposição de soluções adequadas, tais como a ventilação - que necessita de aberturas de entrada e saída de ar, que não devem ser fechadas e o fornecimento de água – que não é suficiente para atender à população prisional em condições ‘normais’, quanto mais nas condições demandadas pela pandemia, o que leva a crer que, longe de preocupação com controle da pandemia dentro das instituições, as ponderações do estado estão pautadas na total omissão de ações que garantam a vida destas pessoas.

Em 31 de abril de 2020, apenas 23 dias do primeiro caso de Covid 19 (8 de abril), dados oficiais do MSPJ contabilizam 239 detentos infectados e 13 óbitos, com uma taxa de letalidade de 5,5% (DEPEN, 2020), demonstrando que, enquanto na população em geral o tempo de agravamento e óbito observado é de 15 a 20 dias, no sistema prisional é menor que a metade (9 dias). De acordo com dados colhidos pelo CNJ junto aos governos estaduais, houve aumento de 800% nas taxas de contaminação nos presídios desde maio, chegando a mais de 2.200 casos no início de junho. O painel nacional de divulgação do DEPEN, não apresenta números desagregados por gênero, não sendo possível conhecer, por exemplo, a situação das mulheres presas.

Dadas as condições de encarceramento nas prisões brasileiras, estima-se que um caso contamine até 10 pessoas. Estima-se que a maioria dos infectados (80%) permanecerá

assintomática ou desenvolverá formas leves, enquanto 20% progredirão para formas mais graves necessitando hospitalização, dos quais, 6% em UTI. De acordo com Sanchez et al. (2020a), numa cela com 150 pessoas, 67% deles estarão infectados ao final de 14 dias, e a totalidade, em 21 dias.

O desencarceramento é um ponto nodal da resposta à COVID 19. Entretanto, há um intenso debate sob uma falsa dicotomia: de um lado, uma concepção de segurança pública vê grande risco em liberar PPL (pessoas privadas de liberdade) e, do outro, destacam a percepção do risco de infecção e de morte por COVID 19 imposto às pessoas encarceradas. Alguns resistem, por exemplo, às medidas desencarceradoras contidas na Recomendação nº 62/2020 do Conselho Nacional de Justiça 6, que prevê a possibilidade de prisão domiciliar ou reavaliação da prisão, como medida protetiva neste período de pandemia, para pessoas acusadas de crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa (SANCHEZ et al, 2020a, p.3).

De acordo com o painel do CNJ, entre março e maio, 35 mil pessoas foram retiradas de unidades prisionais com a adaptação do cumprimento da pena para outros formatos, como prisão domiciliar ou monitoração eletrônica. Trata-se de 4,6% do total de pessoas em privação de liberdade, excluídos o regime aberto e presos em delegacias.

No contexto de superlotação das prisões, a estreita vigilância para identificar rapidamente a introdução do vírus nas unidades prisionais e o rápido bloqueio da transmissão é fundamental para evitar a disseminação massiva. Estratégias de triagem e isolamento por 14 dias para ingressos ao sistema prisional, isolamento em celas individuais para casos suspeitos ou isolamento em grupo por corte em locais diferentes e, além disso, a testagem de profissionais de segurança e de saúde com quadro gripal são estratégias prioritárias para o enfrentamento da pandemia nas prisões.

Para além da contaminação pelo vírus, há de se considerar uma outra pandemia de saúde mental que se constitui em efeito reboque da pandemia de Covid 19.

A Revista Psicologia: Organizações & Trabalho (RPOT) publicou pesquisas que investigaram a saúde mental no trabalho em profissionais que, hoje, atuam na linha de frente do combate à pandemia da Covid 19, destacando-se, dentre esses estudos, os realizados com policiais (OLIVEIRA; FAIMAN, 2019; WINTER; ALF, 2019) e trabalhadores do sistema prisional (DIMENSTEIN et al, 2017), onde, para além da ausência de biossegurança, questões de adoecimento psicossocial merecem destaque.

Pesquisas apontam que, a medida em que a pandemia se expandiu, ocorreu aumento da prevalência de Transtornos Mentais Comuns (TMC), especialmente fadiga e agressividade, estresse agudos, episódios de pânico, a manifestação de Transtornos de Estresse Pós Traumático (TEPT), depressão e ansiedade, de modo geral, que estão diretamente associadas à exposição constante de notícias sobre a doença em mídias sociais (CRUZ et al. 2020).

Gonçalves, Oliveira e Pinheiro (2020) abordam algumas das dimensões da existência humana afetadas pela pandemia: a) perda de liberdade, controle e previsibilidade: a neurociência postula que, a cada instante, o ser humano procura minimizar erros de predição, automaticamente (*predictive coding*) e, quando isto não ocorre, o ser humano é confrontado com a necessidade de adaptação, com maior esforço cognitivo; b) Ameaça e medo: a resposta ao medo representa um mecanismo adaptativo fundamental para a sobrevivência humana e, em contexto de pandemia, o medo constitui uma resposta esperada e adaptativa, estando na base de comportamentos que evitam o risco de contaminação e aumentam a probabilidade de sobrevivência, e em que os efeitos do isolamento social e do medo poderão ainda ser mais adversos em pessoas com vulnerabilidades prévias; c) Dinâmicas sociais: As relações e dinâmicas interpessoais são moldadas por emoções (positivas ou negativas) expressas num determinado contexto sócio temporal e, neste contexto, as dinâmicas foram “inevitavelmente alteradas, implicando novas formas de contato interpessoal que pôde ser minimizado pelos meios digitais que se intensificaram, fortalecendo algumas relações”, apesar do distanciamento imposto; d) Luto: A proximidade da morte é um sentimento que fica exacerbado, pois está presente na ameaça de infecção de alguém amado, na impossibilidade de cura, nas notícias que anunciam uma mortalidade exponencial que aguça a vigilância; e) a necessidade de toque: a ameaça do vírus ativou a “insegurança, a desconfiança, a desproteção e os medos e perdas mais basilares da existência humana, tamanha a dimensão do seu impacto perante uma liberdade de escolha condicionada e uma conectividade e afetividade comprometidas”.

Na prisão, a percepção do risco à vida e à saúde ocasionada pela COVID 19, somada à restrição à circulação dentro do espaço prisional, à interrupção das atividades laborais, educativas e religiosas são fatores agravantes das tensões, com fortes implicações emocionais para as PPL (pessoas privadas de liberdade). A suspensão do contato com a família intensifica a sensação de isolamento e insegurança, gerando preocupação com a saúde e a vida dos familiares (Como eles estarão? O que pode estar acontecendo com eles?) e deles mesmos (Será que vou adoecer? Será que teremos assistência ou vamos morrer aqui dentro?). [...] É importante evitar, ainda, a estigmatização e violência que podem ocorrer contra pessoas identificadas como possíveis portadores do vírus (SANCHEZ et al, 2020b, p. 2).

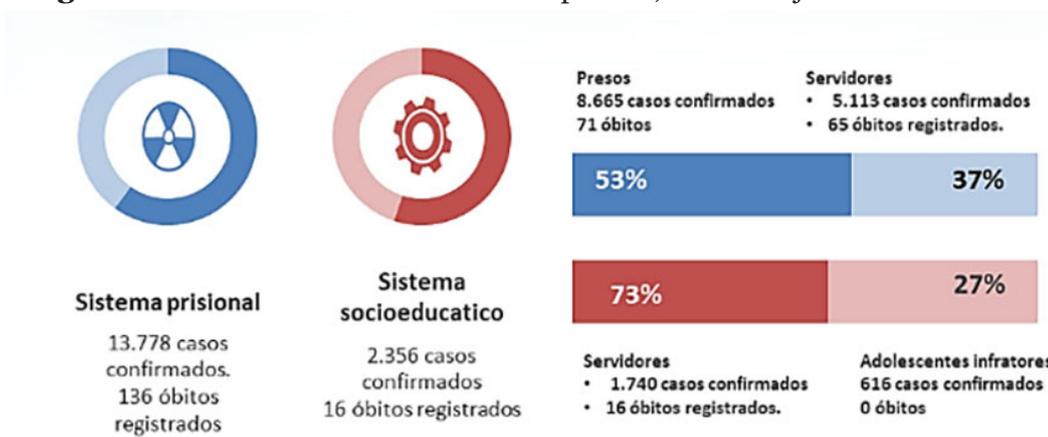
A primeira medida de proteção específica para o sistema em meio à pandemia foi tomada em março, com a proibição das visitas de familiares, estendida também a advogados em vinte estados, não apresentando qualquer efetividade no controle da disseminação da pandemia, ocasionando, por outro lado, aumento das tensões dentro dos sistemas, com aumento de fugas e ocorrência de rebeliões em Ceará, São Paulo e Amazonas.

Sabendo dos problemas enfrentados pela população livre, são comuns alguns relatos de que líderes de facções criminosas em São Paulo chegaram a vetar a entrada de guardas sem máscara em pavilhões e suspenderam os ônibus que transportavam os parentes aos

presídios, antes mesmo do estado estabelecer a suspensão das visitas, tomando a frente para o controle da disseminação da doença.

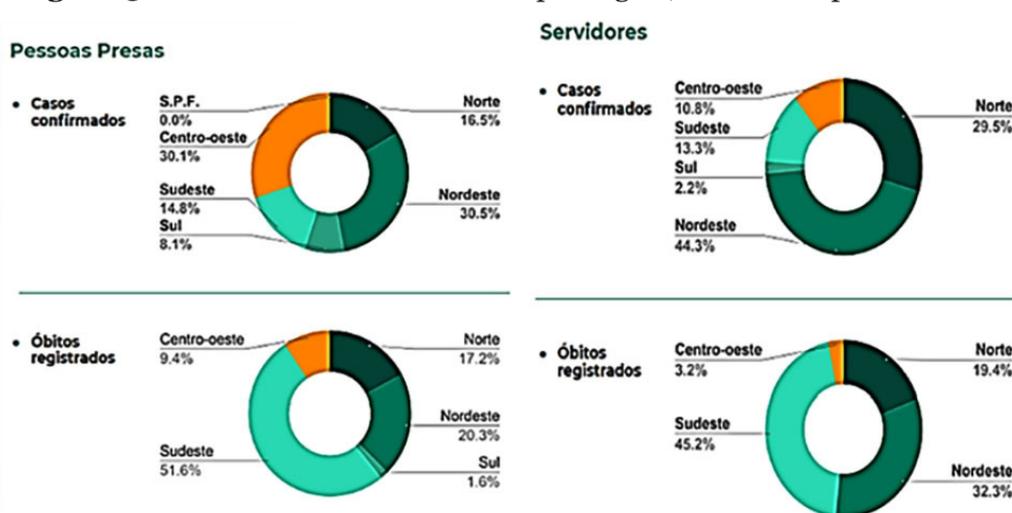
Comparando-se os dados oficiais sobre Covid 19 nas prisões, o painel interativo do DEPEN, em 03 de julho de 2020 (Figura 2) , contava-se com 4.863 casos confirmados, 1.146 casos suspeitos e 62 óbitos, embora se tenha notícias de várias morte por causa indeterminada dentro do sistema prisional, embora apenas 16.747 presos tenham sido testados, enquanto que o painel do CNJ apontava, em 06 de julho de 2020 (Figura 3), 10.484 casos confirmados e 126 óbitos, que aponta para uma enorme incongruência dos dados, além da subnotificação dos casos confirmados, pois, segundo estes mesmos dados, apenas 0,35% da população carcerária foi testada.

Figura 2 – Dados do Painel COVID nas prisões, em 22 de julho de 2020.



Fonte: CNJ, DEPEN, PNUD, 2020

Figura 3 – Casos confirmados e óbitos por região, no sistema prisional.



Fonte: CNJ, 2020

Alexandra Sánchez et al apontam que os dados oficiais não representam a realidade das unidades prisionais e, para comprovar sua afirmativa, cita uma revisão das mortes no Rio de Janeiro a partir de março.

Fizemos uma revisão dos óbitos a partir do mês de março, quando começou a pandemia. Somente reclassificando as mortes que não têm confirmação pelo teste diagnóstico, mas foram por pneumonia grave ou síndrome respiratória aguda grave, atingimos uma taxa de 49 em mil, ou seja, cinco vezes superior à taxa oficial só com a reclassificação dos óbitos em revisão de boletim.[...] A taxa de mortalidade em abril foi 48/100 mil, enquanto, em fevereiro, foi de 19/100 mil. Em março, a Covid 19 contribuiu com 35% da taxa de óbito nos presídios, enquanto, em abril, ficou em 54%. Isso mostra uma tendência importante de aumento, uma vez que a taxa de mortalidade, excluindo a Covid 19, fica em torno de 20 a 25% por 100 mil.[...] pessoas mais jovens, principalmente entre 18 a 39 anos (correspondem a 50% dos óbitos pelo vírus), mais de 70% são homens com comorbidades como diabetes, Aids e tuberculose. Esses são os jovens que estão morrendo (SANCHEZ et al, 2020a, p. 1)

Vale ressaltar que a limitação ao tempo de atividades externas às celas (trabalho, educação, banho de sol, dentre outros) ocasiona violação massiva dos direitos humanos dos presos, que passam a viver em regime absoluto de confinamento, dentro das celas, destacando-se que confinamento e isolamento não são a mesma coisa.

O surto de COVID 19 não deve ser usado como justificativa para comprometer a adesão de todos às proteções incorporadas nas Regras Mínimas para o Tratamento de Prisioneiros (Regras de Nelson Mandela), incluindo, entre outros, o requisito de que as restrições nunca devam equivaler a tortura ou outro tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante[...] (ASSEMBLY, UN, 2015, p. 175, tradução livre).

Não obstante a necessidade das medidas de isolamento nos presídios, a incomunicabilidade absoluta dos presos com seus familiares, onde a simples instalação de telefones públicos e visitas virtuais já seriam eficientes, é uma violação de direitos dos presos, assim como dos seus familiares, que não cometeram crimes e, portanto, não devem ser penalizados (Figura 4).

Aos agentes penais, por sua vez, pesquisas do Núcleo de Estudos da Burocracia da Fundação Getúlio Vargas, apenas 32,6% dos agentes penais receberam equipamentos de proteção individual (EPI) para trabalhar, 9,3% afirmaram que tiveram treinamento para lidar com a pandemia, enquanto que cerca de 2.944 haviam contraído o Covid 19 até junho (CNJ, 2020).

Figura 4 - Fragmentos de campanha dos familiares de presos em Minas Gerais.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=SVzG2lORmVk&feature=youtu.be>

A gestão da pandemia no cárcere tem sido um projeto necropolítico, ou seja, um projeto de deixar morrer, não produzir dados, trabalhar com a subnotificação e fazer com que esse genocídio que está acontecendo dentro dos presídios não se escreva sequer na memória coletiva da população, na medida em que sequer os exames estão sendo feitos” (SHIMIZU, 2020, s.p. apud NEXO JORNAL LTDA)

4.4 Cronologias de medidas nacionais para o enfrentamento da pandemia dentro do sistema prisional brasileiro

Entre 17 e 24 de março, foram publicadas 203 normativas estaduais em todo o país referindo diretamente aos sistemas prisional e/ou socioeducativo, sendo 133 delas apenas pelo Poder Judiciário, de 69 do Poder Executivo e um texto conjunto, e entre os temas abordados pelos documentos estão: 1) etiquetas de higiene, 2) protocolo para identificação de casos suspeitos e encaminhamentos em casos de confirmação, 3) suspensão de visitas, transferência, 4) cancelamento de atividades educacionais e de trabalho, 5) mudanças nas jornadas de trabalho dos servidores (INSTITUTO IGARAPÉ, 2020).

As orientações gerais a serviços de saúde nacional, no âmbito na Atenção Primária à Saúde e no contexto da emergência de saúde pública em decorrência da Covid 19, foram publicadas pela ANVISA (MS), com destaque para:

- a) Nota Técnica nº 04/2020: orientações para serviços de saúde - medidas de prevenção e controle que devem ser adotadas durante a assistência aos casos suspeitos ou confirmados de infecção pelo SARS-CoV-2;
- b) Nota Técnica nº 69/2020: orientações gerais sobre os hospitais de campanhas, durante o enfrentamento da emergência em saúde pública causada pela Covid-19.

Destaque-se, conforme o Quadro 2, as medidas adotadas por entes federais:

Quadro 2 – Medidas oficiais publicadas sobre estratégias de combate ao Covid 19

Órgão	Medida nacional	Data de publicação	Conteúdo
CNJ*	Recomendação nº 62 (CNJ, 2020)	17/03/2020	Orientações ao poder judiciário para reavaliarem as prisões provisórias, as medidas socioeducativas, a revisão de decisões de pessoas que cometeram crimes ou infrações sem violência, bem como àquelas pessoas pertencentes ao grupo de pessoas com risco acrescido para a COVID 19, visando o relaxamento da prisão para prisão domiciliar ou concessão de liberdade provisória.
MSPJ** + MS***	Portaria interministerial 7	31/03/2020	Estabelece fluxo para lidar com a emergência de saúde pública, como resposta à pressão por medidas emergenciais dentro do sistema prisional
MSPJ	Portaria 135	18\03\2020	Implementação de padrões de conduta mínimos a serem adotados para a prevenção da disseminação do novo Coronavírus nos estabelecimentos de privação de liberdade.
C N P - CP****	Resolução 5/2020	15/05/2020	Diretrizes extraordinárias e específicas para arquitetura penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo Coronavírus no sistema prisional.
PR ****	Lei nº 14.019	02/07/2020	Dispõe sobre a obrigatoriedade do uso de máscaras de proteção individual para circulação em espaços públicos e privados acessíveis ao público, em vias públicas e em transportes públicos, sobre a adoção de medidas de assepsia de locais de acesso público, incluindo a obrigatoriedade do uso de mascaras nos sistemas prisionais e socioeducativo.
		06/07/2020	Veto presidencial ao art. 3º sobre obrigatoriedade de uso de máscaras dentro dos presídios e dos sistemas socioeducativos

(*) Conselho Nacional de Justiça; (**) Ministério da Segurança Pública e Justiça; (***) Ministério da Saúde; (****) Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária; (*****) Presidência da República

No contexto da emergência de saúde pública em decorrência da Covid-19, além das recomendações e orientações gerais do Ministério da Saúde no âmbito na Atenção Primária à Saúde, foram publicados os seguintes documentos específicos sobre o sistema prisional a Nota Técnica nº 9/2020/COPRIS/CGGAP/DESF/SAPS/MS: reafirma recomendações

presentes na Portaria Interministerial nº 07, de 18 de março de 2020 a fim de orientar e informar as administrações penitenciárias, os gestores de saúde e todos os profissionais envolvidos no enfrentamento à epidemia da Covid-19 no âmbito do sistema prisional.

Em **17 de março de 2020**, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ, 2020a) publicou **Recomendação n. 62**, orientando magistrados a reavaliarem as penas de presos e adolescentes infratores que cometeram crimes ou infrações sem violência, bem como os incluídos como grupo de risco para o Covid-19, visando ao relaxamento da prisão para prisão domiciliar ou concessão de liberdade provisória.

Dos documentos publicados pelo Poder Judiciário, 72% citam nominalmente a Recomendação n. 62, cuja maior incidência trata do fornecimento de equipamentos de proteção para agentes públicos (art. 9), separação de pessoas com sintomas e encaminhamento para rede de saúde (art. 10) e suspensão das audiências de custódia (art. 8).

Publicada conjuntamente pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Saúde, a **Portaria Interministerial nº 7** (BRASIL, 2020d) dispõe sobre as medidas de enfrentamento da emergência de saúde pública previstas na Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020, no âmbito do sistema prisional.

Art. 3º Na hipótese de identificação de casos suspeitos ou confirmados entre os custodiados, os profissionais de saúde que atuam nos estabelecimentos prisionais deverão seguir as orientações previstas nesta Portaria e em atos do Ministério da Saúde, inclusive quanto ao uso de máscara e isolamento individual.

§ 1º Caso não seja possível o isolamento em cela individual dos casos suspeitos ou confirmados, recomenda-se à Administração Penitenciária adotar o isolamento por coorte e o uso de cortinas ou marcações no chão para a delimitação de distância mínima de dois metros entre os custodiados.

§ 2º Os espaços de isolamento deverão, sempre que possível:

I - conter porta fechada e ventilação;

II - disponibilizar suprimentos para a realização de etiqueta respiratória; e

III - propiciar meios para higienização constante das mãos, inclusive com água corrente e sabão (BRASIL, 2020c).

No caminho contrário das medidas de soltura recomendadas pelo CNJ, o MSPJ se contrapôs às solturas e, em **20 de abril de 2020**, encaminha o OFÍCIO Nº 864/2020/GAB-DEPEN/DEPEN/MJ solicitando ao CNPCP a utilização de **estruturas modulares temporárias metálicas (contêineres)** utilizadas no setor da construção civil, para separar presos em flagrante de outros detentos durante a pandemia do Covid-19, onde o foco seria na triagem daqueles com sintomas da doença e que precisassem de atendimento médico” e a **revogação temporária da Resolução 09/2011 – Diretrizes Básicas para arquitetura penal**, e em apenas 36 dias após o 1º caso confirmado de Covid-19 nas prisões, acatada em 15 de maio de 2020, quando o CNPCP publica as diretrizes extraordinárias e

específicas para arquitetura penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do vírus no sistema prisional.

[...]o fato de ser privado de liberdade geralmente implica que as pessoas em prisões e outros locais de detenção moram próximos uns dos outros, o que provavelmente resultará em risco aumentado de transmissão de patógenos pessoa a pessoa e gotículas como o COVID-19. Além de características demográficas, as pessoas nas prisões geralmente têm uma carga subjacente maior de doenças e condições de saúde piores do que a população em geral [...]. Nestas circunstâncias, é impedida a importação do vírus para prisões e outros locais de detenção, como elemento essencial para evitar ou minimizar a ocorrência de infecção e de surtos graves nestas configurações e além (tradução livre) (WHO, 2020a, p. 9).

As propostas de utilização de contêiner (2 opções), apresentavam capacidade para 4, 10 e 12 pessoas em ambientes de celas, utilizando sistema montagem de chapas SAC 300, com 04 treliches, totalizando capacidade para 12 pessoas, com camas executadas em aço inox e um banheiro com vaso, cuba e chuveiro em inox, com material antivandálico, configurando-se em espaços “planejados” de superlotação, onde grande quantidade de pessoas permaneceria em ambiente enclausurado, de dimensões diminutas, contrariando todas as recomendações para prevenção ou controle de contaminação do Covid-19 nos presídios (MS, MJSP, 2020), proposta vetada pelo CNPCP.

Em nível estadual, as Secretarias de Justiça, de administração prisional, de Segurança Pública e outras apresentaram medidas locais de enfrentamento à pandemia, apesar do veto Presidencial ao art. 3º da Lei 14.019, sobre obrigatoriedade de uso de máscaras dentro dos presídios e dos sistemas socioeducativos:

Art. 3º-F. É obrigatório o uso de máscaras de proteção individual nos estabelecimentos prisionais e nos estabelecimentos de cumprimento de medidas socioeducativas, observado o disposto no **caput** do art. 3º-B desta Lei.” (VETADO) (BRASIL, 2020b)

Prevedo rebeliões em função das restrições de visitas aos detentos, o DEPEN autorizou repasses de recursos da União para ações de combate ao Covid-19, com destinação de R\$ 179 milhões para aquisição de insumos – como hospitais de campanha e testes rápidos, e destes, 20 milhões para aquisição de material não letal e munições de borracha, spray de pimenta e granadas.

Articulado às políticas de fechamento do cárcere e à flexibilização das diretrizes de arquitetura penal, o emprego das mais diversificadas tecnologias de produção da dor física integra as principais medidas de gestão público-privada da Covid 19 nas prisões. De um lado, a crise sanitária deflagrada pela pandemia é tomada como pretexto para a intensificação da segurança

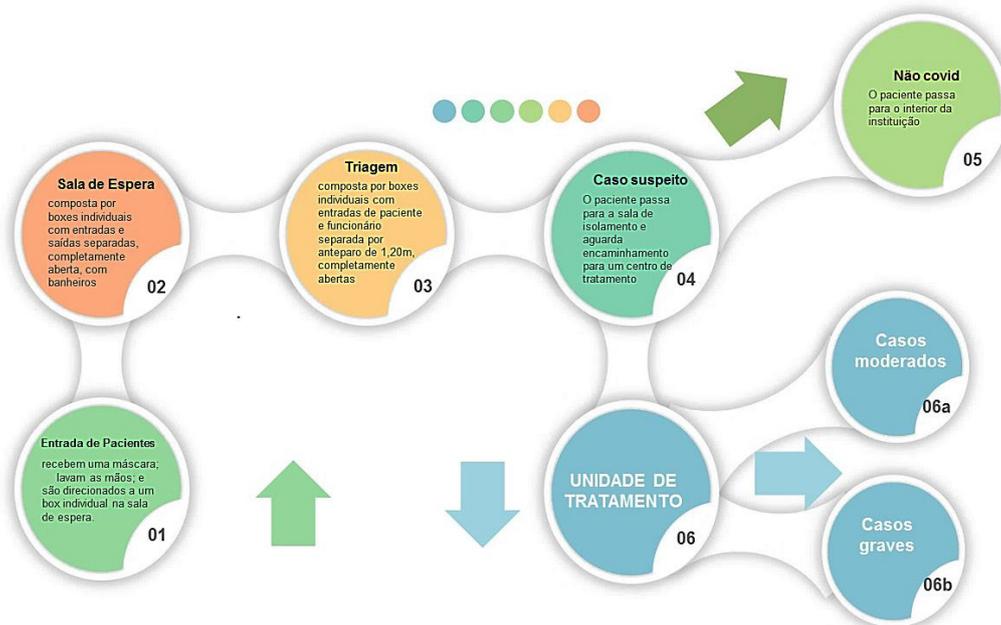
penitenciária e a asfixia completa das populações encarceradas. De outro, a prospecção de rebeliões possivelmente provocadas por tal conjuntura agônica é tida como janela de oportunidades para as empresas e empresários do ramo, convertendo um problema de saúde pública em vetor de aquecimento do mercado do castigo (CAMPELO; GODOI, 2020, on-line).

De acordo com orientações da OMS, o fluxo de chegada ao sistema prisional deve contemplar ações de acolhimento, triagem e testagem tão logo a pessoa entre no estabelecimento prisional (Figura 5), assegurando que pessoas recém-chegadas ao estabelecimento prisional, caso apresentem sintomas da Covid-19, sejam direcionadas para unidade específica de saúde para um período de quarentena mínima de 14 dias, antes de ingresso nos locais e celas de convívio, evitando assim o eventual contágio de seus pares. A detecção precoce é essencial para mitigação da COVID-19 em espaços intramuros e deverá estar atrelada a testagem em massa de todas pessoas privadas de liberdade, bem como ações de educação em saúde, entre outras (CORDEIRO et al, 2020).

É evidente a importância da Portaria Interministerial ao agregar a Saúde e Justiça no enfrentamento a Covid-19, reconhecendo o espaço prisional como possível materializador de protocolos e orientações do Ministério da Saúde.

No entanto, ao definir tais espaços, a Portaria se distancia das orientações e diretrizes internacionais ao passo que permite o isolamento por corte sem um maior alinhamento com a realidade prisional. Ademais, preconiza a importância da higienização constante das mãos, sem reconhecer as limitações ao acesso à água e a materiais de higiene básica.

Figura 5: Fluxo de entrada do preso no Sistema Prisional



Fonte: CORDEIRO et al, 2020

No âmbito nacional, não há implementação do que dispõe a Portaria Interministerial n. 7 (BRASIL, 2020e), garantindo não haver distinção de tratamento. Além disso, a falta de transparência das ações de enfrentamento da pandemia e a falta de informação sobre a situação dos presos aos seus familiares agravam ainda mais as condições dentro dos cárceres brasileiros, que não têm sido inspecionados em contexto de pandemia.

Vale dizer que ainda em 18 de março, o Ministro da Justiça e Segurança Pública publicou a Portaria n. 135 que também trazia a obrigatoriedade em seu texto quanto a criação de áreas específicas para isolamento de presos acometidos de sintomas gripais, o que também não foi cumprido, o que motivou 213 entidades de todo o Brasil a apresentarem denúncia contra a gestão da Covid-19 nos presídios brasileiros à ONU (Organização das Nações Unidas) e à OEA (Organização dos Estados Americanos), com evidências sobre violações de normas e recomendações nacionais referentes a falta de acesso à saúde, entraves ao desencarceramento, incomunicabilidade com a família, problemas no registro de óbitos, rebeliões e uso de estruturas temporárias precárias para o abrigo das pessoas presas.

A elaboração do documento surgiu a partir da articulação do grupo Justiça Além do Cárcere, do qual o NUPPES\FAU\Ufal faz parte. Entre as entidades que participaram da redação do apelo para a ONU estão o ITTC, Agenda Nacional pelo Desencarceramento, Conectas Direitos Humanos, IBCCrim, Justiça Global, NESC/SP, MNPCT e o MEPCT/RJ.

Em 05 de abril de 2020, a Coordenação de Saúde do DEPEN emitiu a nota técnica 23/2020 afirmando que, fazendo comparativos com a proporção de médicos na população em geral, dentre números sobre investimento, procedimentos realizados, e, que “não é correto dizer que há grande precariedade dos serviços de saúde nas unidades prisionais” e que, após mais de um mês da chegada da pandemia do Covid-19 no Brasil não há qualquer caso confirmado da doença nos estabelecimentos prisionais brasileiros.

A nota informa, com base em dados do senso de 2010, as formas de composição de equipes, apontando a existência de 756 médicos clínicos gerais, o que considerando os 756 mil presos informados chegaria ao número de 0,99 médico por cada mil presos e que o país, em um modo geral, teria 1,86 médicos por cada mil habitantes.

É neste contexto que magistrados entendem que a população prisional está em “isolamento social” e, portanto, segura quanto ao Covid-19.

4.5 Considerações finais

A Covid-19 dá luz à premente necessidade da garantia dos direitos dispostos nas legislações e diretrizes nacionais e internacionais referente às assistências, especialmente a saúde, em estabelecimentos de privação de liberdade e os desafios contidos para tal fim. Pessoas privadas de liberdade são mais vulneráveis e se encontram em situação de maior risco de sofrer violações aos seus direitos e à sua integridade física e psíquica, já que sua segurança e bem-estar estão sob a responsabilidade das mesmas autoridades que os detêm.

Ademais, as prisões brasileiras, historicamente, são conhecidas pelos seus ambientes insalubres, suas celas superlotadas, seus baixos contingentes de servidores, como este reconhecido como um “estado de coisas inconstitucional”. Nesta situação extravagante, pessoas presas estão expostas a maiores riscos e nesse contexto, deixar de proteger as pessoas privada de liberdade de uma doença grave por falta de precaução ou diligência pode culminar na institucionalização de maus tratos ou mesmo tortura.

Existem recomendações nacionais do Ministério da Saúde e recomendações aprovadas conjuntamente pelo UNAIDS, pela WHO, o UNODC, pela OIT e pelo PNUD para o enfrentamento à epidemia da infecção pelo HIV, das infecções sexualmente transmissíveis, das hepatites virais e da tuberculose nas prisões, em consonância com as legislações nacionais (WHO et al, 2014).

Medidas universais para impedir a transmissão do Covid-19 que se aplicam a todos os locais de trabalho e a todas as pessoas no local de trabalho, para além de práticas de informação e educação e do gerenciamento de trabalhadores contaminados, incluem a higiene das mãos, com lavagem regular e completa, higiene respiratória (com uso de máscaras faciais e lenços de papel disponíveis), distanciamento físico (pelo menos 1,5 m) entre pessoas e não aglomeração de pessoas (a densidade em edifícios deve ser de 10m² por pessoa), limpeza e desinfecção regular do ambiente (que não deve ser feita por pulverização de desinfetantes) (WHO, 2020a; 2020c; 2020d).

Destaque-se a completa ineficiência governamental frente ao combate do vírus dentro dos sistemas prisional e socioeducativo, para além das garantias constitucionais de segurança e saúde, vez que o estado brasileiro (des)abriga uma população carcerária e os impõe a pena de morte, ainda que seja seu dever assegurar e tomar medidas para o adequado enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do Covid-19 e, indubitavelmente, a adequada resposta à crise perpassa pela garantia de direitos às pessoas privadas de liberdade.

Referências

AMARAL, T. **Presos já estão em isolamento social**. <https://www.gazetadigital.com.br/editorias/judiciario/presos-j-esto-em-isolamento-social-diz-juiz-ao-negar-soltura-de-grupos-de-risco/611582>, acesso em 30/06/2020.

ASSEMBLY, UN General. **United Nations standard minimum rules for the treatment of prisoners** (the Nelson Mandela Rules). UN GA Res, v. 70, p. 175, 2015.

BARATA, Eudina AM et al. População de *Aedes aegypti* (L.) em área endêmica de dengue, Sudeste do Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 35, p. 237-242, 2001.

BATISTA, Nilo. **Apontamentos para uma história da legislação penal brasileira**. Editora Revan, 2009.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 1 mai. 2020a.

BRASIL. **Lei nº 14.019, de 02 de julho de 2020**. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: [www.planalto.gov.br > ccivil_03 > _ato2019-2022](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022). Acesso em 20 jul 2020b.

BRASIL. **Lei nº 13.979, de 06 de fevereiro de 2020**. Brasília, DF. Presidência da República, [2020]. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13.979-de-6-de-fevereiro-de-2020-242078735>. Acesso em 20 jul 2020c.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria interministerial nº 135/2020**. Brasília, DF. 18 mar. 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-135-de-18-de-marco-de-2020-248641860>, acesso em 20 jun 2020d.

BRASIL. Ministério da Justiça e Segurança Pública. **Portaria Interministerial nº 7/2020**. Brasília, DF. 18 mar 2020e. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-interministerial-n-7-de-18-de-marco-de-2020-248641861>.

CAMPELO, R, GODOI, R. Tranca, contêiner e bomba: a gestão penitenciária da pandemia no Brasil. **Le monde diplomatique brasil**. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/tranca-conteiner-e-bomba-a-gestao-penitenciaria-da-pandemia-no-brasil/>, acesso em 22 jul 2020.

CARVALHO, A. P. **Novo Coronavírus (COVID-19)**. Departamento científico de infectologia, 2020.

CAVALIERE, I.A.L. Hanseniano. Ser ou não ser interno: eis a questão. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. XVII, n.1, p. 203-219 jan. mar. 2009.

CAVALIERE, Ivonete Alves de Lima; COSTA, Suely Gomes. Isolamento social, sociabilidades e redes sociais de cuidados. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 21, p. 491-516, 2011.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dados das inspeções penais. **GEOPRESÍDIOS CNJ, 2019**. Disponível em Acesso em 22 ago. 2019.

CNJ - CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (2020). **Recomendação nº 62, de 17 de março de 2020**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/03/62- Recomenda%C3%A7%C3%A3o.pdf>.

COLOMINA, Beatriz. Architecture reproduction. In: **This is not Architecture**. Routledge. p. 227-241. 2005.

CORBURN, Jason et al. Slum health: arresting COVID-19 and improving well-being in urban informal settlements. **Journal of Urban Health**, vol. 97, n. 3, p. 348-357, 2020. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/32333243/>. Acesso em: 11 jun. 2021.

CORDEIRO, S. **De perto e de dentro**: descrevendo as relações entre o indivíduo preso e o espaço penitenciário. Maceió, Edufal, 2009.

CORDEIRO, S. et al. **Nota técnica: Arquitetura Penal e COVID-19 - Análise sobre os impactos da Resolução nº 5, de 15 de maio de 2020, do CNPCP que propõe Diretrizes Extraordinárias e Específicas para Arquitetura Penal, destinadas para o enfrentamento da disseminação do novo COVID-19 (2019-nCoV) no âmbito dos estabelecimentos penais**. LABGEPEN (UnB), NUPPES E GECA (Ufal), 2020. Disponível em: <https://www.labgepen.org/post/labgepen-lan%C3%A7a-nota-t%C3%A9cnica-sobre-arquitetura-penal-e-covid-19>.

CRUZ, Roberto Moraes et al. COVID 19: emergência e impactos na saúde e no trabalho. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 20, n. 2, p. I-III, 2020

DEPEN - DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL. **Levantamento nacional de informações penitenciárias - dezembro de 2019**.

Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional. Disponível em: <https://app.powerbi.com/oiMmU4ODAwNTAtY2IyMSooOWJiLWE3ZTgtZGNjY2ZhNTYzZDliIiwidCI6ImViMDkw>. Acesso em: 11 jun. 2021.

DIMENSTEIN, Magda et al. Uso abusivo de álcool e outras drogas entre trabalhadores do sistema prisional. **Revista Psicologia Organizações e Trabalho**, v. 17, n. 1, p. 62-70, 2017. <https://doi.org/10.17652/rpot/2017.1.12705>

DUCZMAL, Luiz Henrique et al. La política de aislamiento social vertical es ineficaz para contener la pandemia de COVID-19. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 5, 2020. Disponível em: <http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1063/a-politica-de-distanciamento-social-vertical-ineficaz-para-conter-a-pandemia-da-Covid-19>. Acesso em: 11 jun. 2021.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID 19. Recomendações gerais**. <https://www.fiocruzbrasil.br/wp-content/uploads/2020/04/Saúde-Mental-e-Atenção-Psicossocial-na-Pandemia-Covid-19-recomendações-gerais.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2020.

GALLO, D.; BESSA, E.R.A.S. Saúde e espaço urbano: a promoção de cidades mais saudáveis e sustentáveis. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 6, n. 38, p. 29-43, jun. 2018. Disponível em: https://www.amigosdanatureza.org.br/publicacoes/index.php/gerenciamento_de_cidades/article/view/1784/1747. Acesso em: 11 jun. 2021.

GALLO, Douglas; AUGUSTO, Wanderson da Silva; GALLO, Valéria Cristina Lopes. **O Dia em que a Terra Parou**: a vida nas metrópoles em tempos de isolamento e distanciamento social. Anais XVI Fórum ambiental, 1072-1086, 2020.

GOFFMAN, Erwin. Instituições Totais. São Paulo: Ed. 1974

GONÇALVES, Marta; OLIVEIRA, Magda A.; PINHEIRO, Ana P. **Do Isolamento Social ao Crescimento Pessoal**: Reflexões Sobre o Impacto Psicossocial da Pandemia. Gazeta Médica, 2020.

HÉBERT, Valerie. The Problem of Human Rights after the Holocaust. **A Companion to the Holocaust**, p. 553-575, 2020.

INSTITUTO IGARAPÉ, NE34: **impactos evidentes em uma população tornada invisível: os efeitos do coronavírus na vida de mulheres presas e egressas**, 2020. Disponível em https://igarape.org.br/wp-content/uploads/2020/07/2020-06-30-NE-34_Impacto-COVID-presas.pdf. Acesso em: 21 jun. 2021.

LI, R.; RICHMOND, P.; ROEHNER, B. M. Effect of population density on epidemics. *Physica A*, n. 510, p. 713-724, 2018.

LING, Anthony. Epidemias: o fracasso das cidades. ArchDaily Brasil, v. 18, 2020. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/935986/epidemias-o-fracasso-das-cidades>. Acesso em: 15 abr. 2020.

MANCUSO, James C. The socializing of personal constructions. *Theory & Psychology*, v. 6, n. 1, p. 85-92, 1996.

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Secretaria de atenção Primária; MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICOS. Departamento Penitenciário Nacional. **Recomendações para Prevenção e Cuidado da Covid 19 no Sistema Prisional Brasileiro**, 2020. Disponível em: <file:///D:/Downloads/ManualCOVID19DEPEN1edicao.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

OLIVEIRA, Thamires Sousa de; FAIMAN, Carla Júlia Segre. Ser policial militar: reflexos na vida pessoal e nos relacionamentos. *Revista Psicologia Organizações e Trabalho*, v.

19, n. 2, p. 607-615, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17652/rpot/2019.2.15467>. Acesso em: 11 jun. 2021.

RIBEIRO, Ítalo et al. Isolamento social em tempos de pandemia por COVID 19: impactos na saúde mental da população. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, v. 92, n. 30, 2020.

SÁNCHEZ, Alexandra et al. COVID 19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, p. e00083520, 2020a. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csp/a/ThQ4BfJJYngFJxv8xHwKckg/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SÁNCHEZ, Alexandra et al. Saúde mental e atenção psicossocial na pandemia COVID 19: COVID e a população privada de liberdade. 2020b. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/41680>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SANTOS, C. F. Reflections about the impact of the SARS-COV-2/ COVID 19 pandemic on mental health. *Brazilian Journal of Psychiatry*, v. 42, n. 3., p. 329-332, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1516-4446-2020-0981>. Acesso em: 11 jun. 2021.

NEXO JORNAL LTDA. O avanço da covid-19 nas prisões. E a subnotificação de casos. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/06/17/O-avan%C3%A7o-da-covid-19-nas-pris%C3%B5es.-E-a-subnotifica%C3%A7%C3%A3o-de-casos>. Acesso em: 22 jun 2020.

SCHMIDT B., CREPALDI M.A., BOLZE S.D.A., NEIVA-SILVA L., DEMENECH L.M. Impactos na Saúde Mental e Intervenções Psicológicas Diante da Pandemia do Novo Coronavírus (COVID 19). *SciELO Preprints*. 2020; 00(00): 1-26. 10.1590/SciELOPreprints.58

SVENSSON, Lars. Identification guide to European passerines. L. Svensson, 1992.

TARWATER, P. M. The effects of population density on the spread of disease. *Texas Medical Center Dissertations*, 1999.

WACQUANT, Loïc. The militarization of urban marginality: Lessons from the Brazilian metropolis. In: *Globalization and inequality in emerging societies*. Palgrave Macmillan, London, 2011. p. 92-117.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Infection prevention and control of epidemic- and pandemic-prone acute respiratory infections in health care. *WHO Guidelines*. 1–156, 2014. Disponível em: https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/112656/9789241507134_eng.pdf. Acesso em: 11 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Preparedness, prevention and control of COVID-19 in prisons and other places of detention (2020), Interim guidance 15 March, 2020a. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/336525/WHO-EURO-2020-1405-41155-55954-eng.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 11 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Home care for patients with suspected novel Covid 19 (COVID-19) infection presenting with mild symptoms, and management of their contacts: interim guidance, 04 February 2020b. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/handle/10665/331133>. Acesso em: 11 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION, Infection prevention and control during health care when novel Covid 19 (nCoV) infection is suspected. Interim guidance January 2020, 0125. 1-3, 2020c. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/10665-331495>. Acesso em: 11 jun. 2021.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. Clinical management of severe acute respiratory infection when novel Covid 19 (nCoV) infection is suspected. 12, 2020d. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/10665-332299>. Acesso em: 11 jun. 2021.

WINTER, Lilian Ester; ALF, Alexandra Machado. A profissão do policial militar: vivências de prazer e sofrimento no trabalho. Revista Psicologia Organizações e Trabalho, v. 19, n. 3, p. 671-678, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.17652/rpot/2019.3.13214>. Acesso em: 11 jun. 2021.

ZAFFARONI, Raúl. Entrevista al Dr. Raúl Zaffaroni. Espacios de crítica y producción, n. 53, p. 21-24, 2017.

A PARTICIPAÇÃO NA CONSERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: DOS CONCEITOS AOS ATORES

Flaviana Barreto Lira

Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade

5.1 Introdução

Diante do cenário pandêmico, as preocupações da UNESCO – Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura – quanto a área da Cultura estão “em liderar uma discussão global sobre a melhor forma de apoiar artistas e instituições culturais (...), e garantir que todos possam permanecer em contato com o patrimônio e a cultura que os conectam à sua humanidade (A UNESCO..., 2020). No que se refere especificamente aos sítios do patrimônio mundial, o *World Heritage Centre* (WHC), órgão da UNESCO responsável pela gestão dos 1121 (hum mil cento e vinte e um) bens salvaguardados pelo valor universal aos povos da humanidade, vem desenvolvendo ações de acesso e monitoramento, além de um mapeamento dos sítios do Patrimônio Mundial neste momento da pandemia do SARS-CoV-2 (MONITORING..., 2020).

O fechamento dos sítios do Patrimônio mundial (igrejas, museus, teatros, universidades, praças, parques, centros históricos, vilas, cidades) chama atenção por se tratar do silêncio da própria dinâmica da vida. Fecha-se para preservar a vida com impactos à própria vida. Os desafios da gestão destes ampliam-se e são problemas complexos que relacionam saúde, cultura e economia. A equação é uma das mais complexas, pois a suspensão das atividades para evitar a circulação de pessoas, consequentemente do vírus, é a primeira ação. Porém, não se pode esmaecer a relação entre estado de conservação, os *stakeholders* e os usuários no âmbito do patrimônio cultural e natural.

É nesse sentido, que este artigo tem como objetivo registrar a 10^o *live* do canal do *Youtube/aurbufal* do curso de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), Campus A. C. Simões, intitulada “A participação na conservação do patrimônio cultural: dos conceitos aos atores” (A PARTICIPAÇÃO..., 2020). No dia 6 de julho de 2020, a mesa foi composta pelas palestrantes professoras Doutoras Flaviana Barreto Lira (FAU/ UnB) e Lúcia Tone Ferreira Hidaka (FAU/Ufal), com mediação da professora Doutora Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade (FAU/Ufal).

O conteúdo desenvolveu-se a partir das pesquisas e experiências profissionais das palestrantes nos últimos 15 anos sobre a conservação dos sítios históricos urbanos, debatendo os conceitos de Significância, Integridade e Autenticidade do Patrimônio Cultural e a participação dos *stakeholders* na gestão urbana patrimonial, demonstrando a atualidade das discussões sobre a relação intrínseca entre o patrimônio cultural, as cidades e as pessoas.

5.2 O arcabouço teórico e metodológico das condições de Autenticidade do patrimônio cultural.

A partir de meados da década de 1960, uma noção passou a ser continuamente discutida no âmbito da conservação do patrimônio cultural: a de autenticidade. Mesmo com os avanços alcançados para substanciar o conceito e assim como para a sua verificação, mostrava-se latente a necessidade de maiores aprofundamentos.

Conceitualmente, a autenticidade não parecia ter sido discutida satisfatoriamente, especialmente quando se considerava a sua complexidade. Em termos operacionais, a pouca precisão conceitual com que estava sendo tratada acarretava problemas práticos: em que reside a autenticidade de uma bem cultural?

Foram essas as questões e desafios que motivaram o desenvolvimento da tese de doutorado intitulada “Patrimônio cultural e autenticidade: montagem de um sistema de indicadores” (LIRA, 2011) defendida no ano de 2009 no âmbito do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da UFPE (MDU/ UFPE).

A tese propôs procedimentos objetivos para a avaliação das condições de autenticidade dos bens culturais, a partir do que denominou juízo quantificado, que se refere à associação de uma escala quantitativa a um julgamento qualitativo. Antes disso, todavia, foram construídas premissas teóricas e metodológicas balizadoras do entendimento de autenticidade e de sua verificação, são elas:

- i. A autenticidade não é uma característica intrínseca aos artefatos artísticos, ela está na mente de quem observa, sendo uma qualidade atribuída pelo sujeito;
- ii. A verificação da autenticidade envolve tanto questões relacionadas com a genuinidade das origens, autoria e da matéria, como aquelas relacionadas com a construção de significações culturais por parte dos grupos sociais;
- iii. Em razão de a autenticidade ser uma categoria conceitual, uma abstração do mundo real, e não um dado objetivo, sua observação só pode ser feita por meio de indicadores;
- iv. Decisões sobre a autenticidade dos artefatos artísticos, ainda que sejam conduzidas por técnicos e especialistas, demandam validação coletiva, pois só dessa forma se tornam representativas e, conseqüentemente, legítimas.

O caminho para operacionalização dessas premissas foi a construção de um sistema de indicadores de autenticidade. Como substitutos dos atributos reais, os indicadores precisavam refletir a complexidade inerente ao bem cultural, que envolve tanto questões de

natureza material – relacionadas com aspectos objetivos ou físicos, do mundo real – como não material – que emergem da relação sujeito e objeto, isto é, homem e bem cultural.

Verificar a autenticidade por meio de indicadores implicou estabelecer procedimentos estruturados em quatro etapas: construção de indicadores da autenticidade, validação dos indicadores por parte dos grupos sociais diretamente envolvidos com o bem, verificação da autenticidade do bem a partir de tais indicadores e validação dos resultados obtidos junto aos grupos sociais.

O sistema de indicadores proposto foi parcialmente aplicado a um objeto empírico (LIRA, 2011), o Pátio de São Pedro dos Clérigos em Recife-PE, quando foi selecionado um conjunto de indicadores de autenticidade para esse conjunto urbano, construído e validado coletivamente pelos especialistas, que também definiram a importância e o peso de cada indicador isoladamente.

Assim, pode-se dizer que sistema proposto delineou um novo caminho para a realização do julgamento da autenticidade do patrimônio cultural ao possibilitar que avaliações exclusivamente qualitativas, do tipo absolutamente autêntico ou não autêntico, fossem substituídas pelos juízos quantitativos.

5.3 Teoria e Metodologia do Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável (Isc)

Concomitantemente a tese de Lira, Hidaka (2011), por meio da abordagem teórica (CARLEY, 1981) de construção de indicadores, construiu o Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável (Isc), concebido como um instrumento de monitoramento para avaliar cidades, vilas, aldeias e outros tipos de áreas urbanas de valor patrimonial. A tese de Hidaka foi desenvolvida no contexto em que o processo de monitoramento do *World Heritage Centre*, a partir dos *periodic reporting*, apontava para transformações e mudanças expressivas na integridade e autenticidade dos sítios patrimoniais da humanidade num futuro próximo.

O Isc foi concebido há 10 anos (HIDAKA, 2011; ZANCHETI & HIDAKA, 2011; ZANCHETI & HIDAKA, 2012) como uma função numérica de indicadores de desempenho (KPI) constituído pelos conceitos de **Significância Cultural** – conjunto de valores e significados intersubjetivos dos atributos patrimoniais; de **Integridade** – julgamento de completude e inteireza do conjunto de atributos de valor e significados patrimoniais, e de **Autenticidade** – julgamento da verdade desse conjunto de valores e significados intersubjetivos dos atributos patrimoniais expressarem a significância cultural do Sítio Patrimonial (HIDAKA, 2011). A Significância Cultural, a Integridade e a Autenticidade são as três variáveis centrais para avaliar o estado de conservação de bens patrimoniais.

Há época, as tentativas anteriores de elaboração de indicadores para medir a conservação patrimonial partindo de um ponto de vista objetivo falharam; pois os conceitos

são qualitativos. A tese (HIDAKA, 2011) ressalta que os valores destes só podem ser estimados subjetivamente por indivíduos ou grupos de indivíduos.

Os sítios urbanos constituem um patrimônio especial, porque têm uma natureza complexa composta por muitos objetos individuais, com características comuns, por conjuntos de objetos que estejam ligados por estruturas relacionais (simbólicas), por conjuntos de objetos transformados continuamente por processos sociais e culturais e muitas outras formas de entidades organizadas. Ou seja, possuem atributos que os tornam especiais em relação a outros objetos.

Os atributos de um objeto são definidos como toda e qualquer característica dos objetos e processos reconhecidos como tendo valor patrimonial, quer material (tangíveis) ou não-material (intangíveis) (HIDAKA, 2011). Não é simples separar os atributos materiais dos não-materiais, uma vez que os valores são formados pelos mesmos processos e sua desagregação é, na maioria dos casos, apenas uma etapa de análise na investigação científica.

A construção teórico metodológica do Isc expressa-se nas três variáveis interrelacionadas (Significância Cultural, Integridade e Autenticidade) que o compõem e essas variáveis são medidas a partir da intersubjetividade de quatro grupos de *stakeholders* e seus subgrupos □ especialistas externos, especialistas locais, moradores de longa data, moradores recentes, grupos de referência cultural e visitantes (HIDAKA, 2011; ZANCHETI & HIDAKA, 2011; ZANCHETI & HIDAKA, 2012). Este sistema se alimenta da percepção intersubjetiva dos grupos de envolvidos sobre os objetos e processos, físico-materiais e não materiais, dos atributos patrimoniais.

A relevância do indicador Isc construído, ainda hoje, decorre da base teórico metodológica validada por especialistas das cinco regiões da *World Heritage List* (África, Estados Árabes, Ásia e Pacífico, Europa e América do Norte, América Latina e Caribe) a partir do método Delphi (WRIGHT; GIOVINAZZO, 2000). Além dos predicados de inteligibilidade de construção, especificidade e validade, relevantes a um indicador, o Isc demonstrou aplicabilidade na construção metodológica e aplicação em objeto empírico, o Sítio Histórico de Olinda – SHO.

5.4 Metodologia e Aplicação do Isc: Olinda (PE), São Luís (MA) e Brasília (DF)

A metodologia para aplicação do indicador passou por concepção e aplicação a partir do Sítio Histórico de Olinda (SHO), objeto de investigação da Tese de Hidaka (HIDAKA, 2011). A aplicação estruturou-se em três etapas: preparação, ponderação dos atributos e a consulta aos grupos de *stakeholders*.

Na preparação estabelecia-se uma base de referência que revelasse a Declaração de Significância do sítio. A ponderação foi feita com método Delphi, mas contando com especialistas locais (HIDAKA, 2011). Na ponderação a lista de atributos elaborada na etapa de preparação era submetida à validação e identificava-se o peso de cada um. O atributo

que não atingisse uma pontuação de 7 (sete) pontos no mínimo, de um total de 10 (dez) pontos, ficava fora da lista a ser monitorada. Na aplicação, foi necessário construir sentenças com a temporalidade do monitoramento adequada a cada um dos grupos de *stakeholders*, assim como no caso dos visitantes um instrumento específico foi construído, um *folder dos atributos* (HIDAKA, 2011).

O SHO possibilitou experienciar a aplicação da avaliação do Isc com todos os grupos de *stakeholders*, discutindo métodos e técnicas; ferramentas; população, amostra e acesso aos grupos. Os resultados demonstraram adequação da visão intersubjetiva com outros trabalhos de investigação sítio urbano em questão.

De 2012 a 2013, um projeto coordenado pelo professor Silvio Zancheti, intitulado “Indicador de avaliação do estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais: os casos de Ouro Preto (MG), Brasília (DF) e São Luis (MA)”, possibilitou a aplicação do Isc para além do SHO (PE). As professoras Lúcia Hidaka da Universidade Federal de Alagoas (AL), Flaviana Lira da Universidade de Brasília (UNB), Marluce Wall e Ingrid Braga da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA), compuseram a equipe. Os resultados foram instigantes (HIDAKA, 2014a; HIDAKA, 2014b; WALL & BRAGA, 2014; LIRA, 2014).

Em termos quantitativos o SHO apresentou o Isc mais baixo (0,69), seguido de Brasília (0,73) e São Luís (0,77), demonstrando a percepção mais apurada dos atores e posição crítica da sociedade civil organizada; o menor envolvimento dos atores com a conservação; e a percepção de melhora significativa dos atores de um sítio que passou por intervenções após ser inscrito na WHL. Quanto à análise qualitativa, os resultados vislumbraram os desafios de calibração, diminuição do viés interpretativo e necessidade de diversidade dos participantes (HIDAKA, 2011; HIDAKA, 2014b; WALL & BRAGA, 2014; LIRA, 2014).

O Isc permite que o estado de conservação de sítios urbanos patrimoniais seja monitorado. É um instrumento flexível que pode ser adaptado às características específicas dos locais e os grupos de atores envolvidos com a gestão (HIDAKA, 2011). Portanto, pode ser usado para qualquer local, independentemente de suas características geográficas, culturais e sociais.

Destaca-se a transparência do processo pela sua estrutura comum para a avaliação do desempenho, ampliando o universo qualitativo dos participantes. O Isc pode contribuir com o monitoramento da WHL da UNESCO, sem, entretanto, prescindir de qualquer outro processo de monitoramento e avaliação.

5.5 Os desafios contemporâneos na indissociabilidade entre Significância Cultural, Integridade e Autenticidade

A partir da pesquisa intitulada “Da natureza complexa dos bens culturais: a indissociabilidade entre autenticidade, integridade e significância cultural”, realizada em pós-doutoramento, Lira (2020) investigou as sobreposições ou influências mútuas entre as três noções, integridade, autenticidade e significância cultural.

O primeiro desafio a ser enfrentado foi como incorporar e equilibrar os múltiplos olhares na construção da significância cultural e na avaliação das condições de integridade e autenticidade. Ao mesmo tempo em que o paradigma atual exige a participação dos diferentes atores sociais envolvidos nos processos de identificação e de tomada de decisão referentes ao patrimônio cultural, muitas vezes as instituições de salvaguarda não dispõem de ferramentas adequadas para fazer disso uma estratégia operacional e, como consequência, os julgamentos seguem restritos ao corpo técnico. A questão que se coloca é: como incorporar os múltiplos atores sociais sem reduzir a importância da expertise dos especialistas?

Questão de fundo mais teórico, mas com grande impacto na prática da conservação, relaciona-se à observação de que há certas sobreposições ou influências mútuas entre as três noções que levam a uma questão central: ainda que na teoria as noções de significância cultural, de integridade e de autenticidade possam ser compreendidas isoladamente, na prática essa separação não se revela factível.

As reflexões já consolidadas permitiram a proposição de mais um caminho para operacionalização concomitante dessas três noções nas ações relacionadas à conservação patrimonial, pautada em 5 (cinco) premissas (LIRA, 2020): 1) a significância cultural, a integridade e a autenticidade estão relacionadas à avaliação dos atributos patrimoniais, ou seja, aos aspectos que mais fortemente caracterizam e são valoradas no bem; 2) como os atributos patrimoniais se transformam no tempo em razão da ação natural e antrópica, a significância cultural, a integridade e a autenticidade também mudam, sendo, portanto, condições dinâmicas do bem cultural e que se influenciam mutuamente; 3) a construção da significância e a avaliação das condições de integridade e de autenticidade têm que ser realizada no contexto sociocultural em que cada bem se encontra, a partir de um processo de validação intersubjetiva; 4) a identificação da significância cultural de um bem deve ouvir, em igual medida, todos os atores sociais diretamente envolvidos; a avaliação das condições de integridade e de autenticidade, por sua vez, por demandar conhecimento técnico e especializado, deverá ser realizada por especialistas; 5) o produto final desse processo deverá ser uma Declaração Integrada da Significância Cultural do Bem, de suas condições de Integridade e de Autenticidade (DSIA), na qual já devem estar apontadas diretrizes para a gestão da conservação e/ ou diretrizes norteadoras da ação projetual.

Assim, partindo dessa construção, pretende-se, com o desenvolvimento da pesquisa (LIRA, 2020), precisar os procedimentos necessários à operacionalização desta matriz no instante inicial de reconhecimento do patrimônio cultural ou de revalidação de seu valor. De todo modo, independentemente das ferramentas que irão ser utilizadas para esse fim, o fundamental é que se siga o arcabouço teórico e metodológico. Numa área em que a subjetividade das ações e decisões ainda é dominante, e o julgamento técnico costuma ser, na quase totalidade das vezes, o único a ser considerado, ferramentas dessa natureza precisam ser cada vez mais exploradas.

5.6 Considerações Finais

Autenticidade e Integridade são noções que embasam não só a atuação da UNESCO, mas são balizadoras da conservação de bens culturais em todo o mundo, o que decorre, principalmente, do fato de grande parte dos países ser signatários da Convenção do Patrimônio Mundial (1972), assumindo o compromisso de respeitar integralmente as suas disposições. A noção de Significância Cultural, materializada por meio da Declaração de Significância, diferentemente da Autenticidade e da Integridade, não é um critério para a inclusão de um bem cultural da Lista do Patrimônio da Humanidade. Todavia, vem ganhando visibilidade nos estudos e práticas de conservação dos bens culturais, bem como tem guiado projetos e a gestão da conservação.

Juntas, essas três noções, têm papel central na conservação de bens culturais, não só por se tratar de critérios ou exigências da UNESCO, mas também por estarem presentes em debates e práticas relacionadas com experiências locais específicas.

Todavia, ainda há lacunas quanto à operacionalização desses termos na ação prática sobre bens culturais. Assim como continuam a serem objeto de reflexão teórica, ainda demandando a proposição de caminhos operacionais para seu enfrentamento.

O registro que permanece desse encontro é a urgência na necessária aproximação desses conceitos com a população geral que vive e convive com os bens, e uma permanente discussão entre especialistas para afinar a sintonia entre os termos e seus entendimentos. Essa importante continuidade não almeja um consenso único e universal, mas quem sabe, o entendimento de que esses conceitos são essenciais e indispensáveis à gestão da conservação patrimonial.

Foi por meio dessa reflexão final que a 10^o *live* deixou a sua contribuição para a disseminação do conhecimento no campo da Conservação do Patrimônio Cultural. Com aproximadamente trezentas (300) inscrições e até o fechamento deste registro já contabilizava mil e duzentas (1.200) visualizações, espera-se com a elaboração deste relato fortalecer o entendimento dos conceitos e práticas acadêmicas expostas na primeira *live* sobre patrimônio do canal aurbufal.

Referências

A PARTICIPAÇÃO na conservação do patrimônio cultural: dos conceitos aos atores. Maceió: canal aurbUfal, 2020. 1 vídeo (128 min.), son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8iDiITBTT00>. Acesso em: 23 jul. 2020.

A UNESCO apoia a cultura e o patrimônio durante a crise da COVID-19. 09 abr. 2020. Disponível em <https://pt.unesco.org/news/unesco-apoia-cultura-e-o-patrimonio-durante-crise-da-covid-19>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CARLEY, Michael. **Social Measurement and Social Indicators: Issues of Policy and Theory.** London: George Allen & Unwin, 1981.

MONITORING World Heritage site closures. 13 jul. 2020. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/news/2103>. Acesso em: 23 jul. 2020.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. **Indicador de Avaliação do Estado de Conservação Sustentável de Cidades – Patrimônio Cultural da Humanidade:** teoria, metodologia e aplicação. 228 f. Tese de doutorado (Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. Indicador de avaliação do estado de conservação de cidades patrimônio cultural da humanidade: reflexões sobre a declaração de significância cultural e os atributos patrimoniais. *In:* III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós - graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Mackenzie, 2014a. v. 1.

HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. Indicador de avaliação do estado de conservação de cidades patrimônio cultural da humanidade: reflexões sobre a declaração de significância cultural e os atributos patrimoniais. *In:* III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós - graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Mackenzie, 2014b. v. 1.

LIRA, Flaviana Barreto. Desafios contemporâneos da significância cultural, integridade e autenticidade do patrimônio cultural: teoria e prática. **Oculum Ensaios**, v. 17, e204365, 2020. <http://dx.doi.org/10.24220/2318-0919v17e2020a4365>

LIRA, Flaviana Barreto. Indicador de avaliação do estado de conservação de cidade patrimônio cultural da humanidade: o caso do conjunto urbanístico de Brasília - DF. *In:* III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós - graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Mackenzie, 2014. v. 1.

LIRA, Flaviana Barreto. **Patrimônio cultural e autenticidade:** montagem de um sistema de indicadores para monitoramento. Recife: Ed. Universitária, 2011.

WALL, Marluce; BRAGA, Ingrid. G. Indicador para Avaliação do Estado de Conservação de Sítios Urbanos Patrimoniais: o caso de São Luís do Maranhão. *In:* III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós - graduação em Arquitetura e Urbanismo: arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Mackenzie, 2014. v. 1.

WRIGHT, James Terence Couter; GIOVINAZZO, Renata Alves. DELPHI - uma ferramenta de apoio ao planejamento prospectivo. **Caderno de Pesquisas em Administração**, São Paulo, v. 1, n. abr./ju 2000, p. 54-65, 2000.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. Measuring urban heritage conservation: theory and structure (part1). **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, v. 1, p. 96-108, 2011.

ZANCHETI, Silvio Mendes; HIDAKA, Lúcia Tone Ferreira. Measuring urban heritage conservation: indicator, weights and instruments (Part 2). **Journal of Cultural Heritage Management and Sustainable Development**, v. 1, p. 15-26, 2012.

ERGONOMIA E ARQUITETURA: CONCEITOS, APLICAÇÕES E CENÁRIOS FUTUROS

Vilma Villarouco

Thaís Sampaio Sarmiento

6.1 Introdução

Os estudos de ergonomia foram iniciados em 1949, conforme citado por Lima et al. (2010), expondo que o termo foi criado pelo engenheiro inglês K. F. H. Murrell da primeira sociedade de ergonomia do mundo, a Ergonomic Research Society. No Brasil, os estudos em ergonomia foram iniciados nos anos 70, e em 1983 foi criada a ABERGO – Associação Brasileira de Ergonomia. A ergonomia é a disciplina científica que investiga o trabalho humano, desta forma, preocupa-se em analisar como as pessoas trabalham, como interagem com cada elemento que o compõe e como as atividades são desenvolvidas no ambiente.

6.2 Ergonomia aplicada ao Ambiente Construído

A ergonomia aplicada ao ambiente construído cuida das situações do ambiente do trabalho, no intuito de identificar e promover melhorias, considerando que o ambiente interfere na realização das atividades humanas. Seus estudos são ainda recentes, com publicações importantes desde 2001.

Villarouco (2018) afirmou que ao falarmos em ergonomia referimo-nos a conforto, a bem estar, a adequação ao ser humano, seja de ferramentas, postos de trabalho, ambientes ou dos demais elementos do sistema onde ele esteja inserido. Neste conjunto de atributos, também não é possível pensar em ergonomia aplicada ao ambiente construído sem considerar a acessibilidade, o design universal, a inclusão de todos os indivíduos. Para que haja trabalho, existem pessoas realizando atividades, acomodadas em um conjunto de mobiliário e utilizando equipamentos específicos. Este conjunto compõe o posto de trabalho, que também constitui uma preocupação importante dos estudos em ergonomia.

O ambiente exerce um impacto enorme sobre o desenvolvimento das atividades humanas, interferindo em como nos comportamos ou reagimos a eles. Responsáveis pela projeção dos espaços, nós arquitetos, precisamos proporcionar ambientes adequados às atividades dos usuários, e não o contrário, tentando ajustar as pessoas aos ambientes

que projetamos. A ergonomia se preocupa também com a diversidade de pessoas, suas características, seus interesses e necessidades, constituindo uma visão global de como o ambiente pode estar mais bem adequado a elas.

6.3 Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído - MEAC

A Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído – MEAC foi desenvolvida por Vilma Villarouco, ao longo de suas pesquisas acadêmicas. Na última década, pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-Graduação em Design da UFPE, na área de Ergonomia, oriundas do Laboratório Ergoambiente e do grupo de pesquisa em Ergonomia Aplicada ao Ambiente Construído, têm investigado tecnologias e metodologias aplicadas em estudos da ergonomia, do design, da arquitetura, da psicologia ambiental, trazendo-as para a temática do ambiente construído sob o foco da ergonomia.

As análises ergonômicas conduzidas com a aplicação da MEAC, de Villarouco (2007, 2008, 2009, 2011) cumpriram a função de validar a metodologia, ao tempo em que lançava o foco ergonômico sobre os espaços investigados. Um dos primeiros trabalhos que contribuiu para a criação da MEAC foi a dissertação de mestrado de Andreto (2005). A MEAC surgiu como a sistematização para as análises ergonômicas demandadas nesta dissertação, como maneira de ajustar metodologias não planejadas especificamente para a abordagem ergonômica do espaço habitado (VILLAROUCO, 2018). A MEAC configura-se com uma metodologia que segue as etapas descritas no Quadro 1 (a seguir), podendo ser aplicada em inúmeras situações de avaliação em ambientes construídos.

Quadro 1 - Descrição da MEAC – Metodologia Ergonômica para o Ambiente Construído.

ETAPAS		OBJETIVOS
FASE 1	ANÁLISE GLOBAL DO AMBIENTE	Entender o sistema ambiente-humano-atividade numa abordagem macro, em que o pesquisador registra suas percepções sobre o ambiente a ser analisado.
	IDENTIFICAÇÃO DA CONFIGURAÇÃO AMBIENTAL	Identificar e mensurar as condições dos fatores físicos e ambientais, de acordo com as referências normativas de desempenho ambiental.
		Obter informações de ordem física e organizacional, assim como descrições das tarefas prescritas
	AVALIAÇÃO DO AMBIENTE EM USO	Analisar de modo sistemático as interferências dos condicionantes espaciais no desempenho da atividade. Verificar a adequabilidade do espaço a que o usuário está sujeito, fluxos, usabilidade e mobilidade.
FASE 2	PERCEPÇÃO AMBIENTAL	Identificar os desejos e necessidades dos usuários para o ambiente que utilizam, para isso emprega técnicas da percepção ambiental
DIAGNÓSTICO RECOMENDAÇÕES ERGONÔMICAS		Comparação da qualidade espacial das instituições investigadas e a interferência do ambiente na qualidade de vida de seus usuários. As recomendações objetivam propor melhorias para os ambientes analisados, buscando uma melhor adequação do ambiente ao usuário, permitindo melhor desempenho do sistema ambiente-humano-atividade.

Fonte: baseado em Villarouco et al. (2009, 2011)

A fim de aferir as condições de desempenho ambiental, na primeira etapa, o(a) pesquisador(a) deve se preocupar em consultar as seguintes normas:

- NR 17 - Ergonomia (BRASIL, 2018);
- NBR 15.575 Edificações Habitacionais – Desempenho (ABNT, 2013);
- NBR 9050 - Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos (ABNT, 2020);
- NBR 10.152 - Avaliação de Ruído ambiente em recintos de edificações visando o conforto dos usuários – procedimentos (ABNT, 1999);
- NR 24 - Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho (BRASIL, 2019).

As pesquisas sobre ergonomia em ambientes abrangem toda a diversidade de usos dos espaços. Na área corporativa avançaram, especialmente quanto à problemática dos escritórios panorâmicos e o dimensionamento dos postos de trabalho, conforme estudos de Costa (2011 e 2016).

Desde 2008, vêm sendo desenvolvidas diversas pesquisas sobre ambientes para idosos, especialmente em ILPI's (Instituições de Longa Permanência para Idosos). Esta linha de pesquisa foi iniciada como um projeto guarda-chuva, que abrigou diversos estudos desdobrando-se em dissertações de mestrado e teses de doutorado: Leite (2010), Paiva (2012, 2018), Tavares (2014), Porto (2015), Sobral (2015), Kunst (2016), assim como artigos nacionais e internacionais. Além dessas pesquisas, destacam-se os estudos desenvolvidos por Araújo (2014), Ximenes (2017) e Sarmiento (2017) acerca da ergonomia aplicada em ambientes educacionais, dentre outros.

6.4 Discussões sobre as formas de aplicação da MEAC

Como forma de transmitir as discussões que foram objeto das transmissões online pelo Canal do YouTube aurbufal, serão abordadas as respostas às questões realizadas, nos tópicos a seguir:

- **MEAC em ambientes urbanos**

O uso da MEAC em espaços urbanos é possível, visto que, ao utilizarmos uma praça ou um parque, ao caminharmos seguindo uma avenida, atravessarmos uma rua, e caminhar até um ponto de ônibus, estamos desenvolvendo atividades. Uma dificuldade que pode existir na análise dos espaços abertos seria a comparação com as normas de aferição ambiental quanto a iluminação, temperatura e ruído, uma vez que estando ao ar livre, pode haver dificuldade de análise. Destaca-se que em espaços abertos, as variáveis da acessibilidade e da mobilidade urbana são fortemente evidenciadas, por serem questões muito pertinentes à circulação de pessoas. Esta circulação deve visar a autonomia do usuário, conforme descrita

na NBR 9050 (ABNT, 2020), a norma brasileira de acessibilidade em edificações e ambientes urbanos, tornada lei a partir de 2018.

- **MEAC em ambientes internos**

A ergonomia do ambiente construído coloca o foco em dois aspectos: as condições ambientais oferecidas (1) e as condições humanas para realização das atividades no espaço analisado (2).

Ao utilizar o fogão (Figura 1a), por exemplo, é fundamental definir no projeto do ambiente, o espaço para abrir a porta do forno, agachar-se e retirar o alimento (ainda quente) e colocá-lo sobre a bancada de trabalho. Ao utilizar o tanque de lavar roupas, é preciso ter espaço suficiente para permanecer de frente em pé, manusear baldes e material de limpeza, e ainda assim poder acessar a máquina de lavar roupas com conforto (Figura 1b).

Figura 1 – Espaço de atividades na cozinha (a) e área de serviço (b) insatisfatórios aos usuários, sem condições ergonômicas de utilização.



Fonte: as autoras.

O espaço para realizar a atividade vai além de apenas dispor o equipamento, mas preocupa-se em planejar o seu funcionamento, considerando o manuseio e a circulação de pessoas no ambiente, com segurança e conforto.

- **Percepção ambiental como etapa da MEAC**

As ferramentas de percepção ambiental que costumam ser utilizadas na fase II da MEAC são escolhidas com base na situação a ser analisada. São técnicas de coleta de dados que permitem a livre expressão dos usuários, com pouca ou nenhuma intervenção do pesquisador nas respostas ao instrumento. Paiva (2018) comparou as ferramentas de percepção ambiental, para fins de avaliação de ambientes (Quadro 2).

Quadro 2 - Caracterização das Técnicas da Psicologia Ambiental, utilizadas para a avaliação perceptiva

FERRAMENTA	OBJETIVO
Mapa Mental ou Cognitivo	Descrição e elaboração de desenhos ou relatos de memória representativa de ideias sobre um determinado ambiente
Poema dos Desejos	Representação gráfica (mais apropriada para crianças); relatos escritos representação gráfica (adultos)
Mapeamento Visual	Análise da adequabilidade espacial em registro gráfico da planta baixa estilizada com os aspectos negativos e positivos do espaço físico avaliado
Constelação de Atributos	Obtenção de imagens simbólicas geradas a partir de associações espontâneas de ideias do ambiente, e representativas das vivências individuais do usuário
Seleção Visual	Visualização de imagens representativas de ambientes para extração de atributos positivos e negativos desses espaços

Fonte: Paiva (2018).

Essas ferramentas de percepção ambiental são absolutamente abertas, reduzindo o risco de intervenção do pesquisador nas respostas obtidas.

6.5 Projetação ergonômica de ambientes

A atividade de projeto envolve também a pesquisa, na medida em que se procura proporcionar ambientes satisfatórios aos usuários. Um projeto de edificação centrado no usuário deve ser caracterizado por um passo-a-passo cíclico. A metodologia de projeto baseada em requisitos ergonômicos (Quadro 3) proposta por Attaianese; Duca (2012) segue uma sequência de sete etapas.

Quadro 3 - Descrição das etapas de projetação ergonômica

ETAPA	DESCRIÇÃO
1	Design briefing: coleta de dados sobre os objetivos funcionais e o contexto ambiental;
2	Elaboração dos perfis de usuários e ajuste em grupos;
3	Análise de tarefas: identificação dos cenários das tarefas e descrição dos usos dos subcenários da edificação pelos usuários;
4	Elaboração de requisitos para adaptação às necessidades/ expectativas dos usuários e grupos;
5	Detalhamento arquitetônico e implementação dos requisitos pré-definidos;
6	Validação das soluções em design;
7	Monitoramento das performances dos usuários no uso da edificação.

Fonte: Traduzido de Attaianese; Duca (2012).

Os desejos dos usuários tomam uma posição de importância nesse processo, dada a expectativa de renovação dos ambientes, podendo aumentar a satisfação com os mesmos após a intervenção projetual. A elaboração dos requisitos para adequação ergonômica de um ambiente vem como etapa projetual baseada nas análises anteriores. Somente após desenvolver os requisitos ergonômicos, começa-se a projetar, elaborando ideias, croquis e desenhos.

6.6 Desafios atuais e futuros da ergonomia do ambiente construído

Com a necessidade de manter o isolamento social, diante da pandemia de covid-19, os problemas e as inadequações ambientais dos espaços residenciais (que antes talvez não causassem tanto incômodo) passaram a ficar mais visíveis e incomodar a todos os membros da família. A casa, que deveria ser nosso abrigo, pode ter se tornado um espaço de conflito de atividades, por estar em uso contínuo por pessoas com idades e necessidades diferentes, em privação de liberdade de circulação.

Permanecer no isolamento domiciliar num apartamento espaçoso, ou numa casa com quintal, jardim e área de lazer, é uma situação confortável para famílias de classe média ou alta. Os maiores conflitos parecem surgir em casas e apartamentos pequenos, ou de famílias em vulnerabilidade social, já que o espaço reduzido pode agravar problemas pela sobreposição de tarefas e de convivência promovendo desordens, inclusive psicológicas. Em habitações populares podem estar ocorrendo agravamento de situações degradantes para vida humana, seja por falta de espaço, de condições de higiene e segurança sanitária, para garantir o bem-estar e a privacidade individual, ou até mesmo para acomodar o trabalho em casa.

Estima-se um aumento de estudos sobre a qualidade dos espaços de morar a partir de 2020, e espera-se que isso promova uma tomada de consciência sobre a influência dos espaços na nossa qualidade de vida. Uma grande missão dos profissionais da área de arquitetura e urbanismo e design é persuadir o mercado e os órgãos financiadores a estabelecerem padrões de qualidade ambiental baseados em conforto e bem-estar dos usuários e no tamanho de suas famílias. É preciso repensar a área dos apartamentos mínimos, para que acomodem adequadamente as atividades domésticas e as pessoas em toda sua diversidade, resultando em maior satisfação.

Características como o envelhecimento da população devem ser consideradas, sendo imperativo oferecer ambientes adequados ao usuário idoso, que permanece muito tempo em suas casas, utilizando ambientes pequenos e, às vezes, perigosos. As habitações brasileiras não foram pensadas para esses cenários. Ao se financiar uma habitação por 30 anos, um adulto jovem pode não considerar as mudanças que ocorrerão ao longo de sua vida, até chegar na idade idosa: casar, ter filhos, receber familiares e amigos, eventualmente adoecer ou sofrer acidentes e envelhecer são acontecimentos que implicam em mudanças nas formas de uso da habitação, demandando que haja algum grau de flexibilidade desses espaços.

Cabe à ergonomia influenciar mais pessoas, nos diversos segmentos, para que os ambientes planejados e disponibilizados à população estejam preparados para as alterações necessárias ao longo da vida útil da edificação. Essa visão não se restringe ao espaço residencial, mas também aos supermercados, escolas, hospitais, estações de transporte, ou seja, em todos os locais da vida urbana.

Uma ferramenta inovadora nessa busca pela satisfação do ambientes para as pessoas está na neuroergonomia ou neuroarquitetura. Essa abordagem científica vem tentando trazer à tona a compreensão de como o nosso cérebro processa sensações, e que áreas cerebrais reagem, diante dos ambientes em que vivemos. Desta maneira, compreendendo que zonas cerebrais são ativadas, busca-se entender as sensações que essas áreas vão transmitir para o nosso corpo. Às vezes passamos por sensações que nos fazem tão mal, que podemos até adoecer. Uma pesquisa piloto que está sendo realizada por Villarouco, na UFC, estuda a navegabilidade urbana de uma pessoa cega, usando a eletroencefalograma para avaliação das reações a partir dos estímulos cerebrais. Estes estudos são ainda recentes, carecendo de aprofundamento e muita experimentação para validar resultados, constituindo-se em ações inovadoras para as quais estamos direcionando nossas pesquisas.

Referências

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 10152**: Avaliação de ruído ambiente em recintos de edificações visando o conforto dos usuários: Procedimentos. Rio de Janeiro: ABNT, 2000.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 15575**: Edificações habitacionais: Desempenho. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

ANDRETO, L. F. M. **Influência do espaço construído na produtividade**: Avaliação baseada na ergonomia do ambiente construído e na psicologia dos espaços de trabalho. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

ARAÚJO, M. C. **Sala de Aula da Universidade Brasileira**: o reflexo de uma legislação que negligência a ergonomia. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

ATTAIANESE, E.; DUCA, G. Human factors and ergonomic principles in building design for life and work activities: an applied methodology. *In: Theoretical Issues in Ergonomics Science*. Vol. 13, no 2, March-April 2012, p. 187-202.

COSTA, A. P. L. **Escritórios de auditoria em repartição pública: Análise Ergonômica do Ambiente.** Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

COSTA, A.P. L. **Contribuições da ergonomia para a composição de mobiliário e espaços de trabalho em escritório.** Tese. (Doutorado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2016.

KUNST, M. H. **A inclusão do idoso através da acessibilidade: o caso do Cidade Madura.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

LEITE, A. K. F. **Avaliação do Ambiente Construído de Instituições de Longa Permanência para Idosos.** Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **NR – 17: Ergonomia.** Brasília, 2018.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO. **NR – 24: Condições Sanitárias e de Conforto nos Locais de Trabalho.** Brasília, 2019.

PAIVA, M. M. B. **Ergonomia do ambiente construído em Instituições de Longa Permanência para Idosos: Estudos de Casos no Brasil e Portugal.** Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012.

PAIVA, M. M. B. **Percepção de salas residenciais por idosos: uso das técnicas de Seleção Visual, Realidade Virtual e Eletroencefalografia** Tese (Doutorado em Design) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2018.

PORTO, N. R. S. **Estudo comparativo entre instituições de longa permanência para idosos na cidade do Recife sob o foco da Ergonomia do ambiente construído.** Dissertação (Mestrado em Ergonomia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

SARMENTO, T. F. C. S. **Modelo conceitual de ambiente de aprendizagem adequado a práticas com blended learning para Escolas de Ensino Médio.** Tese (Doutorado em Design) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2017.

SOBRAL, E. R. F. A. **Percepção Ambiental de Idosos: anseios e desejos para o lugar de morar.** Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2015.

TAVARES, A. S. T. **Acessibilidade em Instituição para idosos:** a ergonomia do ambiente construído sob a luz do Método do Espectro de Acessibilidade. Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.

VILLAROUCO, V. O ambiente está adequado? *In:* ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 1.; SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE INTEGRAL, 2., 2007, Recife. **Anais [...]**. Recife: ABERGO, 2007.

VILLAROUCO, V. **Construindo uma metodologia de avaliação ergonômica do ambiente:** AVEA. *In:* CONGRESSO BRASILEIRO DE ERGONOMIA, 15.; FÓRUM BRASILEIRO DE ERGONOMIA, 6.; CONGRESSO BRASILEIRO DE INICIAÇÃO EM ERGONOMIA, 3., 2008. Recife. **Anais [...]**. Recife: ABERGO, 2008.

VILLAROUCO, V. An ergonomic look at the work environment. *In:* IEA 09: WORLD CONGRESS ON ERGONOMICS, 17. Beijing. **Proceedings [...]**. China: Beijing, IEA, 2009.

VILLAROUCO, V. Tratando de ambientes ergonomicamente adequados, seriam ergoambientes? *In:* MONT'ALVÃO, C.; VILLAROUCO, V. **Um novo olhar para o projeto:** a ergonomia no ambiente construído. Vol. 1. Teresópolis: 2AB, 2011.

VILLAROUCO, V. Research in ergonomics of the built environment: towards the future. **CESET Journal:** Conforto, eficiência e segurança no trabalho, v.23, p.1 - 4, 2018.

XIMENES, C. M. B. N. **A sala de aula e a percepção de seus usuários:** um estudo de caso com estudantes de Arquitetura e Urbanismo da UFPE. Dissertação (Mestrado em Ergonomia) – Universidade Federal de Pernambuco, 2017.

A IMPORTÂNCIA DO CONFORTO AMBIENTAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Ricardo Carvalho Cabús

Victor Figueiredo Roriz

Juliana Oliveira Batista

7.1 Introdução

No início da pandemia, o isolamento social foi instituído como uma das principais medidas preventivas contra a disseminação da Covid-19. A maior permanência em casa, com a diversificação das atividades desenvolvidas nos espaços internos, salientou efeitos objetivos e subjetivos das condições ambientais sobre os indivíduos, ressaltando a importância do conforto ambiental em suas múltiplas dimensões. Nesta discussão, que contou com intensa participação do público no bate-papo ao vivo, buscou-se abordar elementos e contextos determinantes para a qualidade dos espaços das edificações e das cidades sob o enfoque do conforto ambiental, destacando-se o papel do projeto de arquitetura e urbanismo em um contexto de mudanças na rotina e na percepção de seus usuários.

7.2 O papel da janela como canal de contato com o mundo

Seja observando o que se passa através dela ou as imagens de jornais, revistas e redes sociais, a janela está em evidência. Num momento em que muitas pessoas se voltaram para dentro de casa para trabalhar, estudar, passar mais tempo cuidando dos filhos e administrar tudo isso simultaneamente, a janela intensificou seu papel de canal de comunicação com o mundo. São reveladores os flagrantes de pessoas buscando aproveitar o acesso à luz e à ventilação natural em suas janelas e varandas para aproveitar esse contato com o exterior, expandindo, literalmente, seus horizontes.

Procurando compreender melhor o papel da janela e as maneiras como este elemento arquitetônico pode influenciar as condições de conforto ambiental, podemos iniciar a discussão a partir da palavra *adaptação*.

O momento atual é de revisão: de cronogramas, de conceitos, de princípios. Às vezes, mesmo sem perceber. Nossa relação com o entorno mudou e a janela é uma grande

ilustração das restrições que se impõem, pois embora permita o contato com o exterior, a vivência fora de casa encontra-se limitada (em alguns casos, inexistente), o que requer de nós uma adaptação. No livro *Casa: pequena história de uma ideia*, Witold Rybczynski (1996) demonstra que o projeto da casa e sua evolução ao longo do tempo acompanha as transformações da sociedade, das relações entre as pessoas em seu contexto histórico. Portanto, a história da casa, assim como das janelas, também é a história de uma adaptação. O conceito de conforto é temporal, de modo que sempre estaremos buscando nos adaptar ao momento atual, assim como agora, quando a rotina passou a acontecer mais dentro de casa: uma condição nova que demanda uma nova visão do que é o conforto, porque nossas prioridades mudaram.

As prioridades mudaram porque a noção de tempo mudou durante a pandemia. Há uma reconfiguração no tempo de contato que temos com o nosso ambiente, com a nossa habitação, o apartamento, a casa onde vivemos. Temos agora maior permanência e mais reflexões sobre as características desse lugar. Qualquer desconforto ali presente, antes sentido eventualmente, sob maior exposição, passa a ser mais comum, enquanto a restrição de movimento forçada, eleva a sensibilidade. Reduz a tolerância. Ou seja, o desconforto é sentido com maior frequência e maior intensidade. Características humanas menos saudáveis passam a aflorar em um ambiente de pandemia, onde há tensão, onde há falta de perspectiva, onde nos sentimos enclausurados. No entanto, temos a janela. Ela passa a ser a interface entre o nosso confinamento e o meio exterior. Na faculdade, ensinamos a projetar o conforto ambiental em residências para condições bem distintas. Agora a habitação é partilhada por todos os moradores durante praticamente todo o dia, os espaços parecem diminuir com o passar do tempo. Isso gera novos condicionantes. As questões de iluminação, de calor e de acústica se tornam mais importantes e pequenos problemas antes tolerados tornam-se às vezes insuportáveis: um passarinho cantando, uma luz refletida na parede, um vento que mexe o guardanapo... Por outro lado, a percepção mais sensível revela novos conhecimentos: o movimento que o sol faz durante o dia, e a cada dia; o comportamento diferenciado das sombras e da iluminação naqueles horários; o calor e o movimento do vento ao abrir uma janela (ou a falta dele). Assim, a pandemia e o confinamento geraram uma importância muito maior para a janela, que passa a ser o principal elemento de comunicação entre o ambiente interno e o externo. Então... Como lidar com isso, já que pela janela passa a luz, passa calor e passa som?

Aqui cabe lembrar Manuel Bandeira. Ele compôs um poema clássico, um dístico, o poema do beco. Ele morava em um bairro com uma bela vista do Rio de Janeiro, mas pela mesma janela também avistava o beco. Bandeira dizia assim:

Que importa a paisagem, a Glória, a baía, a linha do horizonte?

- O que eu vejo é o beco.

BANDEIRA, M. Estrela da Manhã, 1936.

Assim como para o poeta, a janela impacta profundamente nossas sensações e sentimentos, seja pela sua capacidade visual ou pela força do movimento do ar que proporciona. Tais influências deveriam ser levadas em consideração para melhorar a qualidade da arquitetura, pois o indivíduo não funciona tão somente como uma máquina que responde fisiologicamente aos estímulos ambientais, mas também é governado pelos sentimentos. O design das esquadrias deveria possibilitar formas de explorar melhor o seu potencial para explorar a iluminação, a ventilação e os demais aspectos subjetivos relacionados às janelas.

Ainda refletindo sobre “o beco”, os versos do poeta nos remetem à paisagem vista através da janela, a cidade e sua forma. O entorno urbano obstrui o céu, principalmente nas grandes cidades verticalizadas, e daí advêm diversos impactos. Numa situação de inverno, por exemplo, a menor exposição das fachadas ao sol nas latitudes próximas ao Equador não é necessariamente um problema, pois nesses locais o desconforto por frio não é recorrente. Já em regiões subtropicais (latitudes acima de 20°S, como no Sul do Brasil), a malha urbana pode representar um empecilho para a captação do calor necessária para aquecer as edificações. Daí a importância dos planos diretores e códigos de obra para configurar os padrões de ocupação do solo urbano a partir de parâmetros urbanísticos capazes de criar condições para um microclima adequado: afastamentos, número de pavimentos, taxas de ocupação, entre outros.

O entorno edificado também interfere diretamente na privacidade, e, por conseguinte, no conforto. Afinal, quem se sente confortável ao assistir TV ou quando deseja tomar um banho de sol na varanda tendo seu vizinho te observando a 1,5 m distância? Tais situações demonstram que o “grau de intimidade” pode se ampliar na pandemia, sendo que muitas vezes a janela é um elemento que possibilita amenizar essas condições negativas, a depender do design das esquadrias, assim como melhorar o controle da transmissão do calor, da luz ou do som.

O projeto das janelas e de qualquer outra abertura está diretamente relacionado com a capacidade de controle (dentro de limites específicos) das condições ambientais de uma residência. Mas também é importante compreender as características do clima local para operar de maneira correta as aberturas. Seu projeto deve ser concebido como um sistema que compatibilize as necessidades locais de aquecimento ou sombreamento, de ventilação e iluminação naturais com a composição arquitetônica (LAMBERTS, DUTRA, PEREIRA, 2013). Seu adequado funcionamento também deve ser assimilado pelo usuário. O Brasil possui uma ampla diversidade climática e, conseqüentemente, diferentes demandas de projeto, que também foram afetadas pela pandemia. Tomando-se como exemplo o aproveitamento da ventilação natural, um princípio básico é dotar os ambientes de aberturas de entrada e saída para possibilitar a ventilação cruzada. Em apartamentos, onde comumente não existem aberturas em fachadas opostas, a ventilação costuma ser insuficiente ou até mesmo inexistente. Mesmo a alternativa de se manter a porta da entrada aberta para possibilitar o

fluxo de ar, que levaria a grande perda de privacidade, hoje seria impraticável, pelo risco de transmissão do Covid-19. Independente da pandemia, tal situação ilustra a dificuldade de se corrigir um projeto após a sua construção, reforçando a importância da compreensão do clima para propor as soluções projetuais.

Mas a pandemia também trouxe o acúmulo de funções no mesmo espaço, com destaque para o *home office*, que pode incluir desde pequenas conferências até aulas para dezenas de estudantes. Ou seja, além de todo o funcionamento convencional de uma casa, as exigências de conforto acústico, luminoso e térmico são maiores para viabilizar tais tarefas. Antigamente, as residências possuíam ambientes reservados para o trabalho - os gabinetes - mas o dimensionamento cada vez mais restrito dos espaços excluiu este item das prioridades do programa arquitetônico. Novamente a necessidade de readaptação se impõe: inicialmente, na rotina de uso dos ambientes; num segundo momento, projetando ambientes mais flexíveis para possibilitar a convivência entre o trabalho e as rotinas domésticas. A flexibilidade está no âmago da definição de conforto, visto que interfere na capacidade de desenvolver o trabalho dentro de casa ou simplesmente permanecer lá, recluso(a) ou não.

7.3 Conforto ambiental, desempenho, normas

O contexto da pandemia alimenta especulações e demanda projeções para o futuro. No setor da construção civil, as edificações estão sujeitas a parâmetros técnicos para assegurar o atendimento a requisitos de diferentes ordens, estabelecidos pelas normativas, ou ainda estimulados pelas certificações ambientais, que buscam quantificar o “grau de sustentabilidade” de um empreendimento. Nos últimos anos, a NBR 15575 (ABNT, 2013), conhecida popularmente como a “norma de desempenho”, vem se destacando pelo caráter abrangente e inovador diante de todas as normas existentes anteriormente no Brasil: pela primeira vez, temos um conjunto de critérios que possibilita a classificação do nível de desempenho da edificação e seus sistemas em uso para diversos requisitos, incluindo aspectos ambientais, de segurança e durabilidade, entre outros. Admitindo-se possíveis alterações nas normativas relacionadas à construção civil como uma das consequências da pandemia, a primeira questão lançada ao debate pelo público mencionava a relação entre o conceito de desempenho e a percepção do conforto ambiental. Podemos considerar a possibilidade de ampliação do conceito de desempenho para além dos parâmetros “clássicos” avaliados pelas normativas vigentes?

Primeiramente, cabe salientar que o conceito de desempenho, ou seja, o comportamento em uso de uma edificação e seus sistemas, é uma noção comparativa. A depender da condição de análise existente num determinado momento ou local, serão estabelecidos parâmetros específicos.

Um exemplo ilustrativo eram os requisitos de iluminação de salas de aula nos anos 1970, estabelecidos por normativas da Europa, do Brasil e dos Estados Unidos. Nos

Estados Unidos o nível recomendado era superior ao dobro daquele indicado pela norma europeia para a mesma tarefa visual. Como interpretar isso?—Considerando a perspectiva histórica. A Europa vivenciou diversas guerras e as pessoas se habituaram a desenvolver suas atividades em situações de escassez de recursos. Já nos Estados Unidos, durante a guerra fria, demonstrar abundância de recursos através de padrões de consumo de energia mais elevados funcionava também como demonstração de potência, de autossuficiência. Em resumo: o conceito de desempenho não é absoluto e, com as mudanças decorrentes da pandemia, é de se esperar que passe a incorporar outras dimensões para se adequar a uma nova realidade.

Dentre essas dimensões, a compreensão das necessidades do usuário deve estar em permanente aperfeiçoamento, não apenas como consequência da pandemia. Esta compreensão, porém, não é garantida pelas normas, mas são de responsabilidade dos arquitetos, engenheiros e todo o corpo técnico envolvido nessa área de conhecimento. As normas possuem a função de estabelecer pontos de partida, diretrizes, conceitos mínimos a partir dos quais os projetistas desenvolverão as soluções ideais para cada contexto, mesmo que este seja extremamente limitado. Afinal, a capacidade de compreender os fenômenos envolvidos no projeto é atribuição do projetista.

Sob o ponto de vista da adequação climática, em um país com tanta diversidade como o Brasil, os indicadores estabelecidos pelas normativas devem possibilitar ao projetista margem para exercer sua criatividade e propor soluções melhores adaptadas. Normalmente, se o arquiteto considerar aspectos como viabilidade, funcionalidade e adequação técnica, terá uma liberdade gigantesca quanto às possibilidades de solução. Diante disso, a responsabilidade desse profissional é monumental, mas ele nunca poderá esquecer que o usuário deverá ser a principal voz a conduzir a solução. O projetista deverá proporcionar condições para que o desempenho aconteça, contemplando as necessidades dos usuários. Com a pandemia e os impactos dela decorrentes na nossa rotina de uso da casa e da cidade, percebemos como é pertinente atentar para a sensibilidade dos usuários. Quanto mais o atual período vai se prolongando, mais o usuário vai aprimorando sua sensibilidade para como esses impactos afetam seu conforto e bem-estar. À medida que esta compreensão se solidifique, novas normas (e novas versões das atuais), deverão traduzir os anseios da sociedade, ajustando requisitos e critérios de desempenho factíveis para toda a cadeia produtiva da construção civil às técnicas e tecnologias disponíveis à época.

Mas o olhar para o ambiente construído deve partir também de fora da edificação. Outra questão proposta pelo público provocou o debate sobre a forma de construir e controlar a ventilação e a luz natural no mundo pós-pandemia, pensando nos espaços públicos: haverá mudança?

Assim como na discussão sobre o conceito de desempenho, recaímos aqui no campo da especulação, onde podemos acreditar que um dos impactos da pandemia será um avanço na busca por melhor adequação do ambiente construído às necessidades humanas. Nos

espaços públicos, podemos imaginar, por exemplo, o surgimento de regras definidoras de distanciamento do mobiliário urbano para minimizar os riscos de proliferação de doenças. Mas qual seria, de fato, a distância segura? Ainda não sabemos. No caso da Covid-19, tem se discutido muito a relação entre as possibilidades de contágio e as características do espaço. Dependemos da evolução do conhecimento científico na área de epidemiologia e saúde pública para definir regras para o pós-pandemia, o que requer tempo e dedicação. No entanto, pesquisas preliminares indicam que o uso da ventilação e iluminação naturais devem crescer em importância, sobretudo em ambientes de convívio coletivo próximo, como escolas, restaurantes e bares. Uma das lições impostas pela pandemia é a reafirmação do respeito à ciência. A postura crítica, apoiada na busca por melhor compreender o funcionamento da natureza; questionando e analisando sistematicamente, para então adotar atitudes fundamentadas e racionais.

7.4 Conforto ambiental e as “novas prioridades”

Durante a pandemia, os flagrantíssimos da vida em confinamento revelaram “uma nova forma de abordar o cotidiano e experimentar ocupar alguns momentos dos dias com ações que antes não existiam”. Daniel Ferro (TOMAZ, 2020), um publicitário residente da zona oeste de São Paulo, assim afirmou ao fotografar a vizinhança e observar a satisfação de uma pessoa ao tomar sol no portão de casa.

Observando os outros ou experienciando na própria pele, sentimos uma necessidade de rever nossos hábitos a partir de novas exigências deste tempo atual e, portanto, eleger novas prioridades. Tudo isto demanda adaptação. Sob o ponto de vista do conforto ambiental, podemos entender essas novas prioridades relacionando-as com a nossa capacidade de interagir e ao mesmo tempo preservar a intimidade e a privacidade. Revisitando o conceito de conforto defendido por Schmid (2005), vemos que engloba atributos positivos do espaço para além da neutralidade (eliminação/redução do desconforto). Segundo a abordagem holística apresentada pelo autor, o ambiente construído deve também atuar sobre o estado de espírito (dimensão expressiva do conforto), assim como proporcionar comodidade (preservação dos limites de funcionamento do corpo) e adequação (adaptação às exigências produtivas, laborativas). Entretanto, tudo isto está sendo alterado hoje em dia, modificando a definição de conforto diante da preocupação com a saúde.

A consolidação do conforto ambiental como disciplina científica deve muito aos ideais de higiene nas habitações, muito presentes na arquitetura e urbanismo brasileiros no final do séc. XIX/ início do séc. XX. Assim, a preocupação com a saúde pode ser entendida mais como uma retomada do que como uma novidade¹⁰. No entanto, o conhecimento já acumulado na área de conforto deve servir como respaldo para compatibilizar as exigências de higiene e salubridade com o modo de vida contemporâneo.

¹⁰ Para maiores informações sobre as perspectivas históricas do conforto ambiental, ver Segawa (2003).

Aqui cabe uma reflexão sobre o isolamento social e as condições de habitação. Quando avaliada num contexto abrangente, o isolamento social como medida preventiva ao contágio se fragiliza, diante das desigualdades existentes na população brasileira e consequentes diferenças de condições de atender a esta recomendação. Seu reflexo nos modos de morar, por exemplo, pode se reverter numa possível busca pela moradia em condomínios fechados, para aqueles que possuem poder aquisitivo para tal. Podemos imaginar que se uma casa oferece mais possibilidades de contato com o exterior, acesso à luz e ao vento do que um apartamento de custo similar e com condições de segurança equivalentes, passe a ser mais valorizada, e o crescimento desta demanda aqueça o mercado da construção civil. Porém, embora muitos modismos e tendências sejam ditados por influências mercadológicas, não podemos perder o foco no imenso número de casos onde são necessárias atenção a questões muito mais básicas. Não só de conforto, mas de higiene e muitas vezes de condições mínimas de habitabilidade. Apesar disso, o desenvolvimento científico cria conhecimento técnico especializado que possibilita soluções projetuais de baixo custo e altos resultados, realmente capazes de melhorar a qualidade de vida desta grande parte da sociedade¹¹. A alteração da posição de uma janela, ou mesmo da cor de uma fachada, por exemplo, já podem favorecer significativamente a qualidade final da habitação sem necessariamente implicar em aumento de custos. Trata-se de uma constatação já comprovada cientificamente, que conta com diversos exemplos, mas que ainda carece de maior disseminação na prática construtiva. As normas e instrumentos regulatórios devem incorporar mecanismos que reflitam a preocupação com o desempenho da edificação, enquanto consultores, professores e pesquisadores possuem um importante papel como agentes desta conscientização na formação e prática dos profissionais da construção civil. Sem esquecer a dimensão humana, pois o conforto vai muito além da técnica.

7.5 Construindo conhecimento em conforto ambiental

O uso das mídias sociais tem contribuído muito para a popularização da ciência, promovendo a participação do público em debates que antes eram restritos às salas de aula ou congressos científicos. Expor diferentes pontos de vista e interagir a partir de discussões de temas como o conforto ambiental, possibilita visualizar aspectos que devem ser melhorados e suas possíveis soluções.

Desta forma, o maior alcance junto ao público permite conscientizá-lo dos problemas decorrentes do desconforto. Simultaneamente, uma vez que sua sensibilidade tem sido tão estimulada, este público está ávido por soluções técnicas para tais casos. Neste momento, não apenas o custo dita as regras na indústria da construção civil, mas ganha importância

¹¹ Em Maceió, o projeto denominado “Vida nova nas grotas” realizou melhorias construtivas em habitações localizadas em comunidades de baixa renda. Intervenções pontuais aproximaram os moradores do que seriam condições mínimas de habitabilidade e desempenho da edificação, afetando aspectos como salubridade, conforto tátil e antropodinâmico, segurança contra incêndio e acessibilidade (SANTOS; SANTOS, BATISTA; 2018).

efetivamente a qualidade e o desempenho das edificações. Passam a ser valorizadas as habitações que mantenham mais contato com o exterior, espaços que propiciem os encontros e convivência em comunidade. Diversos aspectos de projeto já vêm sendo intensamente discutidos na academia, no intuito de propiciar condições adequadas, acústicas, de insolação, de ventilação e tantas outras, para manter a salubridade e o conforto nesses espaços. As reflexões formuladas aqui possuem o intuito de construir coletivamente um entendimento da abrangência e da importância atemporal do conforto no ambiente construído, buscando aproximar mais o tema do público em geral. Aproveitando as experiências particulares e coletivas vivenciadas neste momento de pandemia, podemos seguir construindo conhecimento em prol de um mundo melhor.

Referências

ABNT. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15575**: Edificações habitacionais - Desempenho. Parte 1: Requisitos gerais. Rio de Janeiro: ABNT, 2013.

BANDEIRA, Manuel. **Estrela da Manhã**. 3a. ed. São Paulo: Global Editora, 2012.

LAMBERTS, Roberto; DUTRA, Luciano; PEREIRA, Fernando. **Eficiência energética na arquitetura**. 3a. ed. Rio de Janeiro: ELETROBRAS/PROCEL, 2014. Disponível em: http://labeee.ufsc.br/sites/default/files/apostilas/eficiencia_energetica_na_arquitetura.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

RYBCZYNSKI, Witold. **Casa**: pequena história de uma ideia. Trad. Betina Von Staa. São Paulo: Record, 1996.

SANTOS, Allan Henrique Silva; SANTOS, Polyanna Omena Costa; BATISTA, Juliana Oliveira. As melhorias realizadas em moradias precárias na Grota da Macaxeira: Uma análise frente a Norma de Desempenho – NBR 15575. **Ímpeto**, v.8, p.60 - 66, 2018.

SCHMID, Aloísio Leoni. **A ideia de conforto**: reflexões sobre o ambiente construído. Curitiba: Pacto Ambiental, 2005.

SEGAWA, Hugo. Clave de Sol: notas sobre a história do conforto ambiental. **Ambiente Construído**. Porto Alegre, v. 3, n. 2, p. 37-43, abr./jun. 2003. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ambienteconstruido/article/view/3449/1865>. Acesso em: 17 jul. 2020.

TOMAZ, Kleber. Em quarentena, publicitário fotografa da janela de prédio cotidiano de São Paulo durante pandemia do coronavírus. **G1 São Paulo**. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/05/30/em-quarentena-publicitario-fotografada-janela-de-predio-cotidiano-de-sao-paulo-durante-pandemia-do-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 18 jul. 2020.

ARQUITETAS NEGRAS E INTERSECCIONALIDADE: DA ACADEMIA À CIDADE

Gabriela Leandro Pereira

Luciana Mayrink

Mayara Almeida de Paula

8.1 Introdução

Marcadas por relações de raça, classe e gênero, as cidades se estruturam a partir de dimensões que expressam diversas desigualdades. Agregados a outros marcadores sociais, essas relações de poder ditam a maneira como as cidades são ocupadas e, ainda, como suas/seus usuárias/os se deslocam, se relacionam e usufruem dos espaços urbanos.

Nesse sentido, pensar as cidades à luz dessas relações torna-se necessário a fim de compreender os impasses e consequências de desigualdades que, comumente, são reforçadas pelo planejamento urbano e políticas públicas.

Quando entrecruzadas, as categorias de opressão supracitadas incidem diretamente sobre as mulheres negras, grupo social que é impactado diretamente pelas disparidades de classe, gênero e raciais. Sendo assim, é importante questionar, dentro de todas as esferas, a importância de repensar tais estruturas a partir das perspectivas e experiências deste grupo que, por vivenciarem todas essas desigualdades conjuntamente, tornam-se um grupo social vulnerabilizado e, conseqüentemente, mais suscetível às tantas violências advindas dessas mesmas estruturas.

Questionar essas relações se faz importante em todos os espaços. Dentro da academia não é diferente. Tida como espaço de construção formal do saber, a academia é ocupada, majoritariamente, por grupos sociais detentores dos espaços de poder em nossa sociedade, isto é, homens brancos, cis, héteros que constituem a imagem do ser humano universal para o qual nossas decisões políticas e políticas públicas têm sido comumente voltadas. Dentro do campo da arquitetura e urbanismo, não é diferente:

A exclusão das arquitetas mulheres, mesmo brancas, e o total apagamento das arquitetas negras, arquitetura africana ou afro-brasileira, da formação em arquitetura e urbanismo, confirma, ao fim e ao cabo, a natureza androcêntrica, eurocêntrica e racista da área, característica definidora da modernidade ocidental. (MOASSAB; BERTH, 2016, p. 44).

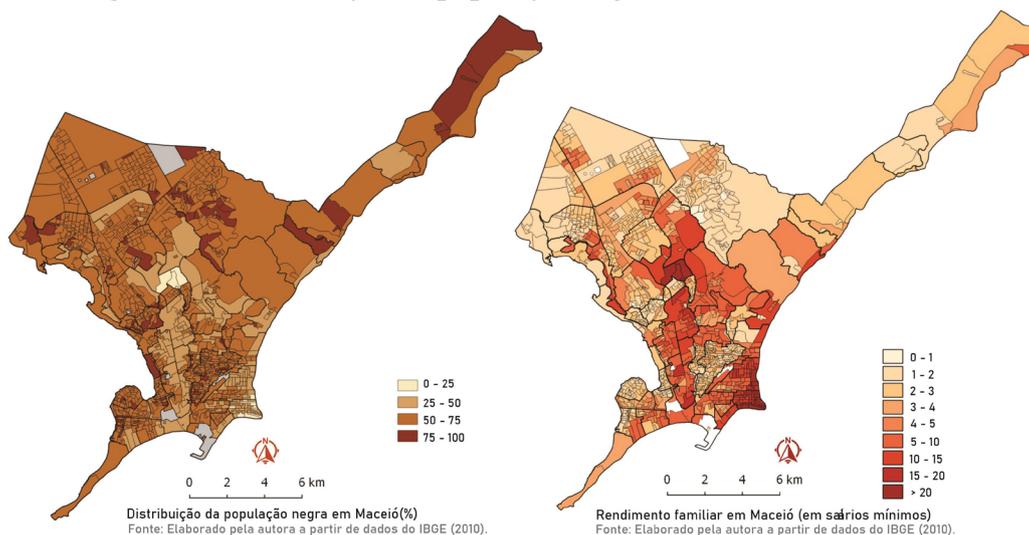
Se a academia reflete as relações de nossa sociedade, aquilo que é produzido pelos profissionais, também. Sendo assim, o planejamento urbano pode servir como ferramenta de perpetuação das desigualdades, se não repensado, e se esse processo é legitimado e reafirmado diversas vezes nos meios de produção do conhecimento, o que inclui a arquitetura e o urbanismo, pode-se dizer que as produções arquitetônicas e das cidades refletem o ideário de uma identidade única, de uma intelectualidade padrão branca (PAULA, 2019).

8.2 Pensando conceitos e problemáticas

Marcadas por relações de raça, classe e gênero, as cidades se estruturam a partir de dimensões que expressam diversas desigualdades. Agregados a outros marcadores sociais, essas relações de poder ditam a maneira como as cidades são ocupadas e, ainda, como suas/seus usuárias/os se deslocam, se relacionam e usufruem dos espaços urbanos.

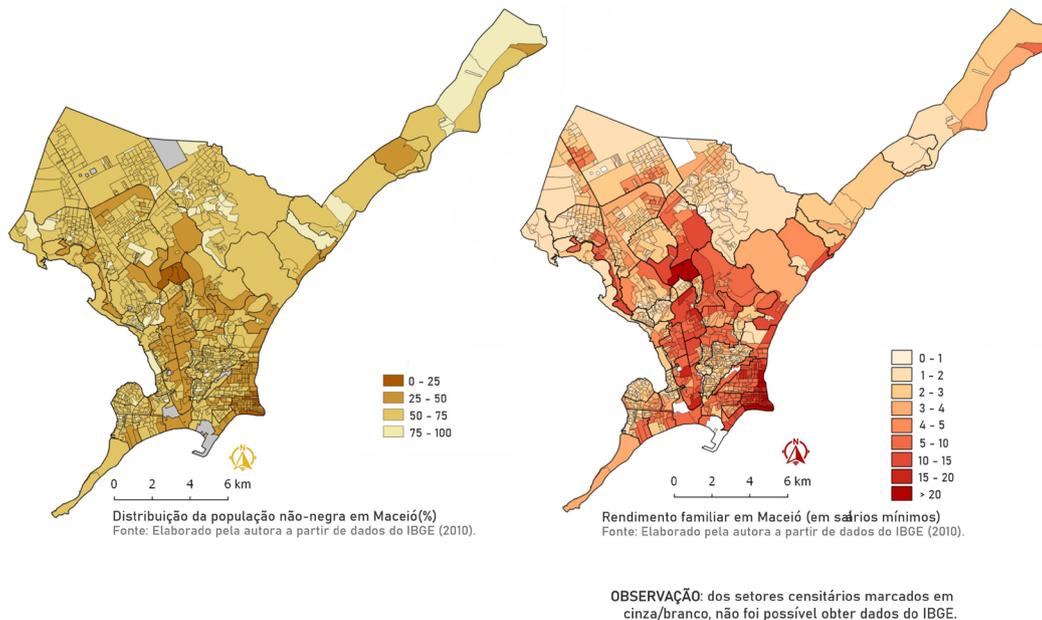
Este mesmo padrão observado em tantas cidades brasileiras, demonstra que a malha urbana é demarcadamente racializada, onde as relações de poder estão impressas à medida em que observamos que esta mesma ocupação racializada, dita também uma segregação socioeconômica (Figuras 1 e 2). Nesse contexto, é importante ressaltar a indissociabilidade entre raça e classe, no Brasil, consequência de um contexto histórico marcado por relações coloniais, capitalistas, e nenhuma política de reparação aos povos anteriormente escravizados, resultando nas ocupações das periferias, muitas vezes sem condições adequadas à habitabilidade e as menores condições econômicas que, por sua vez, são inversas quando observamos a população não-negra, especialmente, branca.

Figura 1 – Distribuição da população negra x rendimentos salariais



OBSERVAÇÃO: dos setores censitários marcados em cinza/branco, não foi possível obter dados do IBGE.

Fonte: PAULA, 2019

Figura 2 – Distribuição da população não-negra x rendimentos salariais

Fonte: PAULA, 2019

Ainda, os bairros ocupados majoritariamente por pessoas negras são os mesmos onde há, comprovadamente, mais problemas relacionados à infraestrutura urbana, isto é: abastecimento de água, iluminação pública, coleta de lixo, esgotamento sanitário, pavimentação, calçamento, esgoto a céu aberto e arborização (PAULA, 2019). Sendo assim, é válido afirmar que os bairros ocupados pela população negra são também aqueles em que há maior negligenciamento por parte do Estado, o que nos mostra como o planejamento, ao desconsiderar esses fatores, pode funcionar como ferramenta de manutenção das desigualdades e invisibilização de determinadas demandas.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. (...) Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. (GONZALEZ, 1984, p. 224).

Ao pensar o marcador de gênero, observa-se como as relações, determinadas pelo patriarcado - sistema que define papéis nos quais os homens ocupam posições de dominação e poder, além da divisão sexual do trabalho -, estabelecem as disparidades que as mulheres vivenciam diariamente. Dentre elas, destacam-se as obrigações, socialmente impostas, das tarefas reprodutivas, ou seja, aquelas relacionadas aos cuidados do lar e da família, agregando-se às tarefas produtivas (de geração de renda), que culminam em jornadas duplas ou triplas de trabalho.

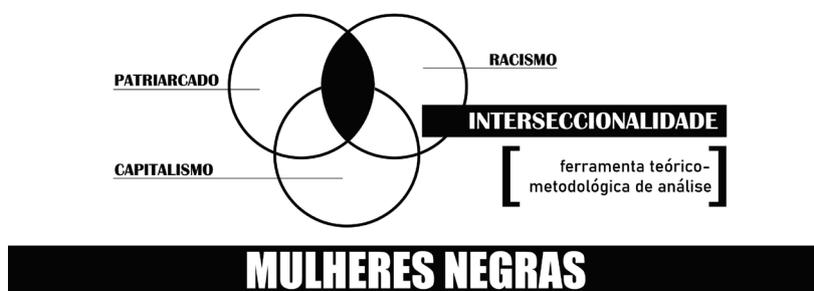
Diariamente, é possível constatar que, devido aos papéis de gênero supracitados, mulheres tendem a realizar trajetos mais longos, com paradas relacionadas às suas diversas tarefas e desvios relacionados aos medos de violação de seus corpos, estabelecidos também

pelo sistema patriarcal que se utiliza da objetificação e inferiorização para manter, sobretudo, os homens brancos que performam a heterossexualidade em posições de poder. Isso nos permite compreender este sistema, portanto, como um sistema cis-hétero-patriarcal que define, nitidamente, um ser humano padrão, tido como universal, enquanto hierarquicamente superior aos demais grupos sociais.

É necessário compreender que essas estruturas, conjuntamente, movem e moldam a maneira como as relações acontecem, como as cidades se constroem e são pensadas e como as políticas são feitas, o que torna também essencial a compreensão do entrecruzamento dessas estruturas e suas consequências. Conjuntamente, é possível afirmar que todas as experiências acima elencadas incidem direta e diariamente sobre as mulheres negras, grupo social que vivencia em seu cotidiano as disparidades e violências decorrentes do racismo, capitalismo e patriarcado, simultaneamente. A partir de uma ótica interseccional (AKOTIRENE, 2018), isto é, da compreensão do entrecruzamento e inseparabilidade destes itens, é possível um olhar sistêmico que compreende, efetivamente, as mais diversas narrativas em nossa sociedade.

Como uma ferramenta teórico-metodológica de análise, a interseccionalidade nos permite associar enquanto categorias analíticas raça, classe e gênero (permitindo agregar outros marcadores identitários), proporcionando a compreensão de experiências e narrativas que geralmente são negligenciadas (Figura 3). Ou seja, se pensarmos estes itens separadamente, torna-se impossível contemplar as demandas de grupos sociais que sofrem a incidências dessas opressões de maneira concomitante e que, portanto, possuem experiências de vida, de cidade, muito particulares marcadas por essa interseção.

Figura 3 – Interseccionalidade



Fonte: PAULA, 2019

Pensar a partir das experiências das mulheres negras, é pensar a inseparabilidade dessas estruturas e como seu entrecruzamento molda essas experiências. É esse grupo social que sofre com as violências de gênero, ao mesmo tempo que realiza os maiores deslocamentos nas cidades, que sofre as violências institucionalizadas pelo sistema de saúde, que sofre com a maior quantidade de doenças infecciosas decorrentes da ocupação de bairros com falta de saneamento adequado que, por sua vez, torna a responsabilidade de cuidados da casa e de familiares, muitas vezes doentes, ainda mais complicadas (PAULA, 2019).

A mulher negra, elemento que expressa mais radicalmente a cristalização dessa estrutura de dominação, vem ocupando os mesmos espaços e papéis que lhe foram atribuídos desde a escravidão. (NASCIMENTO, 2019, p. 261).

São as mulheres negras que, junto aos homens negros, são extremamente suscetíveis à violência letal. Segundo o Atlas da Violência (2019), por exemplo, a população negra constituiu 75,5% das vítimas de homicídio no Brasil em 2017, um crescimento de 33% entre os dez anos anteriores. Dentre as mulheres, mulheres negras foram 66% das vítimas (IPEA; FBSP, 2019). As altas taxas e os crescimento dessas disparidades, diz muito sobre como as desigualdades raciais afetam a população negra. Entender a cidade, portanto, sob uma ótica interseccional, é compreender que dados e experiências como estes, devem ser o partido para pensar a equidade racial e de gênero no ato de produzir cidades e políticas públicas.

8.3 Crise atual sob a perspectiva da interseccionalidade

Atualmente, o mundo vive uma pandemia sem previsões de fim, altamente contagiosa, e com diversas ações necessárias para manutenção da segurança e diminuição das taxas de contágio e mortalidade. Entretanto, num país onde há tantas iniquidades, é possível percebê-las sendo cada vez mais reforçadas. Ao passo que um grupo seletivo de pessoas pode seguir todas as restrições recomendadas pelas autoridades sanitárias, sabe-se que grande parte da população não tem as mesmas condições.

Em um momento onde exige-se, constantemente, o isolamento social, os cuidados com higienização de produtos, lavar as mãos rotineiramente, uso de álcool em gel e isolamento absoluto das pessoas que compõem os grupos de risco, é importante refletir sobre quem pode, efetivamente, realizar todas estas ações. Falamos de um país onde grande parte da população vê-se na obrigação de sair de casa todos os dias, ainda mediante à uma pandemia global, expondo-se para trabalhar em serviços, muitas vezes, não essenciais. Falamos de parcelas da população que vivem em bairros altamente adensados com casas superlotadas, bairros precarizados, sem acesso aos equipamentos mais essenciais, como os de saúde, sem saneamento básico adequado para a realização de todas as demandas de higienização e, muitas vezes sem banheiro interno.

E quando observamos que a mesma população que sofre, majoritariamente, com as

precárias condições supracitadas, observamos também que, no Brasil, falamos da população negra, que ocupa as faixas de rendimentos salariais mais baixas e os cargos mais informais. Nesse sentido, pensar essas experiências durante a atual crise, faz-se ainda mais necessário.

Homens negros, a maioria dos entregadores de serviços por delivery, continuam se expondo diariamente, ainda que não haja fiscalização sobre os processos de cuidados das empresas contratantes. Mulheres negras, enquanto a maioria das trabalhadoras domésticas, continuam saindo cotidianamente para realizar serviços, muitas vezes extremamente distantes de suas residências exigindo que estas utilizem o transporte público e aumentando ainda mais as chances de contaminação, para a realização de serviços que não são considerados essenciais. Além disso, enquanto cuidadoras da família, têm que conviver com o medo constante por seus filhos, maridos e outros familiares, vítimas de um genocídio corrente e legitimado. A perspectiva interseccional, nesse momento, requer que entendamos como todas essas dinâmicas, já marcadas por violências e opressões, são agravadas pela atual crise.

Em um país onde 54% da população, entre pretos e pardos, é negra (IBGE, 2010), vivendo cotidianamente essas diversas violências e as dificuldades da falta de acesso aos serviços mais essenciais, com condições de vida e habitabilidade constantemente negligenciadas, invisibilizar tais condições e exigir cuidados e restrições em um momento de pandemia que só podem ser realizadas por uma minoria social é, minimamente, um ato racista. Considerar essas condições é saber que é necessário e urgente, portanto, partir das necessidades dessa população para garantir, efetivamente, segurança pública.

8.4 Desafios, enfrentamentos e possíveis soluções

É mais do que necessário entendimento de que há uma falha na tentativa de universalização das políticas urbanas. Apesar dos empenhos e significativas conquistas institucionais e constitucionais (como a Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade) mobilizadas, sobretudo, pelo campo da esquerda progressista, a ausência de leituras que situem as assimetrias e desigualdades urbanas como questões estruturantes da sociedade brasileira, informadas pelo racismo e pelo patriarcado, deixa de fora a possibilidade de formulações que combatam e enfrentem tais dimensões. O racismo e o patriarcado não podem ser secundarizados na estruturação as políticas urbanas. Ao fazê-lo, continuaremos respaldando violências históricas que asseguram privilégios e naturalizam precariedades.

Do ponto de vista institucional, técnicos, especialistas e gestores, reproduzem lógicas e soluções urbanas que, dado o contexto atual de agravamento da crise nas cidades em função da pandemia, confirmam-se como insuficientes e ineficientes para assegurar condições seguras de vida aos seus habitantes. Esse modo de produção, pautado em lógicas concebidas à partir de perspectivas da branquitude heterocisnormativa revela-se cada dia mais falida.

Por outro lado, as tecnologias do cuidado cultivadas pelas mulheres negras ancestralmente, tem assegurado que constelações de comunidades não desapareçam, apesar da negligência. Tais experiências e modos de lidar com a vida em coletivo, diz muito sobre vivências que são marginalizadas no ato de elaboração das políticas públicas urbanas. Não é possível imaginar uma cidade que se deseja democrática, quando estão ausentes projetos direcionados à promoção de equidade racial, de classe e gênero.

No que se trata do espaço acadêmico, as ações afirmativas e políticas de inclusão que vêm sendo implantadas e amplificadas em algumas universidades, estão viabilizando a presença de vivências, origens e estruturas familiares até então quase ausentes no curso de Arquitetura e Urbanismo. Isto enriquece as possibilidades de experienciar os espaços de aprendizagens de forma mais plural, ainda que, no que se refere aos conteúdos formativos, estejamos longe de mudanças estruturais ou do reconhecimento de sua parcela de responsabilidade social, diante do significativo quadro das desigualdades urbanas. A formação de profissionais e cidadãos conscientes dos problemas e potenciais do mundo e das cidades que vivemos e produzimos, é um compromisso ético que devemos firmar com o futuro da nossa sociedade. Construir ferramentas e estratégias capazes de compreender e enfrentar a segregação socioespacial, econômica e as violências de gênero e raça que as sustentam a partir da natureza interligada das opressões, faz-se essencial para que o futuro se viabilize democraticamente, partilhado pelos diferentes grupos sociais, assegurando que as cidades sejam, então, efetivamente democráticas.

Referências

AKOTIRENE, C. **O que interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Censo Demográfico, 2000-2010.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (Org.). **Atlas da violência 2019**. Brasília; Rio de Janeiro; São Paulo: IPEA; FBSP, 2019.

MOASSAB, A.; BERTH, J.; HOSHINO, T. “As marcas urbanas da violência colonial”. **Gazeta do Povo**, 13 maio 2016. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/futuro-das-cidades/as-marcas-urbanas-da-violencia-colonial-315mu8r6rx71knazvr9kk5d8m/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

NASCIMENTO, B. A mulher negra e o amor In: HOLLANDA, B. [org.]. **O pensamento feminista brasileiro: formação e contexto**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2019.

PAULA, M. **Análise interseccional da vida urbana**: reflexões acerca da condição das mulheres negras na cidade de Maceió-AL. Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Trabalho Final de Graduação. 2019.

REPENSAR AS CIDADES A PARTIR DO PROTAGONISMO FEMININO

Zaida Muxi Martinez

Diana Helene

Magda Melara Orellana

Tradução do espanhol: Ruli Moretti

9.1 Introdução

O presente texto propõe debater as questões de gênero durante a pandemia e sua relação intrínseca à morfologia urbana, sobretudo na conformação de espaços domésticos (e as atividades relacionadas a ele), espaços estes que temos ocupado de maneira prioritária neste momento. Tem como base a estrutura e os temas desenvolvidos na mesa de debate “Repensando as cidades a partir do protagonismo feminino”, realizada em 22 de junho de 2020, com as autoras deste artigo: Diana Helene Ramos e Zaida Muxi Martinez; e mediação de Manuella Andrade. A estrutura do texto segue três subdivisões: **Passado**: relações estruturais entre gênero e espaço, na qual as autoras se utilizam de suas publicações mais recentes sobre a temática na área (MARTINEZ, 2018; RAMOS, 2019); **Presente**: as implicações relacionadas à pandemia a partir do olhar sobre o espaço doméstico e da moradia, baseado em dados ainda recentes sobre a problemática; e **Futuro**: reinventar nosso campo de atuação, no qual, baseado sobretudo nas experiências do urbanismo feminista, se propõem formas de repensar a Arquitetura e o Urbanismo.

9.2 Passado: relações estruturais entre gênero e espaço

Historicamente, a cultura patriarcal codificou o dever, o ser e o estar de mulheres e homens, a partir de um molde inquebrável no qual as habilidades, capacidades ou aptidões, são pensadas e definidas pelo corpo sexuado. A partir do sexo se elegem as pautas de socialização, constituídas como opostas e binárias, o que posiciona a ideia de “gênero” como uma construção sociocultural dicotômica, que designa papéis a uns e a outras.

A expressão dos papéis de gênero – e da chamada divisão sexual do trabalho – no espaço estabelece uma divisão tão dual quanto reducionista: o feminino e o masculino

correspondem ao privado e ao público, e estes por sua vez, correspondem a casa e a cidade. Ademais, estes espaços são classificados sob uma importância diferenciada:

El interior, lo cotidiano ha sido considerado secundario y relativo; el exterior, lo público se pretende principal y absoluto. La experiencia masculina queda formulada como neutral, objetiva, racional y universal, frente a la subjetividad, irracionalidad e irrelevancia de la experiencia femenina (MARTÍNEZ, 2018, p. 20)¹².

Neste contexto, as ações, tarefas e contribuições das mulheres são demarcadas pela invisibilidade e pelo apagamento, que trazem consigo a subvalorização. Por um lado, estas se referem, à esfera da reprodução ou atividades domésticas e dos cuidados que, a partir dessa idealização, se presume, estarem circunscritos ao espaço privado, e demandam “poucos esforços”. Por outro lado, as atividades que as mulheres exercem nas esferas produtivas de mercadorias, bens e serviços, e públicas não são citadas, nem ocupam lugares privilegiados na narrativa da história. Ademais, os sistemas de valoração desfavorecem as mulheres, por meio de ideias que têm sido fortalecidas por grandes pensadores no decorrer do tempo, sem poupar empenhos. Aristóteles, por exemplo, reivindicava para as mulheres “o adorno do silêncio” (DURÁN, 2000, p. 31).

Mary Beard em seu livro “*Mujeres y Poder: Un Manifiesto*” (BEARD, 2018), busca acrescentar explicações a essa subvalorização, e descreve de que forma a voz desempenha um papel importante no apagamento das mulheres na história:

Nos relata cómo, en la Odisea de Homero, Penélope descende de sus aposentos privados a la sala pública para pedir que se cantara algo más alegre para honrar a los héroes, a lo que su hijo Telémaco le dice: “Madre mía, vete dentro de la casa y ocúpate de tus labores propias, del telar y la rueca... el relato estará al cuidado de los hombres, y sobre todo al mío. Mío es, pues, el gobierno de la casa” (BEARD, 2018, p. 3-4)¹³.

A citação acima também é uma amostra pontual de algo que tem acontecido ao longo da história: ações de mulheres que tem buscado deixar a esfera privada para definir o curso de suas vidas, e suas tentativas de incidir na esfera pública, ou de se mover livremente entre as duas. A historiadora feminista de Arquitetura e Cidade Daphne Spain (2005) documenta que, nos períodos em que se vive uma situação de anomia, nos quais surge um questionamento acerca da articulação das regras vigentes, devido a uma situação de crise – e provavelmente

12 “O interior, o cotidiano, tem sido considerado como secundário e relativo; o exterior, o público, se pretende como principal e absoluto. A experiência masculina fica formulada enquanto neutra, objetiva, racional e universal, frente à subjetividade, irracionalidade e irrelevância da experiência feminina”, tradução livre.

13 “Nos conta como, na Odisséia de Homero, Penélope desce de seus aposentos privados para a sala pública para pedir que cantem algo mais alegre em homenagem aos heróis, ao que seu filho Telémaco lhe diz:” Minha mãe, vá para dentro de casa e cuide dos seus próprios trabalhos, do tear e da roca... a história estará sob os cuidados dos homens, e sobretudo do meu. Meu é, portanto, o governo desta casa”, tradução livre.

a pandemia possa oferecer um momento deste tipo – busca-se restabelecer a ordem social, e as mulheres se aproveitam dessa conjuntura para avançar em seus próprios propósitos. Um exemplo disso é o caso das sociedades de Beguinhas na Idade Média.

Durante o século XIII, ocorreu uma batalha dialética pelo acesso ao conhecimento. Foi uma luta entre diferentes grupos relacionados ao catolicismo, como os cátaros e outros grupos minoritários e, é claro, as mulheres. Nesse contexto, as Beguinhas fundaram comunidades de convivência graças à gestão de viúvas, herdeiras ou mulheres que aspiravam a outros padrões de vida, como trabalhadoras e estudiosas, quando apenas lhes competia serem mães e esposas. Se organizavam como uma sociedade civil independente, que se auto-regulava e se auto-abastecia. As Beguinagens eram bairros murados onde as mulheres articulavam suas vidas livres de qualquer tipo de tutela: havia quem trabalhava nas agremiações, nos hospícios, nas hortas; o trabalho de cuidado era realizado de maneira coletiva e profissionalizada. Era um ambiente sem hierarquias, no qual se moviam livremente entre o público e o privado, dentro ou fora do espaço da Beguinagem. Surgem nos Países Baixos e se estendem por toda a Europa, chegando a se constituir como verdadeiras cidades, seguindo estruturas urbanas organizadas por ruas e praças e que, mesmo cercadas por muros, também eram abertas à comunidade que visitava os numerosos serviços alojados em seu interior: centros de formação para mulheres jovens, centros de caridade para pessoas idosas, enfermas ou de poucos recursos.

Como era de se esperar, essa situação não se manteve ao longo do tempo. Durante o século XVII, as obras-primas da pintura holandesa retratavam a esfera privada com mulheres envolvidas em afazeres domésticos, como um chamado para converter o que era então entendido como “o caos medieval”. Um construto negativo em relação a este período, típico da historiografia capitalista. Vale dizer, a imagem educa ao construir um imaginário com base na representação.

Naquele momento, a prática cotidiana não era exercida nos limites espaciais impostos pelas diretrizes morais e filosóficas: era necessário repensar a situação. Eram os tempos da primeira sociedade burguesa comercial – em teoria, igualitária – e é ela que gera essa expressão simbólica de espaços domésticos controlados. É a partir deste contexto que se inicia a construção deste gênero feminino que engloba os papéis esperados das mulheres na modernidade.

Em termos físico-espaciais, os espaços de moradia holandeses da época eram habitados por famílias ampliadas: eram casas de agremiações, de comerciantes que trabalhavam e viviam no mesmo lugar. A partir deste momento, tem início a separação progressiva que anteriormente não ocorria, destacando o espaço doméstico de reprodução e de cuidados, do espaço de produção.

Em meados do século XVIII, com a Revolução Industrial, essa separação atinge seu ápice, salvo algumas exceções, das quais é possível destacar a *Familistère De Guise*, do empresário Jean-Baptiste André Godin. Em sua fábrica, ele não apenas oferecia emprego

às trabalhadoras e trabalhadores, mas também a moradia. Eram espaços de habitação sem cozinha, com refeitórios coletivos abastecidos de áreas profissionalizadas para a preparação de alimentos, e que também contavam com áreas destinadas ao cuidado das crianças. Ele implementou uma indústria moderna que entendeu que a produção não funciona sem a reprodução, e vice-versa, o que infelizmente foi um caso como poucos, não perdurando em uma sociedade que não compreende a corresponsabilidade.

No século XX, o projeto urbano aderiu à separação máxima por meio da Carta de Atenas. Na cidade industrial, passaram a surgir bairros operários que separavam os equipamentos e as áreas de trabalho. Um exemplo claro é o subúrbio, uma expressão do sonho (norte)americano, que separa territorialmente homens e mulheres: aquelas que cuidam daqueles que trabalham produtivamente, muitas vezes com distâncias intransponíveis que possibilitassem articular as atividades.

Mas nem tudo é a separação entre o produtivo e o reprodutivo na cidade. Outra ideia que reflete a dicotomia dos papéis de gênero em termos espaciais é pensar a moradia como lugar de descanso. Nada mais apartado da realidade, caso seja analisado a partir da experiência das mulheres. Não são poucas as autoras que documentam como, para as mulheres, o espaço doméstico não é nem lugar de descanso, nem espaço privado. Não há oportunidade para se privar do público se você sempre trabalha, independentemente de ser um trabalho remunerado ou não. Além disso, há outra característica que deve ser destacada: o trabalho reprodutivo traz consigo problemas de saúde e mentais que acometem muitas mulheres. As tarefas domésticas e de cuidado nunca terminam, e sua repetição é uma forte condicionante para a alienação (MUXÍ MARTÍNEZ, 2018).

Há ainda uma outra dicotomia de controle de gênero que se estabelece, nesse caso, entre mulheres: a dualidade da mulher ideal, representada pela imagem da mãe e da esposa versus a da “puta”, enquanto marca de estigma, representada pela prostituta. Uma dicotomia estabelecida pelo que a pesquisadora Gail Pheterson chama de “estigma de puta” (PHETERSON, 1986), um estigma específico do gênero feminino. Uma marcação usada para controlar as mulheres, a partir de uma ideia de que esses são papéis opostos e inconciliáveis. Toda mulher está sujeita a esta classificação dependendo de como age, se veste, quais lugares frequenta, sua cor de pele, origem e/ou classe. Em função disso, para uma mulher ser valorizada, ou mesmo por sua dignidade e sobrevivência, é necessário que ela acione mecanismos para se aproximar o máximo possível da imagem da “mulher ideal” e se afastar do estigma de puta.

E essa dicotomia também reflete na forma como nossas cidades e casas vão se organizar. A “mulher ideal” deve permanecer confinada às funções familiares de cuidado e de manutenção do espaço doméstico da casa burguesa, branca e heterossexual, onde é necessário seguir regras de obediência, servidão e fidelidade. Ao sair de casa, precisa organizar seu corpo a partir de roupas, posturas e movimentos – e circular em horários e espaços restritos – que afastem a possibilidade de serem classificadas pelo estigma de

puta. No caso das prostitutas, devem se restringir às funções e aos espaços destinados a prostituição, não podendo se assumir como prostituta fora dessas áreas – mesmo para sua própria família – sob a pena de sofrerem as consequências do estigma (HELENE, 2019).

9.3 Presente: as implicações relacionadas à pandemia a partir do olhar sobre o espaço doméstico e da moradia

Durante a pandemia, unidades habitacionais pensadas e organizadas espacialmente para dar conta das atividades de reprodução e de cuidados, foram obrigadas a acolher – quando possível – o trabalho produtivo. Por essa razão, nesse momento, qualquer aspecto relacionado com a qualidade do espaço doméstico ganha destaque: a superfície útil da moradia, a distribuição espacial interna, os elementos de conexão e separação entre o interior do espaço vital e seu entorno, dentre muitos outros fatores. Durante o confinamento, os espaços internos das casas têm sido habitados de maneiras inesperadas até então, mesmo que não tenham sido desenhados para a polivalência. No entanto, vale ressaltar que nem todas as unidades habitacionais oferecem essa possibilidade.

O momento atual deflagra a necessidade de uma reorganização do espaço habitável e seu entorno, no qual prevaleça a aproximação entre as diferentes esferas da vida. Por um lado, para facilitar a vinculação entre tarefas de trabalho e de cuidado, e por outro, para criar uma maior margem de resposta frente a possibilidade de conviver com uma nova pandemia, ou um novo confinamento.

Talvez seja necessário olhar para atrás, consultar a história, e revisar as práticas socioespaciais de outros tempos, como as sociedades das beguinhas, ou o espaço habitado das sociedades pré-industriais, que reuniam o público e o privado na prática cotidiana. É importante refletir que a moradia projetada para a família nuclear, privada, heterossexual – habitada pelo pai, mãe e descendentes – é uma idealização recente. E que a tipologia unifamiliar isolada em áreas residenciais monofuncionais, ainda mais recente, é um modelo propagado especialmente depois da segunda guerra mundial, que corresponde a imposição de um modelo de vida ideal, e que oculta as dificuldades e desigualdades que este modo de organização urbana acarreta, sobretudo, para as mulheres. Atualmente, a família nuclear, tampouco é a unidade de convivência predominante.

Por essa razão, ao desenvolver projetos habitacionais, é preciso considerar a grande diversidade de agrupamentos sociais e suas diferentes formas de organização da vida cotidiana. Em nossas cidades, em especial nos bairros populares e com maior prevalência de moradias autoconstruídas, percebe-se que casa e trabalho estão usualmente sobrepostos, especialmente para muitas mulheres.

É importante destacar que a noção privada do cuidado surge de maneira paralela à separação entre as esferas privada e pública. Para isso, foi forjada toda uma construção contra a ideia do cuidado coletivo, contra o “compartilhar”, como se constituíssem algo

prejudicial para nós mulheres. Muitas vezes era dito ser melhor realizar o cuidado no espaço interno e privado. Ao usurpar o coletivo e as redes de apoio, uma pessoa sozinha, ou duas, não consegue criar, trabalhar e cuidar.

As questões apontadas transparecem nos tempos pandêmicos atuais. Conciliar o trabalho remunerado e as tarefas de cuidado dentro de casa, têm sobrecarregado diariamente a vida das pessoas, mas sobretudo das mulheres. Desde do começo da pandemia, os dados, as notícias, as pesquisas, os fatos e as tragédias que configuram nosso dia a dia apontam para o fato de que as mulheres – sobretudo aquelas racializadas, pobres, em situação de alojamento precário e/ou fora da norma cisheterossexual – são as que estão pagando os custos mais altos da crise atual. Isso se relaciona com uma crise na gestão dos cuidados que enfrentamos nesse contexto de isolamento. É preciso levar em conta o aumento exponencial dessas necessidades, tanto em função dos doentes, como da interiorização de crianças e idosos ao lar unifamiliar, devido ao fechamento das escolas e creches, bem como à necessidade de isolamento residencial.

Como se não fosse suficiente, é agravante a violência de gênero. Desde março de 2020, notícias do mundo todo evidenciam que, tanto o isolamento ao espaço doméstico quanto o esvaziamento dos espaços públicos e de circulação nas cidades, têm aumentado a violência direcionada às mulheres. Se a casa já se constituía como o local em que prevaleciam, no Brasil, os maiores números de violência e assassinato de mulheres, e vale ressaltar, realizados por parentes, pessoas próximas da família, parceiros sexuais e companheiros (WAISELFISZ, 2015) – que tem como raiz o “estigma de puta” colocado anteriormente – isso se agrava com o confinamento e a tensão psicológica e econômica trazida pela pandemia.

O dossiê “Violência Doméstica Durante Pandemia” do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), afirma que os chamados no 190 sobre violência doméstica aumentaram em todo país, chegando a uma alta de quase 50% em São Paulo. No Brasil, o feminicídio aumentou em 22%. No entanto, diminuíram os registros de estupro, principalmente de estupros de vulneráveis, o que pode indicar uma subnotificação, em função das dificuldades de realizar uma chamada de denúncia estando permanentemente ao lado do agressor (FBSP, 2020).

Em Barcelona, perante a possibilidade de um novo confinamento, se avaliam outras modalidades mais coletivas para realizá-lo, de modo a evitar o isolamento a partir da unidade habitacional individual, o que em muitas ocasiões se traduz em um sentimento de prisão ou em situações de grande perigo pela convivência permanente com os agressores.

A localidade da moradia também se tornou mais um balizador da vulnerabilidade à doença. Em Barcelona, por exemplo, quando se relaciona renda familiar com a metragem quadrada da moradia, torna-se mais perceptível como a situação socioeconômica tem claras implicações no espaço habitado. Onde apareceram os maiores casos de coronavírus? Nas zonas onde residem as pessoas com as rendas mais baixas. Se observarmos a incidência

do coronavírus por bairro, há uma estreita relação com os locais com áreas construídas menores, e, portanto, mais pobres.

Dados apontam que a letalidade é maior em bairros populares e negros, demonstrando uma associação entre o acesso à infraestrutura urbana, a poluição ambiental e a qualidade de vida urbana, com o impacto da doença. No Rio de Janeiro, por exemplo, enquanto no bairro do Leblon a taxa de letalidade é de 2,4%, na favela do Complexo da Maré chega a 30% (SCHMIDT, 2020). Isso tem produzido, em países marcados pela escravidão, como o Brasil – onde a relação entre classe e raça se sobrepõe – um índice de letalidade expressivamente maior entre pessoas negras. Em São Paulo, negros têm até 85% mais de chance de morrer por Covid-19 ao contrair a doença do que brancos (OBSERVATÓRIO COVID-19 BR, 2020).

A maior suscetibilidade ao contágio também encontra correspondência com os perfis laborais na linha de frente, realizando os trabalhos que foram considerados absolutamente necessários ou imprescindíveis. Nesse sentido, dentro e fora das casas, as atividades dos cuidados foram as únicas que não puderam parar. E parece difícil acreditar que foi preciso uma pandemia mundial para evidenciar sua importância. Não importa se acontecem dentro ou fora da moradia, a vida acaba se ninguém cuida dela, e não existe um lugar ou ser humano neste mundo que não necessite ser cuidado. As atividades de limpeza, da alimentação, do trato com idosos ou crianças, com os serviços de abastecimento primordiais, com transporte, com a assistência médica. Todo o resto pode parar. É claro que outros tipos de problemas surgirão, mas sem os cuidados, é impossível manter a vida. E, vale ressaltar: estes âmbitos são altamente feminilizados.

Os serviços de saúde, por exemplo, são desempenhados majoritariamente por mulheres, chegando, em algumas sub áreas como a enfermagem, a uma percentagem superior a 85% (ONU Mulheres, 2020; FIOCRUZ, 2015). É preciso ainda atentar para o fato de como, dentro destes ambientes, não é computada a taxa de contágio dos responsáveis pela limpeza hospitalar – também composto em sua maioria por mulheres – já que correm os mesmos ou maiores riscos que a equipe médica e os profissionais de enfermagem. Do quadro de trabalhadores infectados provenientes do sistema público de saúde na Espanha, 72% eram mulheres (RTVE.ES, 2020).

No Brasil, a raiz escravocrata colonial que também estrutura sua cultura de cuidados e limpeza, vai incidir ainda em alguns dados dramáticos. Mesmo antes da pandemia, quanto maior a renda das mulheres brasileiras, menos elas realizavam afazeres domésticos – tarefas terceirizadas a outras mulheres, as trabalhadoras domésticas¹⁴. O país tem quase 6 milhões de trabalhadoras domésticas, das quais 3,7 milhões são negras e, em geral, são elas que ocupam a maior parte dos empregos informais na atividade. Isso faz com que o trabalho doméstico brasileiro seja feminilizado e racializado (COUTINHO, 2006; PINHEIRO et al,

¹⁴ Entre aquelas com renda de até um salário mínimo, 94% dedicavam-se aos afazeres domésticos contra 79,5% entre as mulheres com renda superior a oito salários (IPEA/ONU, 2015, p. 4)

2012). No Pará, por exemplo, o serviço doméstico foi colocado como essencial, entre os quais não podiam parar durante a pandemia (G1 –PARÁ, 2020).

Nesse contexto, alguns exemplos trágicos elucidam o que isso implica para essas trabalhadoras. No Rio de Janeiro, a primeira pessoa a morrer de Covid-19 foi uma empregada doméstica, que continuou trabalhando na casa de seus patrões que haviam chegado da Europa doentes e não dispensaram a trabalhadora idosa (MELO, 2020). Ou ainda a morte de um menino de cinco anos, no Recife. Filho de uma trabalhadora doméstica que estava trabalhando durante a quarentena, tendo que levar a criança para o trabalho, já que não havia escola aberta. O menino foi deixado no elevador sozinho pela patroa e acabou caindo do nono andar, enquanto sua mãe passeava com os cachorros dos patrões (PENA, 2020). A tragédia é marcada pela sobrecarga de atividades de cuidado que recaíram sobre essa mulher, que tinha que dar conta de tudo e não pode contar com o apoio de olharem sua criança. Angela Davis, importante pensadora do feminismo negro, afirma, muito antes da pandemia atual, sobre essa problemática:

Enquanto o serviço doméstico fosse a regra para a população negra, a emancipação permaneceria uma abstração conceitual [...] a noção que o fardo das tarefas domésticas e do cuidado com as crianças seja tirado de seus ombros [das mulheres negras e suas irmãs das classe trabalhadora] e dividido com a sociedade contém um dos segredos radicais da libertação feminina (DAVIS, 2016, p. 106 e 234).

Nesse sentido, pode-se dizer que o contexto atual evidenciou tanto as desigualdades pré-existentes, quanto a maneira como suas expressões se sobrepõem. Na Espanha, por exemplo, muitas foram aplicadas para pessoas que circulavam nas ruas e violavam as restrições durante o estado de alerta, mesmo com justificativa, o que em alguns casos demonstrou estigmatização étnica. Ao estar na rua, a depender do semblante, do tom de pele, da maneira de se vestir, etc, ampliam-se as possibilidades de uma abordagem policial, e a aparência condicionará como a pessoa será tratada – de melhor ou pior forma. Injustiças e desigualdades vieram à tona. O que estava diante de nossos olhos e que, no entanto, era invisível, já não é mais.

As Nações Unidas têm feito um apelo a uma ação pós-pandemia diferenciada: nem todas as pessoas têm sofrido da mesma forma, portanto, recomendam políticas com perspectivas de gênero (ONU Mulheres, 2020). Já não é mais válido que tudo gire em torno da produção; é chegada a hora de alterar os esquemas de valoração vigentes, e de reconfigurar o sistema de produção para que ele também se faça responsável pela manutenção da vida.

9.4 Futuro: reinventar nosso campo de atuação

Em abril desse ano, saiu um artigo que afirmava que as mulheres na liderança dos governos eram o diferencial em países com melhores respostas ao coronavírus. Da Islândia

a Taiwan, da Alemanha a Nova Zelândia, Finlândia e Dinamarca, o artigo afirma que a pandemia está revelando que as mulheres se destacam em ações efetivas para combater, sobretudo, a mortalidade da doença (WITTENBERG-COX, 2020).

A indiana ecofeminista, Vandana Shiva afirma que ao mesmo tempo que as separações causadas pela divisão sexual do trabalho afastaram os homens (do sexo masculino) das tarefas reprodutivas, levaram as mulheres a se constituir, por estarem concentradas nessas tarefas, em experts no que se refere à vida:

E não é porque nossos genes e biologia nos fazem assim, mas porque nos deixaram para cuidar do sustento da vida e isso nos fez especialistas para construir uma ponte para o futuro, onde teremos que voltar à vida e às considerações de como manter a vida neste planeta (SHIVA, 2012, on-line).

Nesse sentido, a importância da representação feminina na Arquitetura e Urbanismo reside em três aspectos que devem ser questionados e reconfigurados: a escassez de referências a mulheres arquitetas durante o processo universitário, sua participação enquanto acadêmicas, e no exercício da profissão.

Em relação ao primeiro aspecto, quando nós mulheres estudamos arquitetura, encontramos poucas referências à arquitetas, e aquelas que às vezes são mencionadas, acabam ocupando um espaço proporcionalmente pequeno em nossas mentes, já que são menções feitas de passagem, sem que haja um aprofundamento em suas contribuições. Na Argentina e no Brasil – porque na Espanha era um pouco diferente – havia profissionais na área desde a década de 1920. Em outras palavras, há muitos anos existem mulheres arquitetas, engenheiras e urbanistas. Como não as conhecemos? Por que elas não estão presentes? Um longo processo de pesquisa e estudo se originou dessas perguntas, o que deu origem ao livro de Zaida Muxi: *Más allá del umbral – Mujeres, Casas y Ciudades* (MARTÍNEZ, 2018).

É indispensável incluir referências à mulheres arquitetas na formação universitária. Isso tem a ver com nos visibilizarmos, nos reconhecemos e encontrar modelos. Fazer o esforço para se referir às mulheres de hoje e de ontem.

Quanto ao segundo aspecto, relacionado ao lugar das arquitetas na academia, há várias questões a serem destacadas. É importante observar que no Brasil ocorre uma circunstância singular: há muitas professoras nas universidades e, além disso, nas áreas de projetos, disciplina considerada como a mais importante no currículo da formação – o que consideramos ser uma distorção – no entanto, esta é uma realidade inegável. Essa presença de professoras em projeto não ocorre nem na Espanha, nem na Argentina, nem em muitos outros países.

Outra questão, são as referências bibliográficas. As referências no formato Chicago permitem que o nome e o sobrenome da pessoa sejam utilizados. É importante que o nome completo apareça, pois, ao ler um sobrenome e uma letra inicial, você imagina,

automaticamente, ser o nome de um homem. É automático, devido à construção patriarcal do conhecimento. Sob as iniciais estão escondidas as obras de mulheres que são invisíveis caso não sejam mencionadas, caso seus nomes não sejam repetidos. Repetição também é aprendizado. Os nomes de homens são repetidos inúmeras vezes, encontrando espaço de fixação em nossas mentes. Já os das mulheres, são mencionados tão rapidamente e sem o devido aprofundamento em suas realizações, fazendo com que sejam facilmente esquecidas. A equidade também é alcançada por meio da [re]construção da história.

Por outro lado, a forma como se desempenha a docência em termos práticos também é importante. Por exemplo: promover o diálogo entre iguais, respeitar os diferentes saberes, as dúvidas. Em diversas ocasiões nos deparamos com estudantes que iniciam seus comentários com “talvez o que eu vou dizer seja uma bobagem...” e é nesse momento que é importante enfatizar que não há bobagens. Criar esse ambiente de confiança importa, e muito, porque no decorrer do processo de aprendizado não é possível aprender se não houver confiança.

Da mesma forma, ao fazer referências a projetos, é essencial nomear a todos os participantes da equipe e que sua autoria seja reconhecida, substituindo a prática comum de mencionar apenas “o” arquiteto principal. Isso também faz parte de um problema do ensino. Fomos formados a partir do conto épico do “herói individual”. No entanto, nada em nosso mundo, humano ou animal, é individual. Tudo o que fazemos é coletivo, necessitamos uns dos outros, o que faz com que essa ideia de um herói seja uma falácia. Pode haver um herói que tenha uma habilidade, mas haverá uma heroína que terá outra. A ideia é tornar o trabalho coletivo visível.

O terceiro aspecto refere-se ao exercício da profissão. Nesse sentido, é fundamental colocar outras variáveis em jogo na hora de se pensar projetos. Não pensá-los como equações a serem resolvidas, mas como o estudo de uma realidade: observar como mulheres e homens realmente atuam, o que fazem, como trabalham; incluir a perspectiva de crianças, adultos, idosos etc.; compreender os papéis e lugares que cada um ocupa ou que lhe tenha sido designado, e as necessidades decorrentes dessas ocupações, para então desenvolver um programa arquitetônico.

Ser um profissional em arquitetura necessariamente implica em saber investigar e observar realidades: é possível projetar um edifício com maior ou menor grau de estética, mas o importante mesmo é desenvolver soluções que melhorem as condições de vida da maior quantidade de pessoas possível.

Obviamente, a desconstrução das práticas atuais não é uma tarefa fácil. No entanto, é importante nos envolvermos enquanto pessoas, no sentido de criar empatia com os cenários de estudo, e sobretudo com aqueles que os utilizam, para assim determinar de que forma experiências diversas se traduzem em necessidades que devem ser transferidas para a Arquitetura e o Urbanismo.

Dentre essas, destacamos a atuação do coletivo de urbanismo feminista *Col·lectiu Punt 6*, em Barcelona. Zaida Muxi fez parte da formação desse coletivo e embora não faça

parte dele atualmente – por incompatibilidade laboral – produzem em conjunto uma série de metodologias participativas¹⁵. O *Col·lectiu Punt 6* existe há quinze anos, e começou de uma forma bastante espontânea, partindo da vontade de entender e conhecer cada vez mais sobre o urbanismo a partir de uma perspectiva de gênero. Este percurso foi traçado junto ao legado de muitas outras mulheres. Foi um processo de construção e ao mesmo tempo de aprendizagem, junto a autoras e referências como Anna Bofill Levi, Isabel Segura Soriano, Lidewij Tummers, na teoria Inés Sánchez de Madariaga, também na teoria e na prática próxima das professoras Carme Miralles i Guasch e Isabel Salamaña i Serra, para citar algumas.

Paralelamente, houve um processo de aprendizagem a partir do trabalho coletivo junto a muitas mulheres de bairros e vilarejos. Elas mesmas ficavam surpresas por ter algo para ensinar. Na hora de convidá-las para falar sobre suas cidades ou comunidades, ouviam-se frases como: “Meu marido teria vindo se soubesse que iríamos conversar sobre isso”. Elas esperavam aprender quando era justamente o contrário. Produzir conhecimento a partir da experiência cotidiana é muito enriquecedor, conhecimento que é obviamente cruzado ou apoiado na teoria existente – tanto a atual quanto a produzida anteriormente.-

A partir da experiência com o *Col·lectiu Punt 6*, aconteceu um processo de aprendizado a partir de uma maneira outra de trabalhar, o dificilmente irá voltar atrás. Uma maneira horizontal, entre amigas, cuidando de si mesmas o máximo possível. Às vezes, o trabalho leva a um ritmo que dificulta os cuidados, no entanto, sempre foi fundamental ao coletivo cuidar tanto da equipe – por meio da partilha, da diversão, dos mimos – como do local de trabalho. Isso também leva ao estabelecimento de relações mais afetivas e de confiança entre as pessoas que partilham um vínculo de trabalho, ao não as encarar simplesmente como especialistas em suas respectivas áreas.

Essa é uma das questões mais importantes: quebrar a hierarquia entre saberes e lugares. O que constitui uma prática profissional diferente, uma maneira de trabalho que vêm sendo endossada com o surgimento de outros coletivos dedicados à arquitetura e ao planejamento urbano. Quando o *Col·lectiu Punt 6* começou a se organizar, o formato de um “coletivo” ainda não era habitual na profissão, nem mesmo entre as arquitetas feministas da época, que praticavam a profissão de maneira mais individual. Uma delas, aconselhou: “Por favor, faça um grupo, faça um coletivo. Não faça o trabalho sozinha, porque assim não mudaremos nada.” Essa é outra aprendizagem. Felizmente, esses são também os sinais dos tempos: hoje em dia, muita gente tem trabalhado coletivamente, por exemplo a partir da cooperação, uma forma de trabalho mais coletivizada, e que é uma solução em todos os aspectos. Um trabalho coletivo do âmbito dos cuidados e do âmbito profissional. Um modo de vida mais coletivo.

¹⁵ É importante sublinhar que às vezes fala-se em participação de uma maneira muito banal. Em muitas ocasiões, inclusive, de forma excessivamente estereotipada e fechada, ao passo que a realidade exige que ela seja repensada toda vez em que é implementada, dependendo do local do estudo, das pessoas, de seus costumes etc.

Como coletivo, fizeram trabalhos de todos os tipos. Um exemplo recente, foi um projeto participativo junto a idosos de um bairro no distrito de Ensanche. Estabeleceram a construção estratégica de bancos ao longo de trajetos importantes para este grupo de maneira a lhes conferir autonomia de deslocamento, ao permitir-lhes acesso a lugares mais distantes dos que os que costumavam ir, por possibilitar o descanso. Um simples banco possibilitou a expansão do seu direito à cidade. Algo que foi possível pela participação do grupo social envolvido. Este projeto chegou a um nível de detalhe que é fundamental, mas outras escalas de atuação também devem ser levadas em consideração de maneira estratégica.

E isso constitui outro importante aprendizado do urbanismo feminista: a necessidade de trabalhar em todas as escalas e de atravessá-las constantemente, a fim de verificar como o objeto de estudo é de utilidade para o nosso corpo e para o corpo daqueles que o habitam. Algo que o próprio exercício profissional no nosso campo também deve implementar.

É preciso repensar as cidades a partir dessas perspectivas, o que Blanca Valdivia, integrante do *Col·lectiu Punt 6*, chama de “Cidade Cuidadora” (2018), onde a manutenção e a reprodução da vida está no centro das decisões urbanas e sua morfologia é suporte físico para que o cuidado seja compartilhado. Neste momento de crise, é necessário desvelar que certas hierarquias e dicotomias são instrumentos produtores de desigualdades violentas, que somos interdependentes uns dos outros, e que, portanto, é preciso assumir que o cuidado é uma tarefa coletiva.

Referências

BEARD, Mary. **Mujeres y Poder: Un Manifiesto**. Barcelona: Crítica, 2018.

COUTINHO, Maria Luiza Pinheiro. Discriminação no Trabalho: Mecanismos de Combate à Discriminação e Promoção de Igualdade de Oportunidades. In: FARRANHA, A. C. & EGG, R. [org.]. **Igualdade Racial: principais resultados**. Brasília: OIT, 2006.

DÚRAN, María Ángeles. **Si Aristóteles levantara la cabeza: Quince ensayos sobre las ciencias y las letras**. Valencia: Ediciones Cátedra, Universitat de València, Instituto de la Mujer, 2000

DAVIS, Angela. **Mulheres, classe e raça**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FBSP, Fórum Brasileiro De Segurança Pública. **Violência Doméstica Durante Pandemia de Covid-19**. 2. ed, 29 de maio de 2020. São Paulo: Oficina 22, 2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/violencia-domestica-durante-pandemia-de-covid-19-edicao-02/. Acesso em: 24 jul. 2020.

FIOCRUZ, Fundação Oswaldo Cruz. **Perfil da Enfermagem no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015. Disponível em: <http://andromeda.ensp.fiocruz.br/perfildaenfermagem/>. Acesso em: 12 mai. 2020.

G1 - PARÁ. **Lockdown no Pará tem serviço doméstico como ‘essencial’, contrariando governo federal e MPT**. G1 - Pará, 07/05/2020, 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/05/07/lockdown-no-para-tem-servico-domestico-como-essencial-contrariando-governo-federal-e-mpt.ghtml>. Acesso em: 24 jul. 2020.

RAMOS, D. **Mulheres, Direito à Cidade e Estigmas de Gênero: A Segregação Urbana da Prostituição em Campinas**. São Paulo: Annablume, 2019.

IPEA/ONU. **Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - 1995/2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/retrato/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

MELO, Maria Luisa de. **Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon**. UOL Notícias - Rio de Janeiro, 19/03/2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em: 24 jul. 2020.

MARTÍNEZ, Zaida Múxi. **Más allá del umbral: Mujeres, casas y ciudades**. Barcelona: DPR-Barcelona, 2018.

OBSERVATÓRIO COVID-19 BR. **O impacto da desigualdade na mortalidade por COVID-19**. Página do Observatório Covid-19 BR, 2020. Disponível em: <https://covid19br.github.io/analises.html?aba=aba6#>. Acesso em: 24 jul. 2020.

ONU MULHERES. **Gênero e COVID-19 na América Latina e no Caribe: Dimensões de gênero na resposta**. Brasília: ONU Mulheres Brasil, 2020.

PENA, João Soares **O quarto de empregada e a morte de Miguel**. Portal GELEDES, 2020. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/o-quarto-de-empregada-e-a-morte-de-miguel/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

PINHEIRO, Luana; FONTOURA, Natália; PEDROSA, Cláudia. Situação das trabalhadoras domésticas no país. In: CASTRO, Jorge Abrahão de; ARAÚJO, Herton Ellery (Org.). **Situação Social Brasileira**. Brasília: IPEA, 2012, 93:124.

PHETERSON, Gail. **The whore stigma:** female dishonor and male unworthiness. Den Haag: Ministerie van Sociale Zaken en Werkgelegenheid, 1986.

HELENE, D. **Mulheres, Direito à cidade e Estigmas de Gênero:** a Segregação Urbana da Prostituição em Campinas. São Paulo: Annablume, 2019.

RTVE.ES. **Más de 30.000 sanitarios contagiados:** mujer, menor de 50 años y con síntomas leves, el perfil más frecuente. RTVE.es, 06 maio 2020. Disponível em: <https://www.rtve.es/noticias/20200506/mas-30000-sanitarios-contagiados-mujer-menor-50-anos-sintomas-leves-perfil-mas-frecuente/2013469.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SCHMIDT, Selma. **No Rio, Covid-19 mata mais na Zona Oeste e em trecho da Zona Norte.** O GLOBO, 2020. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/no-rio-covid-19-mata-mais-na-zona-oeste-em-trecho-da-zona-norte-veja-numeros-24405711>. Acesso em: 24 jul. 2020.

SHIVA, Vandana. **As mulheres e a construção do novo mundo.** Fronteiras do Pensamento, 2012. Disponível em: <http://www.fronteiras.com/en/videos/as-mulheres-e-a-construcao-do-novo-mundo>. Acesso em: 11 jun. 2021.

SPAIN, Daphne. La importancia de los espacios de género femenino en el ámbito público. In: **AAVV Urbanismo y género:** Una visión necesaria para todos. [S.l.]: Diputación de Barcelona, 2005.

VALDIVIA, Blanca. Del urbanismo androcéntrico a la ciudad cuidadora. In: **Hábitat y Sociedad**, n.o 11, noviembre de 2018, Universidad de Sevilla, pp. 65-84.

WITTENBERG-COX, Avivah. **Mulheres na liderança são o diferencial dos países com as melhores respostas ao coronavírus.** Forbes - BR, 2020. Disponível em: <https://forbes.com.br/colunas/2020/04/mulheres-na-lideranca-sao-o-diferencial-dos-paises-com-as-melhores-respostas-ao-coronavirus/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

WAISELFISZ, Julio J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos. Brasília, 2015

(R)EXISTÊNCIA DA COMUNIDADE LGBTQIA+: CISTEMAS E O DIREITO À CIDADE

Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Eduarda Feitosa Leite

Adna Fernanda Litrento da Costa

Euclides Rocha Cavalcante Neto

Isabelle Camilo Lau

José Rudá Rodrigues Lopes

Leandro Ferreira Marques

10.1 Introdução

Com o início da pandemia do Sars-Cov-2, decretada em março de 2020 pela Organização Mundial da Saúde (OMS), as autoridades sanitárias de saúde e infectologia adotaram o distanciamento social como uma das medidas de redução da propagação e contaminação. Em resposta à nova dinâmica social, as atividades remotas se tornaram um importante artifício para continuidade das tarefas diárias, contando com a popularização do ensino à distância, compras *online*, teletrabalho, *webinários* e entretenimento virtual.

A adaptação de práticas presenciais para o meio tecnológico adentra a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da Universidade Federal de Alagoas (Ufal) com a criação de cursos de carga horária flexível e seminários em *lives* em seu canal do *Youtube* ([aurbUfal](#)). Como forma de usufruir do novo espaço e alcançar maior número de pessoas, a atividade *Pauta Cultural*, do Programa de Educação Tutorial (PET) do curso de Arquitetura e Urbanismo da Ufal, adequa-se a tal ambiente *online*, participando da organização de um dos *webinários* promovidos pela FAU.

A atividade tem como objetivo incentivar a formação crítica, reflexiva e cidadã através da valorização do repertório cultural e pelo diálogo entre os conteúdos acadêmicos, pautas políticas, socioculturais e de meio ambiente (PET ARQUITETURA, 2020). Assim, o grupo PET Arquitetura identificou a necessidade de debater a pauta do direito à cidade face às demandas do Dia do Orgulho LGBTQIA+¹⁶ a partir das vivências dessa comunidade.

¹⁶ 28 de julho é o dia do Orgulho LGBTQIA+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queers, Intersexuais, Assexuais e as demais possibilidades de orientação sexual e/ou identidade de gênero). A data é referência à Revolta de Stonewall Inn, em 1969, que foi um levante contra a perseguição e repressão policial no bar nova iorquino que dá nome a revolta (QUEIROZ, 2013).

Entendendo a cidade como um local de disputa política, o Brasil é o país que mais mata pessoas LGBTQIA+ (THE TRANS MURDER MONITORING, 2017). Contudo, apesar da urgência, há incipiência na representatividade, em referenciais, pesquisas e dados que tratem da temática no campo da Arquitetura e Urbanismo. No Brasil, o debate desse assunto vem ganhando força na última década em um país com formação de bases escravocratas, coloniais e conservadoras (ALMEIDA, 2019) que servem à manutenção da hegemonia da elite branca e heteronormativa¹⁷. Essas bases de fomento à desigualdade social e de perpetuação dos ‘cistemas’¹⁸ são escancaradas durante a pandemia do Sars-Cov-2; em situações críticas os problemas já existentes emergem à superfície. A falta de ações e meios de como lidar com a população LGBTQIA+ na gestão das cidades mostram a necessidade de ouvir e aprender com as contra-narrativas e meios de (r)existência que tal comunidade gera, para assim pensar em meios conjuntos de garantia de seu direito à cidade.

Assim, a adaptação da abordagem do *Pauta Cultural* possibilita a ampliação do alcance do debate proposto, na comunidade interna e externa à Universidade, comunicando pelo olhar da Arquitetura e Urbanismo uma temática transversal ao direito à cidade.

10.2 Métodos e técnicas

A partir de pesquisas e indicações, o grupo PET levantou nomes para compor a mesa e elencou eixos temáticos a serem abordados: Serviço Social, Saúde, Cidade e Impactos da Pandemia. Para composição levou-se em conta a representatividade e aquelas falas que debatessem vivências na cidade e atuações em coletivos/associações/institutos, sobretudo durante a pandemia.

Os nomes selecionados para a mesa foram: Natasha Wonderfull, Presidenta da ACTTRANS - Associação Cultural de Travestis e Transexuais de Alagoas - membra do Conselho LGBT de Alagoas e criadora do projeto Transshow; Jessica Tavares, graduada em Ciências e Humanidades e em Políticas Públicas pela Universidade Federal do ABC, 2016 e 2017, respectivamente, e pesquisadora do Instituto Pólis; e Indianarae Siqueira, transvestigenera, pute, idealizadora do PreparaNem e CasaNem, Cordenadora da FIST - Frente Internacionalista dos Sem-Teto LGBTI - e Presidente do Transrevolução.

Antecedente a *live*, a atividade utilizou as redes sociais do Grupo como ponte de informações com uma série de publicações sobre pautas e atuações da comunidade LGBTQIA+, levantamento e divulgação de personalidades da Arquitetura e Urbanismo inseridas na comunidade como forma de demonstrar a importância da representatividade no campo. O evento também obteve uma divulgação ampla e diversa, por meio de contatos

¹⁷ Carvalho e Macedo Júnior afirmam que “a heterossexualidade como norma sexual legítima e moralmente constituída [na sociedade brasileira]” (2017, p. 01).

¹⁸ Vergueiro apresenta a “corruptela ‘cistema’[...], [com] o objetivo de enfatizar o caráter estrutural e institucional – ‘cistêmico’ – de perspectivas cis+sexistas (2015, p. 15). “Cisgênero” é um conceito que abarca as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando nasceram, ou seja, as pessoas não-transgêneras (*Ibidem*, p. 44).

institucionais de diferentes universidades, coletivos/associações/comissões ligadas à temática LGBTQIA+ e demais frentes de apoio.

O roteiro da *live* - tendo um integrante do PET como mediador - foi organizado em quatro partes: introdução da temática e mesa, apresentação da mesa, debate com perguntas para as convidadas e convidade, e encerramento. A *live* contou com duas intérpretes de Libras que contribuíram em um acesso mais inclusivo e acessível.

Posteriormente, o grupo PET avaliou e realizou o balanço da atividade, desse modo, observa-se que houve uma ampliação da comunicação em vista da execução virtual, conseguindo atingir pessoas que não tinham muito contato com o assunto ou que não poderiam estar presentes caso fosse realizado de maneira presencial. Dessa maneira, reforçando tal expansão e o pouco contato com referenciais da temática, a execução do presente artigo tem como objetivo partir das narrativas da mesa convidada para discutir o direito à cidade à comunidade LGBTQIA+.

10.3 (R)Existência da comunidade LGBTQIA+

Nos últimos 40 anos, o Grupo Gay Bahia - GGB realiza relatórios anuais que apontam os casos de mortes violentas da comunidade LGBTQIA+ no Brasil, sendo essa ferramenta fundamental para atenuar o apagão estatístico nacional. No último relatório do GGB, Oliveira (2019) destaca que nos últimos três anos houve uma redução no número de mortes violentas, sendo 2017 o ano recorde, com 455 mortes, e 2019 o de menor índice, com 329 mortes. Porém, tais índices não são fiéis à realidade em vista da subnotificação de casos e da ausência de dados oficiais significativos.

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra entre março e abril de 2020 - período inicial da pandemia - houve aumento de 13% de pessoas trans e travestis assassinadas comparado ao ano passado (2020) - evidenciando os impactos da pandemia e a maior vulnerabilidade da população trans e travesti na comunidade LGBTQIA+. Está assim posta a necropolítica¹⁹ que atinge a tal comunidade e todo um conjunto de minorias sociais.

10.4 Existências e Vivências: as experiências do Transhow e da CasaNem

A população trans e travesti é a menor oportunizada no mercado de trabalho e enfrenta dificuldades de acesso à uma formação educacional completa (ESPOSITO, 2018). Em algumas situações esses corpos são expulsos do lar devido a não aceitação dos(as) familiares e a necessidade de trabalhar para sobreviver é um obstáculo nos estudos. Tal exclusão leva essa comunidade à marginalidade, tendo que recorrer à informalidade e em

¹⁹ A necropolítica - conceito forjado por Mbembe - é o modelo de gestão das mortes dentro das sociedades de bases coloniais. “O poder de matar opera com apelo à ‘exceção, à emergência e a uma noção ficcional do inimigo’, que precisam ser constantemente [...] recriadas pelas práticas políticas.” (ALMEIDA, 2019, p. 118)

alguns casos à prostituição. Nesse cenário, a organização em redes de apoio é uma ferramenta fundamental de amparo à falta de políticas públicas, principalmente nas situações de extrema vulnerabilidade. Em Maceió, a presidenta da Associação Cultural de Travestis e Transexuais de Alagoas - ACTTRANS, Natasha Wonderfull, destaca as ações da Associação como um potente instrumento de “(...) mudança de paradigma que a sociedade criou para as travestis (...)” ((R)EXISTÊNCIA..., 2020).

Por meio do Transhow, que desde 2014 realiza apresentações culturais como uma ferramenta de transformação social, a população trans e travesti de Maceió tem nesse espaço um refúgio para escapar da marginalidade. Sem apoio municipal ou governamental, a arrecadação de bilheteria e doações mantém a continuação das atividades, levando entretenimento e cultura para mais pessoas e quebrando paradigmas pela arte, ressalta Natasha ((R)EXISTÊNCIA..., 2020). Ver corpos, que outrora estavam na marginalidade das ruas, ocupando palcos e possibilitar alternativas de trabalho é uma maneira de criar narrativas contra-hegemônicas.

Existe uma trajetória da vivência LGBTQIA+ que passa por um questionamento de lugares de pertencimento. Primeiro a questão do lugar privado, na qual sua própria casa é revelada como um espaço não acolhedor, de não aceitação e impossibilidade de expressão de gênero e/ou sexualidade. Como alternativa de espaço acolhedor para essas pessoas sem suporte familiar, é que surgem as casas de acolhimento LGBTQIA+ ((R)EXISTÊNCIA..., 2020).

Um exemplo de iniciativa é a CasaNem no Rio de Janeiro, fundada em 2016, possui como um dos idealizadores Indianarae Siqueira. O projeto inicial era atender as demandas do pré-vestibular solidário com o projeto PreparaNem. Com o decorrer do tempo, surgiram outros projetos que visam a permanência e garantia de renda e qualidade de vida para as pessoas atendidas pelo abrigo. Atualmente, a casa acolhe 60 LGBTQIA+ e oferece suporte a mais de 20 transvestigeneres fora da casa ((R)EXISTÊNCIA..., 2020).

Imaginar a potência de espaços que oferecem atividades de formação, articulação e renda para a constituição de um direito de ocupar os espaços públicos com condições mínimas é contribuir para os programas de redes de apoio. Também destaca-se que durante a pandemia a CasaNem está com uma ação de distribuição de cestas básicas, tanto para comunidade LGBTQIA+ como para comunidades carentes da Zona Oeste do Rio de Janeiro.

10.5 Cidades e Sistemas

Antes do isolamento social imposto pela pandemia, a marginalização de parcelas da população, advinda do padrão cis-heteronormativo, resulta em uma corrente de preconceitos e, conseqüentemente, no retraimento dos grupos excluídos. O impedimento de andar livremente pela cidade é imposto pela LGBTQIA+fobia e faz questionar o agravamento, dadas as circunstâncias atuais, do isolamento que sempre foi vivenciado pela população LGBTQIA+. Segundo Indianarae:

Nessa situação do Covid-19 quando as pessoas me perguntam: como está a situação psicológica das pessoas? As pessoas LGBTQIA+ sempre viveram um distanciamento físico um isolamento social, né? Que só se acentuou [...] com o Covid-19. Não somos aceitos em todos [os lugares] [...]. Temos que criar nossos próprios guetos ou ver aí [...] que determinados lugares são *friendly* para nós e nem sempre são [...]. [...] a população em geral, agora isolada fisicamente, isolada socialmente, sem direito a caminhar nas ruas, nos comércios, está vivendo um pouco do que é ser LGBTIA+ [...] ((R) EXISTÊNCIA..., 2020).

Jéssica Tavares enfatiza que quando existe ocupação de um espaço pela comunidade LGBTQIA+ a parte privilegiada da sociedade sente-se invadida, pois o local, apesar de público, não é neutro, é predeterminado a uma classe branca, hétero, cisgênero e aversa à comportamentos desviantes ((R)EXISTÊNCIA..., 2020). Mesmo assim, é no espaço público que esses corpos buscam a possibilidade de existir, expressar e estabelecer afeto, e por isso a reivindicação por tais locais, como foi Stonewall ((R)EXISTÊNCIA..., 2020).

No entanto, até nesses locais de enfrentamento, materializados nos movimentos sociais, há discriminação e esquecimento para com a comunidade LGBTQIA+. Indianarae relembra que nas marchas do povo negro no Brasil em 2020, estimuladas pelo movimento *Black Lives Matter*, sequer lembrou-se das mulheres negras trans mortas por ações racistas e transfóbicas ((R)EXISTÊNCIA..., 2020).

Na sociedade brasileira, a morte e violação de tais corpos é naturalizada. Jéssica Tavares questiona e afirma:

Qual é a explicação que a gente tem na dimensão política para que as transexuais e travestis sejam assassinadas em vias públicas? [...] Não é escondido que os crimes de transfobia acontecem. Eles acontecem porque eles passam uma mensagem [...]: como as cidades instituem e reproduzem opções, e como a resistência se organiza inclusive a partir da ocupação do espaço público, a partir da viabilização da sua existência na cidade [...] ((R) EXISTÊNCIA..., 2020).

Essas indagações sobre a ocupação dos espaços públicos por comportamentos desviantes também levam a destacar que quão mais próximos à heteronormatividade mais aceitos eles são. Ou seja, é impossível não falar sobre privilégios dentro da própria comunidade LGBTQIA+. De acordo com Jéssica:

[...] a gente [fala] de uma comunidade LGBTQI+ como [...] uma sigla [...] homogênea e que determina que um homem gay branco tem a mesma vivência e experiência de cidade que uma mulher bissexual negra e uma mulher trans branca, mas não é assim que as coisas acontecem. A mercantilização [...] dos direitos [é negociada] [...] através do dinheiro e do consumo. Tem lugares onde você entra, consome e tem segurança e você tem como pagar, mas tem

outros grupos que não conseguem, não acessam o mercado de trabalho. A comunidade trans e a comunidade negra tem uma renda muito inferior a homens brancos gays que têm acesso a espaço elitizados. [...] há uma série de coisas que devem ser analisadas, como os próprios marcadores sociais dentro da comunidade LGBTQI+ que influenciam em como esses grupos vivenciam a cidade. ((R)EXISTÊNCIA..., 2020).

Indianarae complementa: “É muito complicado disputar a cidade e os movimentos sociais, porque há uma disputa constante [...] de (r)existência. De resistência primeiro, de existir e sobreviver nesses espaços [...]” ((R)EXISTÊNCIA..., 2020). Então, como falar de direito à cidade sem considerar as demandas da comunidade LGBTQIA+ e suas especificidades? A gestão das cidades, portanto, deve considerar os marcadores sociais e buscar entender, analisar e considerar os obstáculos na vivência dos espaços públicos na formulação das políticas públicas

10.6 Considerações Finais

A atividade *Pauta Cultural* intitulada (R)existência da comunidade LGBTQIA+: CISTemas e o direito à cidade, trouxe à atividade do canal aurbUfal, gerenciado pela Comissão de atividades *online* da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, os desafios que a comunidade LGBTQIA+ vem enfrentando e que foram intensificados, nesse contexto da Pandemia do SARS-CoV-2. A atividade possibilitou, no mês do orgulho LGBTQIA+, levar à comunidade interna e externa à Ufal as experiências e olhares das convidadas e convidade da mesa, Natasha Wonderfull, Indianarae Siqueira e Jéssica Tavares, sobre esta temática transversal à Arquitetura e Urbanismo.

A convidada Natasha Wonderfull e convidade Indianarae Siqueira, trouxeram o tema pelas suas ações como representantes de órgãos de representatividade da comunidade LGBTQIA+ de Alagoas e do Rio de Janeiro, respectivamente, locais onde residem, e Jéssica Tavares discutiu a temática à luz de suas pesquisas em planejamento e gestão de territórios democráticos a partir de uma visão interseccional. Os destaques das falas foram sobre questões de moradia digna, acesso ao mundo do trabalho e as políticas públicas direcionadas à comunidade LGBTQIA+.

O debate sobre as questões da moradia digna perpassam desde o fato de que a comunidade em sua grande maioria é expulsa das suas famílias e vivenciam situação de vulnerabilidade, até o destaque feito sobre este momento de pandemia em que muitas pessoas tiveram que voltar para casa da família e enfrentar um ambiente de hostilidades. A moradia digna e justa ainda é um direito que faz parte da (r)existência da comunidade LGBTQIA+, pois políticas afirmativas sobre o acesso à habitação não existem.

Quanto o acesso ao mundo do trabalho o destaque deu-se na necessidade de ampliação da educação superior e profissional. A experiência do PreparaNem, com Indianarae, e do

Transshow, com Natasha, é um incentivo e esperança diante de tantas dificuldades. Também, foi destaque a inexistência de políticas afirmativas focadas nas necessidades da comunidade LGBTQIA+ nesse ponto.

Por fim, Jéssica trouxe o ponto crucial expresso nas falas de (r)existência das outras convidadas: os avanços em termos de direitos da comunidade LGBTQIA+ das primeiras décadas do século XX, não garantiram efetivamente os seus direitos à cidade, pelo contrário. O direito ao nome social e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo não minimizaram o preconceito, a violência e a falta de acesso aos direitos universais à educação e saúde da comunidade LGBTQIA+. Na pandemia do SARS-CoV-2, a necropolítica a que está submetida a comunidade foi exposta na sua realidade nua e crua.

O *Pauta Cultural*, até o momento da realização deste documento, já havia tido quatrocentas e vinte e nove (429) visualizações. Entende-se que a atividade foi potencializada pelo canal e pela tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais (Libras), atingindo seu propósito de estimular momentos de diálogo, escuta, interação, valorização e vivência de elementos intrínsecos ao convívio em sociedade, contemplando as temáticas de políticas ambientais, produção artístico-cultural, memória e inclusão social.

Referências

ALMEIDA, Silvio. **Racismo Estrutural**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 264 p. (Feminismos Plurais/coordenação de Djamila Ribeiro).

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS. Boletim nº02/2020. **Assassinato contra Travestis e Transexuais em 2020**, Rio de Janeiro, p. 1-5, 4 maio 2020. Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2020/05/boletim-2-2020-assassinatos-antra.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CARVALHO, Claudio Oliveira; MACEDO JÚNIOR, Gilson Santiago. 'Isto é um lugar de respeito!': a construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. **Revista de Direito da Cidade**, [S.l.], v. 9, n. 1, p. 103-116, jan. 2017. ISSN 2317-7721. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/26356>. Acesso em: 21 jul. 2020.

ESPOSITO, Eduarda. Faltam vagas para trans no mercado de trabalho, por discriminação. **Correio Braziliense**, Brasília, DF, 11 nov. 2018. Caderno Eu, Estudante. Seção Trabalho & Formação Profissional, [S.p.]. Disponível em: <https://bit.ly/2ZULYG2> Acesso em: 20 jul. 2020.

QUEIROZ, Jandira. **28 de junho – Dia do Orgulho LGBTI**. 2013. Disponível em: <https://anistia.org.br/28-de-junho-dia-orgulho-lgbti/>. Acesso em: 23 jul. 2020.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. Mortes violentas de LGBT+ no Brasil - 2019. **Relatório do Grupo Gay da Bahia**, Salvador. Editora Grupo Gay da Bahia, 2020. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/relatorios-anuais-de-morte-de-lgbti/> Acesso em: 20 jul. 2020.

PET ARQUITETURA. **Planejamento 2020**. 1 jan. 2020. Disponível em: https://5e98f4ac-2698-4c7c-85fe-274bc2d8b9fo.filesusr.com/ugd/aebca2_98d922570a0e46bc9b1e17a6e889f9ff.pdf. Acesso em: 24 jul. 2020.

(R)EXISTÊNCIA da comunidade LGBTQIA+: CISTemas e o direito à cidade. 2020. Realização de Programa de Educação Tutorial Arquitetura. (112 min.), son., color. Publicado pelo canal arqurbUfal. Disponível em: youtube.com/watch?v=EtY98u66oq0&t=6s. Acesso em: 23 jul. 2020.

THE TRANS MURDER MONITORING (TMM). **TMM Update Trans Day of Remembrance 2017**: Press Release 325 trans and gender-diverse people reported murdered in the last year. [S. l.], 14 nov. 2017. Disponível em: <https://transrespect.org/en/tmm-update-trans-day-remembrance-2017/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

VERGUEIRO, Viviane. **Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes**: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade. 2016. 244 f. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015. Disponível em: academia.edu/download/45467409/VERGUEIRO_Viviane_-_Por_inflexoes_decoloniais_de_corpos_e_identidades_de_genero_inconformes.pdf. Acesso em: 23 jul. 2020.

O OLHAR DECOLONIAL NO CAMPO DA ARQUITETURA E URBANISMO: EMERGÊNCIAS ATUAIS

Gabriela Leandro Pereira

Paulo Tavares

11.1 Introdução

A partir da provocação realizada pelo 11º Webinário promovido pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, serão apresentadas algumas reflexões elaboradas por Gabriela Leandro Pereira e Paulo Tavares, articuladas com questões surgidas no contexto do evento. Tendo o olhar decolonial e as emergências oriundas do campo da arquitetura e urbanismo como disparadores das discussões, ambos elencaram alguns aspectos de seus trabalhos, produções e trajetórias, que serão abordados ao longo do texto dividido em duas partes. Na primeira parte, Percursos e Poéticas Biocartográficas, Gabriela Pereira percorre alguns projetos e momentos de seu percurso acadêmico, evidenciando aspectos, impactos e formulações nas quais incidem a questão das violências coloniais, e os modos como elabora gestos epistêmicos e metodológicos para lidar com isso. Na segunda parte, Paulo Tavares descreve alguns apontamentos sobre seu projeto “Des-memorial”, que lida com a questão de como memórias são invisibilizadas ou apagadas na paisagem pública através da construção ou destruição de monumentos segundo lógicas diferenciais de distribuição de violência, cuja racionalidade e legitimidade (política e simbólica) encontra-se arraigada na violência colonial que marca a formação da sociedade brasileira. No atual contexto de pandemia da COVID-19, as violências históricas parecem ainda mais vibrantes. O agravamento das precariedades deixa evidente as limitações sobre as quais foram produzidas estas sociedades e cidades e espera-se com as discussões que se seguem, trazer alguns elementos para o início de uma conversa em direção do des-pensar o mundo.

11.2 Percursos e Poéticas Biocartográficas

As questões expostas neste texto-ensaio, são reflexões inscritas no âmbito de inquietações nem sempre precisas, mas que dialogam com preocupações das quais se ocupam a decolonialidade, e não só. Dentre algumas imagens que ativam o imaginário

dessa discussão, a obra *Incômodo*, do artista visual Sidney Amaral, é um gesto precioso de combinação de desenhos que reinterpretam imagens conhecidas da narrativa visual da escravização, compondo cenas repletas de personagens negras, oriundas de contextos distintos, que se encontram ali, reunidas em festa por ele. Desafiando a narrativa escravocrata, o artista evoca negros e negras de diferentes tempos e momentos da história e imagina um pelourinho em chamas ao centro da imagem, sem espaço para dúvidas sobre a natureza da conexão entre elas. Uma mulher negra dança sobre essa fogueira ao lado de personalidades negras como o Almirante Negro e Luiz Gama, enquanto à sua frente as baianas se divertem, uma iansã dança e a filha de Sidney calça seus sapatos brancos. Ele reinventa assim sua liberdade e de todos os seus. E o faz sem constrangimento em utilizar imagens consagradas, sem esmero em profaná-las ou em desobedecer o suposto encadeamento dos fatos no tempo. A escravização e a liberdade se posicionam enredadas pelo universo imaginário, político e afetivo de Sidney, no qual coexistem o tempo do ontem, do hoje e do amanhã, o tempo da filha que vai crescer.

O interesse em pensar a questão da decolonialidade tem a ver com esta cena. Em termos de ideias gerais é relevante pontuar que ao falar de colonialidade, fala-se de estruturas econômicas, políticas, cognitivas, lógicas de existência e da relação com a natureza, que foram forjadas no período colonial, na/com a modernidade. A decolonialidade, enquanto um projeto acadêmico-político, me parece interessante pela sua capacidade de mobilizar, evidenciar, sistematizar, relações que são historicamente constituídas pela colonialidade do poder, do ser e do saber, e que nos ajuda a pensar estratégias para transformar a realidade (QUIJANO, 2005). Voltando ao quadro do Sidney Amaral, a entrada nesta discussão me interessa pela possibilidade de perceber as relações de poder, ser, saber e, sobretudo, como as racialidades informam e operam tais relações perpetuadas pela colonialidade.

No caminho acadêmico, as violências coloniais foram sendo reconhecidas e nomeadas com o tempo. Embora esteja na Bahia há alguns anos, sou capixaba, formada pela UFES, e vivi a maior parte da minha vida na Grande Vitória. No Manual de Uso da Grande Vitória, desafio performático elaborado pelas artistas visuais Castiel Vitorno, Winny Rocha e Napê Rocha, enunciam: “atenção o equipamento Grande Vitória demanda reparo urgente e constante”. O aviso diz respeito sobretudo à presença do racismo, cisheteronormatividade, misoginia e outras origens fascistas que operam o território metropolitano. Tenho tentado pensar sobre esse território constituído por violências que nos acompanham por toda a cidade. A filósofa Sueli Carneiro (2005) fala que em uma sociedade multirracial, escravista e pós-colonial como a nossa, os marcadores da violência que incidem sobre o período colonial, se atualizam ao longo do tempo e incidem sobre sujeitos e sujeitas que vivenciam essa experiência de sociedade.

Quando entre 2007 e 2010 desenvolvi a dissertação de mestrado, intitulada “Escapes possíveis na produção da cidade: Aproximações Cartográficas do Bairro Alice Coutinho”, refleti sobre o processo de consolidação de uma ocupação do Movimento Nacional de Luta

por Moradia em Cariacica (ES) que se transformou no Bairro Alice Coutinho. Me interessa trazer aqui o que não está no texto da dissertação. Ou melhor, preocupo-me aqui com seu subtexto, com seus bastidores, com três acontecimentos difíceis e graves - ocorridos antes, durante e depois da dissertação - e com a insuficiência de repertório relacionado às questões urbanas que, naquele momento, condicionavam as possibilidades de abarcá-los.

O primeiro acontecimento diz respeito ao diálogo com uma criança negra, moradora do bairro, que contou sobre suas experiências de racismo, confiando na cumplicidade que nossa condição racial nos conferia: “Minha mãe disse que eu sou dessa cor porque ela não gostava de mim e me deixou torrando no sol. Eu tentei matar ela, por isso vim morar aqui com minha avó”. O segundo acontecimento foi presenciar algumas vezes o pavor das crianças quando algum helicóptero sobrevoava o bairro. Estava em jogo a possibilidade de serem descobertas, uma vez que a ocupação acabava por funcionar também como refúgio, sobretudo para algumas mulheres e crianças, que foram morar lá pela impossibilidade de manterem-se em suas antigas residências por conta de abusos e violências. O helicóptero, neste caso, alertava sobre alguma possível fuga do presídio localizado no município e, portanto, a ameaça de serem localizadas. E o terceiro acontecimento, diz respeito ao desabamento da creche municipal localizada no bairro, uma conquista do movimento de moradia, construída por empresa ganhadora da licitação realizada pela prefeitura, que levou à óbito duas crianças. A exacerbação da violência nesses acontecimentos e a indiscutível evidência dos marcadores de gênero e raça em todos eles, exigiam a inversão de lugares de subtextos e bastidores para a centralidade das reflexões. Porque o outro lado da liberdade presente no quadro de Sidney Amaral, a morte e o aprisionamento, continuavam ainda e de novo ditando o ritmo da vida ali desafiada. A ocupação virou bairro, a creche foi construída, mas a negligência continuou a matar pessoas negras.

Sueli Carneiro fala que os dispositivos da racionalidade vão incidir informando o sujeito negro sob o signo da morte e o branco sob o signo da vitalidade. As dimensões da morte vão desde a negligência do estado em não prover condições de vida, até a execução em si, pela atribuição conferida ao homem negro, do próprio símbolo da morte. Não há como esquecer que a cada 23 minutos morre um jovem negro no Brasil.

A pesquisadora Denise Ferreira da Silva (2019) afirma que a racialidade opera como um arsenal ético em conjunto com as arquiteturas jurídico-econômicas que constituem desde o fim do século XIX o par Estado-Capital. “Porque a morte de jovens negros não gera uma crise ética?”, pergunta da Denise. O histórico da dívida constituída por esse arranjo é impagável (SILVA, 2019). A violência racial atravessa o tempo. O corpo afetado por essa estrutura perversa não é metafórico. O corpo negro é real e, cotidianamente tem sua possibilidade de vida interdita.

Em 2011, meses depois do desabamento da creche, volto para academia para escrever uma tese de doutorado. O subtexto virou texto e a questão racial, guiada pela interlocução com a obra da escritora Carolina Maria de Jesus, ganhou presença performativa e ocupou

com sua corporeidade todos os territórios e discursos produzidos sobre a cidade na tese. Sobre os deslocamentos epistemológica e metodologicamente derivados desse movimento, destaco sete pontos, ou apostas, sobre as quais esboço agora, pensando o campo e as possibilidade de construir perspectivas decoloniais de enfrentamento, ou questionamento à violência colonial:

(1) Ainda em diálogo com Denis Ferreira da Silva (2019), que formula a ideia de uma poética negra feminista como uma possibilidade/tarefa de des-pensar o mundo, aposto no fluxo de movimento que obras de artistas como Sidney Amaral, Castiel Vitorino, Napê Rocha e Winny Rocha e Carolina Maria de Jesus, provocam. Elas dizem sobre não se furtar de não se adequar, ou de não se constranger por conta de determinações, supostamente, predefinições. A literatura extremamente incômoda e contraditória de Carolina, quase uma anti-heroína, aciona questões que são cruciais para a vida desse corpo negro na cidade.

(2) A segunda aposta está naquilo que emerge do diálogo entre pesquisadoras, intelectuais e artistas negras quando colocadas em relação, em suas várias textualidades. O corpo exuziástico²⁰ de Carolina, que está pelas ruas certo de suas autorizações, me informa no diálogo com a historiadora Beatriz Nascimento sobre um corpo-mapa que carrega em si uma territorialidade. Beatriz fala de um “corpo-mapa de um país longínquo”, um corpo atlântico presente também em outros pensadores críticos da modernidade, como Paul Gilroy. O autor de *Atlântico Negro* coloca a diáspora negra transatlântica como fundadora e constituidora dessa modernidade. Neste sentido, o território em questão se amplia para além dos limites da rua exuziástica de Carolina e com a Beatriz e Gilroy ganham escala e anterioridade ampliadas. Beatriz reivindica também o quilombo como um continuum histórico, como existência contemporânea às cidades coloniais do século XVI, e ocupa esse tempo da modernidade e da colonialidade como o tempo também das existências das possibilidades de vidas libertárias, como anuncia Sidney Amaral.

(3) O terceiro, diz respeito à necessidade de explicitar os subtextos raciais que estão presentes nas arquiteturas, no urbanismo e no planejamento urbano. O recém-lançado livro *Race and Modern Architecture*, organizado pela Mabel Wilson, Irene Cheng e Charles Daves II (2020), com artigos desses e outros pesquisadores, traz a discussão sobre a evidência racial contida nos processos de produção de arquitetura na modernidade. É urgente que trabalhos acadêmicos de arquitetos, urbanistas e pesquisadores se debrucem para a construção de lentes capazes de realizar leituras nas quais se entenda os signos que a arquitetura promove ao longo da modernidade são informados pelos eventos raciais.

(4) O quarto, é sobre a urgência de entender os arquivos indissociados dos eventos raciais que os constitui, tanto enquanto conteúdo, quanto seu caráter institucional. Cito

²⁰ Exuziástica faz referência à entidade relacionada à religiões de matriz afro-brasileira, Exu, definidas por Wanderson Flor do Nascimento (2018, p.9) como “andarilho, mensageiro, comunicador, afeito à política. Exu anda com as palavras, anda nas palavras, anda pelas palavras, anda as palavras. Por viver (n)as palavras, como vive (n)as ruas, (n)as encruzilhadas, (n)os caminhos, Exu as tem como ferramentas para fazer mundos, encontros, memória”.

os arquivos da expedição Thayer, por exemplo, e o registro fotográfico produzidos pelo fotógrafo Auguste Stahl, entre 1865 e 1866, no Brasil. Esses arquivos tinham o intuito de provar como africanos e brasileiros mestiços eram biologicamente inferiores aos brancos e estariam, portanto, degenerando a raça com a mestiçagem. Apesar de óbvia a evidência racial contida neste arquivo, é também relevante frisar sua dimensão ficcional e sua habilidade em forjar verdades.

(5) O quinto ponto propõe colocar estes arquivos em movimento, cruzá-los com outras informações, outras textualidades, com o intuito de construir leituras mais complexas. Corromper, provocar desautorizações e fabular possibilidades, são gestos que confluem para a promoção da emergência de novos textos, oriundos de arranjos heterológicos e registros pluriversais, capazes de disputar e produzir imaginários outros de mundos.

(6) O sexto ponto refere-se ao auto-reconhecimento individual e coletivo, de pesquisadoras e pesquisadores que estão na posição reivindicada por Patricia Hill Collins (2016), de “outsiders within”, ou seja, os “de fora que estão dentro”. Essa presença se faz mais intensa após a implementação de ações afirmativas no ensino superior, com a adoção de cotas sociais e raciais. Acumulando com os pontos anteriormente citados, as novas e novos sujeitos que estão adentrando na academia, carregam com eles arquivos, memórias, trajetórias e repertórios (TAYLOR, 2013) que passam a ser mobilizados dentro de um fazer investigativo direcionado à cidade. Essas biocartografias são o cruzo dos documentos conhecidos com as novas informações e documentos derivados de álbuns de família, lembranças dos avós, fitas VHSs de vizinhos de bairro, vindas dos territórios, sobretudo, de maioria negra. Esse modo de fazer tem permitido não só chegarmos à novos conteúdos, mas elaborarmos novas possibilidades de leituras sobre a cidade.

(7) Por fim, destaco o movimento de confluência, aqui resumido como o trazer junto as camadas todas das apostas anteriores, as leituras cruzadas, as biografias familiares, arquivos investigados e descobertas, desobedecendo leituras que se esquivam de encarar o evento racial, suas complexidades e os lugares não dados por um à priori.

São provocações sobre algumas dimensões da decolonialidade e apostas teóricas-conceituais e metodológicas que atravessam meu fazer acadêmico.

11.3 Des-memorial

Pode um evento de destruição de um monumento ser, em si mesmo, considerado um monumento-documento histórico? De que maneira podemos pensar que o “vandalismo”, a desfiguração, a destruição ou remoção de um marco comemorativo na paisagem é em si mesmo um evento que exige ser lembrado como marco da história social?

Quem me lê, creio, inevitavelmente deve atribuir as perguntas acima aos atos de movimentos antirracistas e de-coloniais que estão removendo estátuas de escravagistas e colonizadores em vários cantos do mundo. Aqui desdobra-se uma questão importante,

pois estes objetos e estátuas são na verdade monumentos à destruição – destruição de povos, de culturas, de objetos e também destruição de monumentos que embasavam estas formações culturais. Podemos então assumir que a destruição está historicamente no cerne da memorialização da paisagem/arquitetura tal como observamos na modernidade-colonialidade? E se sim, quais destruições são toleradas e sancionadas (ao não ser tratadas como monumentos da destruição ou como monumentos à destruição de monumentos, mas como símbolos do “progresso” ou da “civilização”), e quais são condenadas como atos de violência contra a história, contra a “memória nacional” e contra a “civilização”? Existe uma economia entre violências toleradas e condenadas, e em que medida isto funciona como um sistema “sutil”, mas por isso ainda mais poderoso, de manutenção de regimes de poder e narrativas plasmados na paisagem?

Pensei em colocar esta questão em reverso, ao invés de olhar os monumentos construídos, olhar aqueles que foram destruídos como se fossem uma espécie de arquivo patrimonial invisibilizado/apagado. É claro que compilar esta lista é uma tarefa longa e complexa em múltiplas dimensões, e levanto a questão sumariamente, a título de questionamento. Numa genealogia da paisagem memorial brasileira, creio que teríamos um arquivo majoritariamente feito de monumentos destruídos que comemoram a história e os afetos daqueles que na história-monumentalidade oficial são tratados como “vencidos” pela matriz moderna-colonial de poder.

Um exemplo que vem à lembrança: a destruição das cachoeiras sagradas do povo Munduruku pela usina hidrelétrica de Teles Pires, que segundo as lideranças locais gerou uma “crise espiritual” em toda a comunidade. Quantas cachoeiras sagradas não foram vandalizadas, desfiguradas, destruídas pelo projeto moderno-colonial que está na base de formação do estado nacional brasileiro? Há certa economia de violências segundo a qual certos objetos/monumentos de memória podem ser destruídos sem culpabilidade e responsabilidade, e sem a indignação que outros monumentos de comemoração da “identidade nacional” reverberam?

O exemplo acima nos propõe uma questão que me parece central: a memória enquanto objeto/monumento/arquitetura na paisagem é resultado tanto de construções como destruições, visibilidades e apagamentos, e ter isso em conta é fundamental para entendermos a distribuição diferencial de violências que marcam nossa sociedade.

Mais próximo da arquitetura, gostaria de compartilhar um projeto que toca estas questões:

Em 2008 fiz uma longa viagem de ônibus de São Paulo à Marabá, no Pará, em busca do monumento “Eldorado Memória” desenhado pelo arquiteto Oscar Niemeyer para recordar o Massacre de Eldorado dos Carajás, ocorrido em 17 de abril de 1996. Durante um protesto de milhares de trabalhadores sem-terra, dezenove camponeses foram brutalmente assassinados por forças do Estado na chamada “Curva do S” da rodovia PA-150, município de Eldorado dos Carajás, a cerca de 100 km ao sul de Marabá. Niemeyer desenhou o projeto meses depois, e logo o monumento partiu em peregrinação pela rodovia Transbrasiliana,

desde Brasília até Marabá. No caminho cruzou assentamentos e acampamentos do MST, onde foi recebido com rituais de luto e lembrança. Após dias atravessando os sertões, no 7 de setembro de 1996, o monumento foi implantado em Marabá, no centro de uma grande rotatória de entroncamento entre a Transbrasiliana e a Transamazônica, coração da violenta fronteira nacional-colonial. Duas semanas depois, na calada da madrugada, o monumento foi destruído por um grupo de latifundiários. Diz-se que usaram correntes – as mesmas que usam para desmatar florestas – amarradas na base da estrutura e puxadas por tratores até seu colapso. No centro da rotatória hoje existe um poste de luz. Até então desconhecia qualquer imagem do monumento, a não ser esboços de Niemeyer – um grande e esguio bloco retangular, provavelmente feito em concreto armado e pintado na cor branca, com cerca de vinte metros de altura, mimetizando a figura de um trabalhador rural com um arado na mão. Na base, em grande tipografia, lê-se frase “a terra também é nossa.” Minha viagem seguiu o percurso do monumento, documentando esta paisagem transbrasiliana com uma câmera improvisada. No lugar do memorial encontrei um vazio, uma ausência, apagamento, uma des-memória. Em conversas outras, vi apenas uma imagem do monumento, uma fotografia desfocada de suas ruínas.

Esta experiência originou um projeto, recentemente apresentado na exposição Triangular na Casa da América Latina, em Brasília, que gostaria de compartilhar com vocês a título de reflexão sobre a relação entre destruição, história, memória e arquitetura.

A destruição do objeto-monumento desenhado por Oscar Niemeyer sugere outro monumento, um que manifeste tanto memória como apagamento, lembrança e esquecimento, presença que é ao mesmo tempo ausência, vazio que em si mesmo é monumental. Este outro monumento, que está presente ainda que não exista concretamente, uma presença fantasmagórica, é feito de um brusco recorte na paisagem, uma escavação do vazio nas proporções volumétricas do projeto original de Niemeyer. Demarca uma não-presença no espaço público e na memória coletiva, a construção-destruição da arquitetura como documento. Na base do monumento lê-se a escritura: No dia 22 de setembro de 1996, o monumento “Eldorado Memória” que estava neste local foi destruído num gesto de violência contra camponeses sem terra. Projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, o monumento relembra o Massacre de Eldorado dos Carajás, que ocorreu no dia 17 de abril de 1996, quando dezenove camponeses foram brutalmente assassinados por forças armadas do Estado. O atual monumento aqui presente, um grande vazio que ocupa o mesmo volume do projeto de Niemeyer, relembra tanto a presença quanto a ausência do monumento original – construção e destruição como memória material e simbólica da arquitetura. Este vazio nos faz recordar o trágico massacre ao mesmo tempo que registra seu apagamento, atos contínuos na longa história de violência que marca a questão agrária no Brasil.

A duas falas expostas não findam, apenas anunciam as atuais emergências conceituais, históricas e políticas a serem tomadas como uma agenda urgente à reflexão e transformação social.

Referências

CARNEIRO, Sueli Aparecida. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Tese (doutorado) – Pós-Graduação em Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005

CHENG, Irene; CHARLES, L. Davis and MABEL, O. Wilson, (eds). **Race and Modern Architecture: A Critical History from the Enlightenment to the Present**. Pittsburgh, Pa.: University of Pittsburgh Press, 2020.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, vol. 31, n. 1, janeiro/abril 2016.

GILROY, Paul. **The Black Atlantic: Modernity and Double Consciousness**. Cambridge: Harvard University Press, 1992.

NASCIMENTO. Wanderson Flor do. Prefácio: Exuzilhando a memória. In SILVA, Cidinha da. **Um Exu em Nova York**. Rio de Janeiro: Pallas, 2018.

PEREIRA, Gabriela Leandro. **Corpo, Discurso e Território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus**. Tese (doutorado) – Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2015.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LADER, Edgard (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: Colección Sur Sur, CLACSO, setembro 2005. pp.227-278

SILVA, Denise Ferreira da. **A Dívida Impagável**. Oficina de Imaginação Política e Living Commons, São Paulo: 2019.

TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.



SOBRE OS AUTORES

Adna Fernanda Litrento da Costa

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e bolsista do Programa de Educação Tutorial - Arquitetura da Ufal desde 2020.

Débora Cavalcanti

Arquiteta e Urbanista, Ufal; Especialista em Habitat Rural e Urbano em Países em Desenvolvimento e Mestre em Arquitetura, Bélgica; PhD em Planejamento Regional, Inglaterra; e Professora-adjunta da FAU/Ufal.

Diana Helene

Professora da FAU/Ufal e do NIDES/UFRJ; com graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Unicamp; mestre pela FAU/USP; doutora pelo IPPUR/UFRJ com período sanduíche na EHES; e pós-doutora pela UQAM (Canadá) e pelo IPPUR-UFRJ. Em 2016, ganhou o Prêmio Capes de Tese em Planejamento Urbano e Regional.

Eduarda Feitosa Leite

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e bolsista do Programa de Educação Tutorial - Arquitetura da Ufal desde 2020.

Euclides Rocha Cavalcante Neto

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), bolsista no Programa de Educação Tutorial da Arquitetura da Ufal desde 2018 e pesquisador colaborador do NuPPes/Ufal.

Flaviana Barreto Lira

Graduação em Arquitetura e Urbanismo na UFPE com intercâmbio acadêmico na FAUP, doutorado pela UFPE e Pós-doutorado na Brandenburgisch Technische Universität/Alemanha. É professora-adjunta da PPG-FAU/UnB, pesquisadora do LUP/UFPE e membro do grupo de pesquisa Cidade Possíveis (FAU/UnB).

Gabriela Leandro Pereira

Professora da FFAU/UFBA, é arquiteta e urbanista formada pela UFES. Mestre e doutora pelo PPGPAU/FAUFBA, integra o Grupo de Pesquisa Lugar Comum (PPGAU/FAUFBA), no qual coordena o Grupo de Estudos Corpo, Discurso e Território. Foi Vencedora do Prêmio de Teses da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (2017).

Isabelle Camilo Lau

Graduanda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal) e bolsista do Programa de Educação Tutorial - Arquitetura da Ufal desde 2020.

José Rudá Rodrigues Lopes

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), bolsista do Programa de Educação Tutorial - Arquitetura da Ufal desde 2018, pesquisador colaborador do Grupo de Pesquisa Estudos da Paisagem e membro efetivo do Coletivo Urbano Aqui Fora.

Juliana Michaello Macêdo Dias

Arquiteta e Urbanista pela Ufal, com Mestrado pelo DEHA/Ufal e Doutorado pelo IPPUR/UFRJ. Professora da FAU/Ufal e do PPGAU/FAU/Ufal. Líder do Grupo de Pesquisa Nordesteanças (GPN/FAU/Ufal). Coordenadora dos projetos de Extensão “Faz a Feira Alagoas” e “Cartografia das ações solidárias.

Juliana Oliveira Batista

Professora da FAU/Ufal desde 2008, possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (2004), mestrado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (2006) e doutorado em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Santa Catarina (2011). Líder do Grupo de Estudos em Conforto Ambiental (Geca/FAU/Ufal).

Leandro Ferreira Marques

Graduando em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (Ufal), bolsista do Programa de Educação Tutorial - Arquitetura da Ufal desde 2017 e pesquisador colaborador do grupo de pesquisa MEP- FAU/Ufal.

Lúcia Tone Ferreira Hidaka

Possui graduação em Arquitetura e urbanismo pela UFPA, especialização em Conservação Integrada Urbana e Territorial pelo CECI, mestrado e doutorado pela UFPE. É professora Associada da FAU/Ufal, Tutora do Programa de Educação Tutorial - PET Arquitetura da Ufal, vice-líder do NuPPES e associada ao ICOMOS Brasil.

Luciana Mayrink

Arquiteta e Urbanista formada pela FAU/UFRJ, com Mestrado na FAU/UFRJ, atua no núcleo do Rio de Janeiro do Br Cidades, integrante da “Coletiva Terra Preta” e do Coletivo “Não me Kahlo” e estuda Política e Planejamento Urbano no IPPUR/UFRJ.

Magda Melara Orellana

Arquiteta pela Universidad Centroamericana José Simeón Cañas. Mestre pela Pontificia Universidad Católica de Chile. É Consultora em gênero e território, e redatora do site “Un Día Una Arquitecta”.

Manuella Marianna Carvalho Rodrigues de Andrade

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Pontificia Universidade Católica de Goiás, mestrado e doutorado pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. É professora adjunta da FAU/Ufal e pesquisadora do NuPPES.

Mayara Almeida de Paula

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia.

Paula Zacarias

Arquiteta e Urbanista, Ufal; Especialista em Reabilitação Ambiental Sustentável Arquitetônica e Urbanística, UnB; Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental, PUC Minas; e Analista de Programas do ONU-Habitat.

Paulo Tavares

Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Unicamp, mestrado e doutorado pelo Goldsmiths College - University of London; e pós-doutorado pela FAU-USP e pelo Goldsmiths. É professor-adjunto da FAU/UNB e coordenador da agência de advocacia urbana “Autonoma”. Foi co-curador da Bial de Arquitetura de Chicago em 2019.

Raquel Rolnik

É graduada e mestre pela FAU/USP, doutora pela Graduate School Of Arts And Science History Department da New York University. É livre-docente, professora titular e coordenadora do LabCidade na FAU/USP. Foi Diretora de Planejamento do município de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina. Foi secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades. Foi relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada.

Regina Dulce Lins

Arquiteta e Urbanista, UFPE; Especialista em Gestão do Crescimento Urbano em Países do 3º Mundo, Bélgica; Doutora em Estudos Urbanos, Inglaterra; Pós-Doutoramento, LabCidade, FAU/USP.

Ricardo Carvalho Cabús

Professor Titular do CTEC/Ufal, coordenador do LabSica e líder do Grupo de Pesquisa em Iluminação (GRILU). É orientador de doutorado e mestrado no PPGAU/FAU/Ufal e professor do curso de graduação em Engenharia Civil. Possui doutorado em Arquitetura na University of Sheffield, mestrado em Engenharia Civil - UFSC, especialização em Computação Ufal/UFPE e graduação em Engenharia Civil (Ufal). Atua no Grupo de Iluminação Natural da CIE-BR.

Thaís Sampaio Sarmento

Graduada em Arquitetura e Urbanismo e Mestre pela Ufal, Doutora em Design pela UFPE. Líder do Grupo de Pesquisa IDEA – Interseções entre Design e Ambiente Construído – FAU/Ufal/CNPq. Docente da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Ufal.

Victor Figueiredo Roriz

Engenheiro Mecânico pela UFU, Mestre pela UFSCar, Doutor pela Unicamp, Pós-doutor pelo IAU-USP. Tem graduação incompleta em Arquitetura e Urbanismo no UNICEP. Atualmente é Consultor em Desempenho Térmico e Lumínico pela Roriz Engenharia Bioclimática, Pós-doutorando e professor colaborador no IAU-USP.

Vilma Villarouco

Pesquisadora PQ-2 do CNPq. Graduada em Arquitetura e Urbanismo, Doutora e Mestre em Engenharia de Produção. Líder do Grupo de Pesquisa em Ergonomia Aplicada ao Ambiente Construído - UFPE/CNPq. Docente dos programas de pós graduação: Design-UFPE (PPGDesign); Ergonomia-UFPE (PPErgo); Arquitetura e Urbanismo+Design-UFC (PPGAUD).

Zaida Muxi Martinez

É arquiteta e urbanista graduada pela Faculdade de Arquitetura, Design e Urbanismo da Universidade de Buenos Aires, Doutora pela Escola Técnica Superior de Arquitetura de Sevilha e professora de urbanismo da ETSAB - UPC. Entre 2015 e 2019 foi Diretora de urbanismo de Santa Coloma de Gramenet, Barcelona. Em 2013, recebeu o prêmio *Mejor Labor de un arquitecto argentino en el exterior (CAyC - Dirección de la Bienal de Arquitectura de Buenos Aires)*.

Este livro foi selecionado pelo Edital nº 01/2020 da Universidade Federal de Alagoas (Ufal), de um total de 44 obras escritas por professores/as vinculados/as em Programas de Pós-Graduação da Ufal, com colaboração de outros/as pesquisadores/as de instituições de ensino superior (autoria, coautoria e coletânea), sob a coordenação da Editora da Universidade Federal de Alagoas (Edufal). O objetivo é divulgar conteúdos digitais – e-books – relacionados à pandemia da Covid-19, problematizando seus impactos e desdobramentos. As obras de conteúdos originais são resultados de pesquisa, estudos, planos de ação, planos de contingência, diagnósticos, prognósticos, mapeamentos, soluções tecnológicas, defesa da vida, novas interfaces didáticas e pedagógicas, tomada de decisão por parte dos agentes públicos, saúde psíquica, bem-estar, cultura, arte, alternativas terapêuticas para o enfrentamento da Covid-19, dentre outros, abordando aspectos relacionados às diferentes formas de acesso à saúde e à proteção social, entre grupos mais vulneráveis da sociedade.

ISBN 978-65-5624-033-6

